

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva

PAULA GONÇALVES FILIPPON

***PAGANDO O COMUNITÁRIO: UMA CARTOGRAFIA SOBRE JOVENS EM
CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO
POR ENVOLVIMENTO NO COMÉRCIO DE DROGAS***

Porto Alegre

2016

PAULA GONÇALVES FILIPPON

***PAGANDO O COMUNITÁRIO: UMA CARTOGRAFIA SOBRE JOVENS EM
CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO
POR ENVOLVIMENTO NO COMÉRCIO DE DROGAS***

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Saúde
Coletiva da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. José Geraldo Soares
Damico

Porto Alegre

2016

CIP - Catalogação na Publicação

Filippon, Paula Gonçalves

Pagando o comunitário: Uma Cartografia sobre jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto por envolvimento no comércio de drogas / Paula Gonçalves Filippon. -- 2016.

146 f.

Orientador: José Geraldo Soares Damico.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Enfermagem, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Jovens. 2. Sistema Socioeducativo. 3. Tráfico de Drogas. 4. Medicalização. 5. Criminalização. I. Damico, José Geraldo Soares, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FIGURA 1



Fonte: Tiras Armandinho (BECK, 2016).

AGRADECIMENTOS

*[...] Às vezes me reconheço nos demais. Me reconheço nos que ficarão, nos amigos abrigos, loucos lindos de justiça e bichos voadores da beleza e demais vadios e mal cuidados que andam por ai e que por ai continuarão, como continuarão as estrelas da noite e as ondas do mar. Então, quando me reconheço neles, eu sou ar aprendendo a saber-me continuado no vento.
O ar e o vento*

Eduardo Galeano

Inicio estes agradecimentos por todos/as que se envolveram diretamente com esta cartografia, em especial aos/às jovens com quem pude conviver ao longo deste percurso cartográfico, e a outros e outras jovens com quem tanto aprendo sobre a vida e a me continuar vento. À equipe do CREAS, em especial das medidas socioeducativas, que me acolheu durante os meses da pesquisa e com quem pude dividir questionamentos, ideias e boas risadas em meio aos furacões diários.

Ao meu orientador e amigo, Prof^o José Damico, que soube tolerar meus tempos e anseios. Obrigada pelas (des)orientações, livros, mates e pela casa sempre aberta.

Às professoras Gislei Lazzarotto, Cristianne Famer e Fernanda Bittencourt, que compõem a banca final desta dissertação e com que pude também dividir as ideias iniciais do projeto de mestrado, gratidão pela disponibilidade, paciência e amorosidade com que acolhem minhas escritas. Vocês são exemplos para mim.

À Universidade Pública e à população que a sustenta, pois possibilitaram meus estudos desde a graduação até a especialização e agora mestrado.

Essa cartografia é parte de mim, e por ser parte de mim é a composição de múltiplos. Agradeço aqui às muitas pessoas, amigas e amigos, mestres,

músicos/as, autores/as, compositores/as, afinadores/as de silêncios, colegas de mestrado, residentes e colegas da Saúde Mental Coletiva/Educasaúde e tantos mais que me possibilitaram bons encontros até hoje e que são parte do que sou, pelas metamorfoses dos encontros.

À Alexandra Ximendes, Julia Dutra e Simone Alves que com muito carinho me auxiliaram a pensar caminhos de pesquisa e escrita quando estes pareciam impossíveis. A postura ética clínico política de vocês é grande ins(Piração) para mim!

Imensa gratidão às minhas grandes parcerias nessa viagem da vida, que auxiliam a respirar e acreditar, mesmo em tempos difíceis. Aos coletivos *Chinaredo* e *Brejo* pelos abraços, músicas e sonhos compartilhados. Às parceiras e parceiros da Frente Estadual de Drogas e Direitos Humanos e outros coletivos de resistência, assim como parceiros/as antimanicomiais, com quem posso compartilhar militância e afetos, inclusive pelo segundo ser essencial ao primeiro.

Ao Cauê larto pela almagemialidade e por me ensinar tanto sobre as diferentes maneiras de estar nesse mundo. Tua alma feminina e tua amorosidade estiveram sempre presentes, mesmo na distância.

À *Aldeia*, Ernani Rossetto e Tati Dalmaso (os gatos e o Buda), obrigada por estarmos juntos nessa vida, pelo aprendizado diário da potência da coletividade, pela força e incentivo para tantas batalhas, pelo apoio à realização do mestrado sem jamais perder a ternura! Tati tua parceria e afeto deram cor e música a essa cartografia, às discussões, às parcerias nas aulas, aos retiros de escrita... Gratidão imensa por compartilhar mais essa, tem muito de ti nessas páginas.

À Malvi Pereira minha grande parceira da vida, minha companheira com quem enfrento as dores e delícias do cotidiano. Tua delicadeza atenta, tua agilidade e teu amor me inspiram diariamente. Tens um poder incrível de me mostrar que é possível, sempre. Obrigada por suportar meus dias difíceis nesse processo de escrita, por auxiliar nas revisões do texto, agora é acabar a tua dissertação e vamos ao nosso próximo projeto. Amo-te.

Ao meu irmão Jonathan Filippou que me ensina há 31 anos que o mundo não gira ao meu entorno, e que o amor não se afoga nem tendo um oceano nos separando. És um exemplo para mim, de vida, de amor, de

cuidado, de sabedoria, de presença, de enfermeiro, de mestre. Tua sensibilidade te faz o acadêmico, amigo, mano, professor, mais interessante que conheço.

Finalmente agradeço aos que me colocaram nesse mundo e com maestria me ensinaram que a velocidade das tartarugas pode ser mais interessante que a dos mísseis. Paulo Filippon e Mariza Filippon em vocês me reconheço, e sou grata por me fazer vento nos ensinamentos em ato sobre humildade, respeito, dedicação, cuidado, mas sobretudo ensinamentos de amor. Meu encantamento pela diversidade da vida, que às vezes causa certo estranhamento, muito se deve aos cuidados e educação que me proporcionaram. Obrigada pelo apoio logístico para que fosse possível o nascimento dessa dissertação. Gratidão sem palavras.

RESUMO

A vigente política brasileira sobre drogas aloca, aos que as consomem ou aos que as comercializam, ao patamar da ilegalidade – ainda que preveja a diferenciação de fronteiras imprecisas, entre consumo e tráfico. A conjuntura proibicionista proporciona a existência de complexas redes sociais, entre os que mais lucram, e não são identificados como tais, e os que são passíveis de punição/correção. Estes últimos são os que se encontram na porção final da rede de vendas de drogas, em geral ocupada por jovens pobres, fato denunciado no contexto das medidas socioeducativas descritas por este trabalho. Esta dissertação é o resultado de um processo cartográfico junto a jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto por envolvimento no comércio de drogas, a partir da inserção em grupos de Prestação de Serviços à Comunidade e de Liberdade Assistida. Apresento aqui os elementos vivenciados no período da pesquisa, relacionando-os com as noções de criminalização das juventudes, *biopoder* e de medicalização do social, analisando como estes se expressam na contemporaneidade e como são trabalhados e (re)produzidos no contexto socioeducativo. Demonstrar como estes conceitos se articulam e constituem a produção de discursos na relação com jovens envolvidos/as com a rede de comércio de drogas, com as políticas públicas para crianças e jovens ao longo do tempo e com as instituições responsáveis pelas medidas socioeducativas em meio aberto foram as pistas percorridas por esta cartografia. Neste contexto é coerente questionar, serão os jovens que estão em conflito com as leis, ou as leis que estão em conflito com os jovens?

Palavras-chave: Jovens. Sistema Socioeducativo. Tráfico de Drogas. Medicalização. Criminalização

ABSTRACT

The current Brazilian substance misuse policy allocates to those who consume or to those who sell, the illegality – although providing a differentiation, yet of blurred boundaries between consumption and trafficking. The prohibitionist scenario provides the existence of complex social networks among those who profit from, and are not identified as such, and of those whom are punishable. The latter are those who are in the final portion of the drug sales network, generally occupied by poor young people, a fact reported in the context of socio-educational measures described in this work. This dissertation is the result of a social cartography process with young people in fulfilment of educational measures for involvement in the drug trade, part of the integration in Service Delivery groups to Community and Assisted Freedom. I present here the experiences during the research period, relating them to the criminalization of youths, *biopower* and the medicalization of social, analyzing how these are expressed in contemporary society and how they are worked out and (re)produced in the social and educational context. To demonstrate how these concepts are linked and constitute the production of discourse in relation to young people involved with the drug trade network, with public policies for children and young people over time and with the institutions responsible for social and educational measures were the hints used by this cartography. In this context it is relevant to question: is it the youths who are in conflict with the laws, or are the laws in conflict with the youths?

Keywords: Youths. Social Education System. Drug Trafficking. Medicalization. Criminalization

LISTA DE SIGLAS

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FASE – Fundação de Atendimento Socioeducativo

FEBEM - Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor

FPE – Fundação de Proteção Especial

LA – Liberdade Assistida

MSE – Medida Socioeducativa

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PEC – Proposta de Emenda à Constituição

PEMSE – Programa Municipal de Execução de Medidas Socioeducativas em meio aberto

PIA – Plano Individual de Atendimento

PIPA – Programa Interdepartamental de Práticas com Adolescentes em conflito com a Lei

PPSC – Programa de Prestação de Serviços a Comunidade

PSC – Prestação de Serviços a Comunidade

SEDHPR – Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

SGD – Sistema de Garantia de Direitos

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SUS – Sistema Único de Saúde

TPAS – Transtorno de Personalidade Antissocial

SUMÁRIO

1 SITUANDO O ROLÉ	10
1.1 Aproximações ao Tema de Pesquisa	15
1.2 Socioeducação como Campo de Pesquisa.....	20
2 PERCURSO METODOLÓGICO	24
2.1 Uma Longa Viagem ao Outro Lado da Rua.....	25
2.2 Local.....	30
2.3 Por onde Andei.....	35
2.4 Levo na Mochila	36
2.5 Ética do Encontro.....	37
3 DANDO UMA IDEIA	39
3.1 Sobre Juventude(s).....	39
3.2 Criminalização das Juventudes	45
4 AS LEIS EM CONFLITO COM OS/AS JOVENS	50
4.1 Da era pré Código de Menores ao ECA	50
4.2 A atual legislação para Crianças e Jovens	58
5 AS (DES)MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	71
5.1 <i>Pagando o Comunitário</i>	74
5.2 Sobre o PIA.....	80
5.3 OS Grupos e o Carcereiro que há em nós	82
5.4 A instância dos “quase”	87
5.5 Os Muros.....	91
6 JUVENTUDE CRIMINALIZADA E DROGAS: CHAPA QUENTE	102
6.1 O CREAS e as drogas	105
6.2 Notícias de uma guerra nem tão particular.....	107
7 DA MEDICALIZAÇÃO DO SOCIAL À CRIMINALIZAÇÃO DAS JUVENTUDES	120
8 CONSIDERAÇÕES CARTOGRÁFICAS	128
REFERÊNCIAS	134

1 SITUANDO O ROLÊ

Em tempos de debates acirrados sobre a redução da maioridade penal, a temática a respeito de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (MSE) se impõe nas agendas acadêmica, política e social. Estes/as¹ jovens passaram a ser o público-alvo de discussões e de controvérsias no campo de direitos humanos e de direitos sociais. De um lado, os argumentos utilizados posicionam os/as jovens como sendo antes vítimas que protagonistas; além disso, se engendram políticas públicas afirmativas que questionam a legitimidade do sistema judiciário brasileiro. Por outro lado, argumentos contrários defendem e reforçam uma onda ainda mais punitiva com vistas à diminuição de uma suposta impunidade social. Penas mais severas são reivindicadas tomando por base políticas de países como Estados Unidos, por exemplo – que tratam jovens e crianças como adultos em conformidade com seu ato infracional.

Do ponto de vista da investigação que proponho, é preciso dizer que a punição deste segmento social se materializa de diversas formas. Destaco, em especial, a criminalização e a medicalização das juventudes: criminalização como sendo a presunção de atos ilícitos que seriam cometidos por jovens de grupos populares, e a consequente punição destes como resultado da sinergia criada entre as funções de captura e de observação do aparato legal estatal; enquanto a medicalização é especialmente manifesta em uma de suas mais agudas expressões – a psiquiatrização. Conforme aponta Maria Vicentin² (2011), ao explorar as interfaces psiquiátricas e jurídicas em diversos estudos, há uma crescente psiquiatrização dos comportamentos de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, especialmente àqueles/as que se encontram em privação de liberdade.

A associação de fundamentos biológicos, a partir do saber científico,

¹Utilizo a variação os/as no texto da dissertação para me referir a situações relacionadas tanto as mulheres quanto aos homens, visto que na língua portuguesa não temos adjetivos/termos que contemplem a referência a ambos. Por vezes as mulheres estão “invisibilizadas” pela flexão de plural indicar utilização do masculino em nossa língua.

² Neste estudo, utilizo a redação do primeiro nome acompanhado do sobrenome sempre que for a primeira citação do/da autor/a para explicitar a contribuição das mulheres na produção de conhecimento.

com questões como os comportamentos e as problemáticas sociopolíticas, é uma característica inerente à condição humana na modernidade, conforme aponta Guarido (2011). Tal associação configura, para Michel Foucault (1988), uma forma social e política de poder – a qual ele denomina de *biopoder* – conceito cunhado em torno das formas de controle ao homem social e à sociedade como um todo. Por meio de mecanismos baseados nos conhecimentos científico e biológico, o Estado e o sistema econômico exercem um controle aparentemente racional e eticamente justificável das populações dos estados-nação capitalistas, por vezes, também, objetivado pelos/as operadores/as de políticas públicas.

Ainda sobre as diferentes formas de punição às quais os/as jovens são submetidos, destaco o crescente índice de homicídios que ceifam milhares de vidas por ano. Conforme o mapa da violência produzido por Julio Jacobo Waiselfisz, em 2013, foram analisados 85 países e o Brasil ocupou o terceiro lugar entre as maiores taxas de homicídios na faixa etária entre zero e 19 anos. Nesse mesmo ano, ocorreu a morte de 3.749 jovens vítimas de homicídio; destes, a grande maioria era do sexo masculino, negro, e mais de 80% das mortes foram causadas por armas de fogo (WASELFISZ, 2015). A expressiva presença de armas de fogo que vitimam um elevado número de pessoas, em especial jovens, tem sido associada a práticas criminais como o comércio de drogas, conforme afirma Paulo Malvasi (2012).

O comércio de drogas, assim como outras ações ilícitas, provoca e proporciona o acesso às armas de fogo e “emprega” diversos jovens em suas complexas redes, além disso, também, compõe o contexto de sociabilidade de alguns dos/as jovens que acompanhei. A inserção nesse ramo pode ser percebida pelos altos índices de jovens em cumprimento de medidas socioeducativa por envolvimento no comércio de drogas: esse ato infracional corresponde ao segundo motivo que mais levou jovens a medidas em regime de privação de liberdade (BRASIL, 2013), sem considerar as medidas em meio aberto – em função da ausência de informações.

Tais situações ocorrem e estão circunscritas em um contexto sociopolítico de guerra às drogas, marcada pelo proibicionismo e pela repressão ao comércio e uso de determinadas substâncias psicoativas, que

tem na saúde um de seus principais argumentos. A política de drogas atual eleva quem as consome ou quem as comercializa a um patamar de ilegalidade – ainda que exista a previsão de diferenciação, de fronteiras imprecisas, entre consumo e tráfico como afirma o jurista Salo de Carvalho (2013). Para Maria Lucia Karam (2013), há uma seletividade quanto aos sujeitos que serão punidos por envolvimento com a rede de drogas que, em geral, corresponde às pessoas pobres, moradoras das periferias dos grandes centros urbanos, que operam parte final dessa organização reticular, perpetuando a ideia de criminalização da pobreza.

Esta dissertação é resultado de um processo cartográfico, tendo em vista os elementos vivenciados no percurso de pesquisa. Proponho apresentá-los relacionando como as noções de criminalização, *biopoder* e de medicalização se expressam na contemporaneidade e como são trabalhadas no contexto socioeducativo. Ou seja, como se articulam e constituem a produção de discursos na relação com jovens envolvidos com a rede de comércio de drogas, com as políticas públicas para crianças e jovens ao longo do tempo e com as instituições responsáveis pelas medidas socioeducativas em meio aberto.

Durante o percurso cartográfico, diversos autores e autoras me acompanharam nestes caminhos. Alguns/mas foram encontrados/as a partir de aproximações teóricas que busquei, como Michel Foucault e os/as teóricos/as que auxiliam a compreender alguns de seus conceitos. Outros/as – como Paulo Malvasi, Cláudia Fonseca, Edson Passetti e Maria Vicentin assim como todos os nomes citados ao longo desta obra e outros/as que não estão citados, mas que compõem meu pensamento – auxiliaram-me a ampliar a visão a respeito do campo que vivenciei junto aos/às jovens.

Ainda sobre os referenciais teóricos, com alguns e algumas eu tive contato pela primeira vez, outros/as foram revisitados; ainda, outros/as estiveram presentes nas falas, conversas, aulas e tantos outros espaços de aprendizado. Estes encontros com leituras, músicas, jovens, colegas, professores/as, amigos/as, possibilitaram e provocaram a busca por um olhar ampliado sobre as experiências no campo de pesquisa. Assim como também ampliaram o olhar na formulação de novas perguntas, questionamentos ao

instituído e na construção de um caminho atento às pistas que conduziram a trajetória de pesquisa.

A diversidade de autores e autoras utilizados não é ingênua, inclusive alguns podem estar em conflito, se considerarmos suas linhas teóricas. Contudo, assumo o risco da diversidade, optando por utilizar o que considere importante para o percurso de cartógrafa-pesquisadora. Mesmo em um exercício de ampliação das concepções dos temas aqui trabalhados, enxergo esta escrita como uma possibilidade dentre infindáveis possibilidades e maneiras diferentes para se analisar tais temáticas.

O texto desta dissertação contém diversas gírias utilizadas pelos meus interlocutores, sendo que elas aparecerão ao longo da escrita grifados em itálico, como o *rolê* que dá nome a esta seção introdutória. *Rolê* é uma caminhada, uma volta, mas também pode expressar várias outras coisas, como sentimentos, caminhos diversos, olhares ou modos de olhar que só vão ser entendidos/interpretados por quem se conecta ou se insere em um determinado contexto. Neste ponto, a metodologia utilizada para realização deste trabalho é o próprio *rolê*, visto que a cartografia propõe movimento, conexão, abertura do/a pesquisador/a para percorrer seus próprios pensamentos e afetações nos encontros, que se modificam e se (re)produzem durante o percurso cartográfico.

Dessa forma, para situar o *rolê* este texto introdutório está organizado de forma a contextualizar o/a leitor/a sobre os caminhos percorridos nesta pesquisa, que está dividida em oito capítulos. Início trazendo, no Capítulo 1, a aproximação ao tema de pesquisa e a apresentação do campo das medidas socioeducativas como espaço de pesquisa para a saúde coletiva. Na sequência, apresento o capítulo dois que trata sobre o percurso metodológico cartográfico e seus desdobramentos.

A cartografia aqui apresentada foi construída como um exercício de colocar em suspensão – em análise – os afetos e indagações que atravessaram meu corpo pesquisadora, o qual está constituído de inúmeras experiências, algumas compartilhadas nesta escrita. O campo de pesquisa se deu a partir da minha inserção em um serviço ligado à Proteção Social Especial (PSE) do Sistema único da Assistência Social no município de Porto Alegre. Trata-se de um Centro de Referência Especializado em Assistência Social

(CREAS), um dos locais responsáveis por acompanhar jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto na cidade.

No capítulo 3 – *Dando uma ideia*, uma expressão utilizada para designar uma conversa, uma argumentação – exponho algumas aproximações aos conceitos de Juventudes e de Criminalização das Juventudes. Para Juventudes, explico a escolha do uso do termo por este representar a multiplicidade de sentidos que podem ser atribuídos às juventudes. À criminalização das Juventudes trago alguns elementos sobre a cultura do medo e a presunção de culpa que recai sobre alguns jovens, assim como as diferentes posições de sujeito que este/a pode ocupar.

Em relação ao Capítulo 4, realizo um breve resgate histórico das leis e políticas públicas voltadas para o público infanto-juvenil. Desse modo, passando pelas formas de governo e poder sobre a vida no final do século XIX e início do século XX até chegar ao atual Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Problematizo o quanto as leis criadas para garantir que estes que hoje são considerados cidadãos de direitos, possam acessar o que lhes é garantido, mas que também produzem meios de punição. A punição recai não somente sobre o/a jovem, mas também sobre as famílias que são responsabilizadas pelos cuidados das crianças e jovens sem ter o suporte social necessário, o que engendra uma associação que denomino de a lei em conflito com os/as jovens. Ainda neste capítulo, trago algumas pistas quanto ao que foi observado no percurso da pesquisa sobre os contextos familiares, assim como pistas sobre a sociedade de controle e a prerrogativa de sujeitos ágeis e empreendedores de si, e como alguns/as jovens correspondem a essa exigência.

Dedico o Capítulo 5 a explorar o campo das medidas socioeducativas e a inserção junto ao CREAS. Neste capítulo, assim como no próximo, encontra-se a maior parte das descrições relacionadas aos/às jovens que encontrei e acompanhei neste percurso cartográfico. Sendo assim, o capítulo é dividido em cinco subcapítulos, onde exploro as relações institucionais e entre os/as jovens, as atividades de grupo de Prestação de Serviços à Comunidade e de Liberdade Assistida e algumas características do CREAS como local responsável pela execução das medidas socioeducativas em meio aberto. Neste capítulo, apresento algumas leituras que fiz durante o *rolê* cartográfico,

como formas de resistência dos/as jovens e dos/as operadores/as das políticas públicas.

No Capítulo 6, apresento a relação das juventudes criminalizadas no encontro com a criminalização das drogas e a guerra às drogas. Essa discussão é conduzida por situações e falas de jovens sobre suas relações com a rede de drogas, como usuários e como participantes ativos da rede de comércio; ou, simplesmente, como jovens que – de alguma forma – pensam e sentem como se dão os diferentes discursos produzidos a respeito das drogas. Nesse capítulo seis, há uma seção onde apresento algumas pistas a respeito dos efeitos da proibição das drogas no contexto das juventudes pobres em Porto Alegre: notícias de uma guerra nem tão particular. Ao final, apresento pistas à medicalização dos/as jovens em cumprimento de medidas socioeducativas por envolvimento no comércio de drogas evidenciado em um contexto de medida em ambiente fechado.

No capítulo 7, há a articulação dos conceitos de criminalização das juventudes e medicalização do social a partir de Michel Foucault e Ivan Illich. Exploro perspectivas teóricas a respeito da associação entre esses conceitos, propondo visualizar as medidas socioeducativas como a materialização da criminalização das juventudes enquanto o diagnóstico seria o produto da medicalização, ambos imbricados no fenômeno de punição das juventudes.

No último Capítulo – 8 – descrevo breves considerações cartográficas contendo algumas impressões deste percurso de pesquisa. Além disso, registro o quanto algumas invisibilidades teóricas apareceram em minha vivência cartográfica junto aos jovens em cumprimento de medida socioeducativa por envolvimento no comércio de drogas e como percebi a materialização das diferentes formas de punição em vários segmentos do corpo social e institucional, além de uma breve descrição do contexto político que se apresentou ao tempo desta dissertação.

1.1 Aproximações ao Tema de Pesquisa

A temática de jovens em cumprimento de medida socioeducativa, objeto desta investigação, tem relação direta com minhas trajetórias pessoal e

profissional. Olhar para os modos de viver e para o modelo social, político e econômico sob o qual as sociedades ocidentais estão organizadas e pensar que isso é o natural, que simplesmente a vida acontece assim por acaso, nunca me pareceu demasiado convincente. Estar em contato com pessoas e meios que problematizam, que questionam e que resistem a algumas verdades pré-concebidas tem me auxiliado a ampliar percepções e a escolher caminhos. Michel Foucault (2013, p. 44), ao falar sobre enunciados colocados e aceitos como *verdadeiros* pelo saber científico e deste saber em relação a noção de ideologia, refere que:

Ora, creio que o problema não é de se fazer partilha entre o que num discurso releva da cientificidade e da verdade e o que relevaria de outra coisa; mas de ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos.

Nestes caminhos de discursos múltiplos e de produções de verdades, encontrar gente que sente, que vive, que trabalha, que faz música, que usa droga (ilícita ou não), que pensa, que sofre, que dá risada, que morre, que é morto, que escreve, que trafica, que tem filhos, que é filho, e tantas outras possibilidades de vida, motiva-me a buscar mais elementos para a reflexão; sobretudo na compreensão de fenômenos tidos como problemas para o campo da saúde e da sociedade.

Refletindo sobre o que me levou a trabalhar com jovens e o quanto tenho sido provocada a questionamentos tais como os que apresento neste estudo, procurei memórias de quando as juventudes, as discordâncias com a lei e o estar fora da “norma” se tornam mais presentes para mim, seja no âmbito pessoal, seja no âmbito profissional. Considero-me fora da norma há alguns anos, seja por não corresponder aos padrões estéticos de magreza e feminilidade colocados como ideias, seja por vivenciar uma orientação sexual que foge ao modelo cristão de família estruturada, seja – ainda – por encarar as relações com as substâncias psicoativas - chamadas drogas - como inerentes à existência humana.

Imersões em universos tidos como marginais me constituem. Por exemplo, o uso/venda de drogas e a saúde mental, que, a partir de vivências práticas e em redução de danos, pude conhecer e com elas construir certa

aproximação. Coleciono algumas memórias de abordagens policiais que vivenciei e posso assegurar que nenhuma é agradável; entretanto, penso que poderiam ter sido piores se eu não fosse mulher, branca, estudante, beneficiada de alguns privilégios socialmente construídos ligados a essas características e se as investidas não houvessem ocorrido – em sua maioria – em bairros de classe média. Poderia citar inúmeros exemplos, porém, não é esse o objetivo do texto: a ideia é expor brevemente de que lugar eu falo, de onde eu venho.

Tenho trabalhado com saúde mental desde a graduação em enfermagem, passando por um período de imersão durante a Residência Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva. Essa incluiu trabalhos junto a Residências Terapêuticas, Gestão em saúde, Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) de diferentes modalidades - CAPS II, CAPS Álcool e outras Drogas e CAPS Infância e Adolescência e a IV Conferência Nacional de Saúde Mental Intersetorial.

Foi durante a Residência Multiprofissional que tive meu primeiro contato com a associação entre saúde, juventudes e medidas socioeducativas. Um dos campos de prática em que vivenciei a temática foi o Projeto de Extensão da UFRGS - Estação Psi. Trata-se de um Projeto do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Faculdade de Psicologia que se propõe a trabalhar, junto a outros projetos da universidade³, com a temática das medidas socioeducativas e o acompanhamento de jovens em cumprimento de MSE.

Neste período, reunimos uma equipe que planejou e implementou um projeto piloto sobre Saúde Mental Coletiva no contexto de privação e de restrição de liberdade em que o público alvo foram os agentes socioeducativos da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul - FASE⁴ e os trabalhadores/as da Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul -

³ O Estação Psi compõe o Programa Interdepartamental de Práticas com Adolescentes em conflito com a Lei (PIPA/UFRGS) junto com o Programa de Prestação de Serviço à Comunidade da Faculdade de Educação - PPSC e o G10 do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da Faculdade de Direito - SAJU.

⁴Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE) é, no Rio Grande do Sul, o dispositivo responsável, desde 2002, pela execução das medidas socioeducativas de privação e restrição de liberdade. Essa instituição é responsável pelas casas de internação do regime fechado e internação provisória, assim como a semiliberdade. (RIO GRANDE DO SUL, 2015a).

FPE⁵⁶. O projeto tratava de um curso composto por diversos módulos, e os encontros suscitaram discussões intensas, por vezes tensas, mas ricas na medida em que ouvir os/as trabalhadores/as e me dispor a um deslocamento empático ampliou o leque de possibilidades de reflexão sobre as instituições, as juventudes e os contextos das MSE.

As antropólogas Daisy Barcellos e Cláudia Fonseca (2009) escrevem sobre uma experiência similar no ano de 2001 junto aos trabalhadores/as da antiga FEBEM. As autoras referem que as pessoas que trabalham na instituição carregam consigo o fato de serem percebidas como uma das facetas do universo em que atuam, sendo associadas inclusive aos estigmas do crime, e/ou aos maus tratos seguidamente denunciados como prática desta instituição. Assim como descrito no estudo de Barcellos e Fonseca, os estigmas que estes profissionais carregam foram percebidos e ouvidos durante a participação no projeto de Extensão.

Entrar em contato com relatos de sofrimentos vindos das pessoas que trabalham diretamente com jovens e com medidas socioeducativas, ou mesmo crianças em situação de abrigo, provocou-me a rever pensamentos binários, como conceitos de 'bem' e de 'mal', que eu nem mesmo percebia como constituintes dos discursos acerca destas temáticas. O contato com estes profissionais, suas histórias de vida brevemente compartilhadas nos encontros, o pouco ou nenhum suporte que lhes é ofertado para dar conta das demandas emocionais que o trabalho requer atravessado pelos problemas estruturais por eles relatados e somado às jornadas de trabalho extensas devido à falta de pessoal, estrutura de trabalho precária, dentre outros elementos, resulta em processos de subjetivação complexos. Tais elementos têm reflexos não só em seus processos de trabalho, mas em suas vidas e na vida daqueles/as submetidos/as às medidas socioeducativas. Não me parece

⁵Fundação de Proteção Especial (FPE) é o órgão do estado do Rio Grande do Sul responsável, desde 2002, pela execução das medidas de abrigo de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade. (RIO GRANDE DO SUL, 2015b).

⁶Ambas as instituições – FASE e FPE – foram criadas pela lei 11.800 de maio de 2002. A criação destes órgãos responde às alterações paradigmáticas colocadas pela implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente. O processo de reordenamento político e institucional ocasionou a extinção da Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor (FEBEM) que, entre 1969 e 2002, foi o local destinado a receber crianças e adolescentes acusados de envolvimento em atos infracionais, assim como aqueles que necessitavam de abrigo. (RIO GRANDE DO SUL, 2002)

possível analisar algum ponto separado do todo; esta reflexão retornou, em vários momentos de diferentes formas, nas minhas trajetórias profissional e pessoal.

Após a diversidade de afetações e os bons encontros na Saúde Mental Coletiva, veio a inserção no “mundo real” do trabalho, assim como em outras frentes ligadas à luta antimanicomial e ao Sistema Único de Saúde (SUS). Buscando superar a lógica hegemônica⁷, durante o desenvolvimento do meu trabalho como enfermeira⁸ acostumei-me a me interessar pelo que vem antes da situação que está sendo narrada pelo sujeito que chega até mim. Essa busca tem por objetivo uma melhor compreensão do que está sendo colocado pelo/a usuário/a e acaba suscitando novas perguntas e novas histórias. É como se eu iniciasse com a ponta de um fio e seguindo seu curso me deparasse com um emaranhado de fios, de tramas que sustentam a história de vida do sujeito, com outros fios e outras pontas, outras cores, outras espessuras, outros nós, outras rupturas e novas e múltiplas conexões. Olhar para a vida de um/a adulto/a e para o enrijecimento de alguns destes fios me leva a refletir sobre as fibras que o compõem, as situações e as condições a que foram expostos, as ações do tempo sobre eles. Penso como foram ou teriam sido conduzidas ações de cuidado com este sujeito? Em que condições e contextos políticos e sociais essa vida foi se desenvolvendo até chegar a esse momento?

Estas inquietações, somadas às minhas experiências, conduzem atualmente minha atenção e meu olhar para as juventudes, suas múltiplas existências, seus consumos, suas cicatrizes e as marcas que as instituições e a ciência lhes impingem. Seja considerando a saúde, a segurança, a educação seja a assistência social e tantas outras esferas políticas que podem compor este universo, proponho-me a problematizar os discursos produzidos acerca do envolvimento de jovens no comércio de drogas e o cumprimento de medidas socioeducativas, em especial quando ocorrem em meio aberto. Conforme Ana Paula Sales (2012), há uma ideia difundida no imaginário coletivo de que os

⁷Neste caso, refiro-me às correntes hegemônicas que evidenciam maior interesse em tratar “doenças”, no intuito de silenciar sintomas tidos como fora de um padrão de normalidade, do que se propõe a olhar para as pessoas e seus contextos de vida.

⁸As áreas de atuação de um/a enfermeiro/a são amplas, neste caso me refiro às minhas atuações como enfermeira em espaços de cuidado junto aos/as usuários/as do Sistema Único de Saúde.

jovens envolvidos com drogas ilícitas estão fadados a perpetuar atos de violência, restando à população proteger-se destas ameaças, preferencialmente eliminando-os ou colocando-os em espaços fechados, privados do convívio social.

Trabalhar com jovens que usam drogas, e que realizam tantas outras atividades possíveis, em uma instituição de cuidado em saúde trouxe mais indagações sobre estas marcas institucionais, marcas da vida e marcas do tempo. Como as experiências individuais e coletivas passam a constituir o sujeito? Como as produzimos ou respondemos a elas? Como e quais as repercussões na vida destes/destas jovens ao contato com definições científicas, rótulos, a eles/as atribuídos? Como a rede de comércio de drogas e o possível envolvimento com o crime estão colocados em suas vidas, para além do que os diagnósticos psiquiátricos ou os processos judiciais pretendem e conseguem (pre)ver?

Perguntas que nos auxiliam a tentar, entre um caso e outro, buscar brechas que possibilitem a oxigenação da reflexão, que ampliem as percepções da situação, deste emaranhado de linhas e de existências. Alcimar Trancoso e Adélia Oliveira (2014) utilizam a metáfora da janela para ilustrar que conforme nos aproximamos da janela o campo de visão se amplia, ao passo que se ao afastarmos o campo torna-se mais restrito. Esta dissertação é um convite para nos aproximarmos da janela e da paisagem que pode nos proporcionar – quem sabe uma viagem por ela? Que tal adensar nossas reflexões acerca dos processos de subjetivação que estão operando junto aos/às jovens, considerando as possíveis relações com o comércio de drogas, assim como a vinculação às medidas socioeducativas em meio aberto?

1.2 Socioeducação como Campo de Pesquisa

De acordo com as diretrizes para a Política Nacional de Atenção à saúde dos adolescentes e jovens, a principal causa de mortalidade da população jovem e adolescente – por um lado – está relacionada com causas externas, como o exemplo já relatado sobre alto índice de homicídios nesta faixa etária.

Por outro lado, os principais motivos de acesso desta população aos serviços de saúde estão ligados à vida sexual e reprodutiva – acompanhamento de pré-natal e distribuição de preservativos (BRASIL, 2012a).

Buscando análises sobre a organização da assistência dos serviços de saúde a esta população, encontram-se relatos que corroboram a visibilidade apenas da demanda que chega às unidades de saúde, tal como citada acima. Mas encontra-se também ausência de compreensão desta etapa de vida e as necessidades de atenção. Dentre muitos, destaco a análise contida na “Política nacional de atenção integral à saúde de adolescentes em conflito com a lei”, documento referente aos/às jovens que se encontram privados de liberdade. Nele consta a relação que deve ser estabelecida entre os serviços/equipes de saúde e os/as jovens que cumprem medidas socioeducativas.

O documento alerta para que as representações sociais que os profissionais da saúde fazem em relação aos/às jovens que cumprem medidas socioeducativas privados/as de liberdade não estejam à frente quando se trata do planejamento e cuidados aos jovens. Faz-se necessária uma aproximação real ao/à jovem, para que se reconheçam suas necessidades, e esta aproximação pode ser prejudicada quando há interferência de ideias pré-estabelecidas sobre eles/as.

A preocupação estatal com a saúde desta população está relacionada com o crescente envelhecimento da população, configurado pelo aumento da expectativa de vida em geral, assim como com a diminuição da natalidade e o aumento da mortalidade da população jovem. Esta configuração de população traz prejuízos econômicos para o país, por ausência e não renovação da classe trabalhadora e produtiva. Com isto, há um crescente aumento de investimentos em políticas de cuidado e proteção integral dessa população. Segundos Santos e Ressel (2013), isso pode ser percebido, inclusive, pelo aumento de estudos relacionados a este tema.

Os principais pontos de atenção da política de saúde voltada para esta população é encontrada no documento “Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde.” e, dentre elas, o uso de álcool e outras drogas, como podemos observar neste trecho que segue:

Sendo assim, é fundamental que a saúde desse segmento populacional seja incluída nas análises de situação sanitária das regiões de saúde para orientar a construção de estratégias, integradas interfederativamente e intersetorialmente com as ações, programas e políticas em desenvolvimento no país, principalmente para a promoção da saúde; na prevenção aos agravos e enfermidades resultantes do uso abusivo de álcool e de outras drogas e dos problemas resultantes das violências; na prevenção às doenças sexualmente transmissíveis e Aids e para a melhoria do atendimento ao crescimento e ao desenvolvimento, à saúde sexual e à saúde reprodutiva, notadamente à gravidez na adolescência e ao planejamento sexual e planejamento reprodutivo. (BRASIL, 2010)

Para Carolina dos Reis (2016), nas práticas de saúde, a internação compulsória de jovens em razão do uso de drogas tem sido a principal (senão única) estratégia de intervenção quando identificado o uso de drogas. Além disso, hoje, no Brasil, face às políticas proibicionistas vigentes, o sujeito usuário de drogas, ao ser considerado doente do ponto de vista das práticas de saúde (também pautadas pelo proibicionismo), é também considerado um criminoso diante das políticas de segurança brasileira.

Embora, no ano de 2006 a alteração de lei de drogas tenha buscado uma descriminalização do uso, tipificando crime apenas o comércio da droga, vários autores como Carvalho (2013) destacam a fragilidade da lei em diferenciar o usuário do traficante, ficando a cargo dos agentes de segurança pública e/ou do judiciário a determinação entre um e outro. Resultante desta fragilidade legal abrem-se brechas de atualização da moral de classes que vê no usuário pobre, o traficante, em detrimento do usuário rico, como consumidor; não importando muitas vezes a quantidade e o padrão de consumo da droga.

Este modo de ser jovem e ter alguma relação com as drogas, ao ser flagrado por alguma intervenção do Estado, além de um possível tratamento em saúde o/a jovem possivelmente será identificado/a como infrator/a e, portanto, destinado/a à cumprir uma medida socioeducativa. Este, em geral, é o duplo caminho possível.

Considerando ainda o documento das diretrizes para política de saúde desta população, encontramos a seguinte advertência:

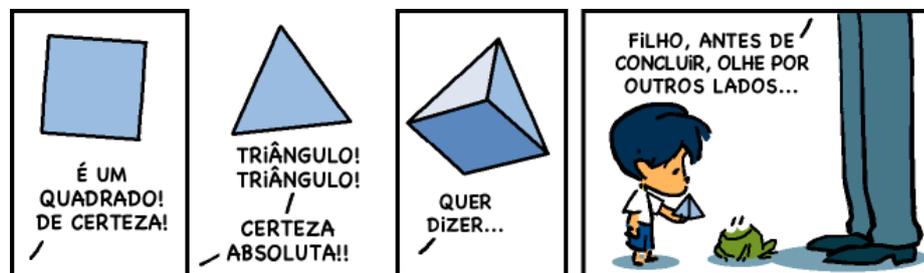
É necessário enfatizar que a produção de saúde para adolescentes e jovens não se faz sem que haja fortes laços intersetoriais que abram

canais entre o setor saúde e a participação e colaboração de outros setores, e da própria comunidade, especialmente das pessoas jovens e suas famílias, uma vez que as necessidades de saúde ampliada, dessa população, ultrapassam as ações do setor saúde. (BRASIL, 2010)

Deste modo é que o campo das medidas socioeducativas foi se constituindo como possível para esta pesquisa. Tomada pelos princípios da saúde coletiva que coloca os determinantes sociais no centro da definição e intervenção da saúde das populações, aposto na radicalidade de produzir conhecimentos em saúde a partir da intersetorialidade. Como trabalhadora, a experiência tem se feito nos serviços e na assistência à saúde.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

FIGURA 2



Fonte: Tiras Armandinho (BECK, 2016)

Ao pensar o projeto desta pesquisa cartográfica, eu propunha um “plano de voo livre”, porém, ao entrar no campo de pesquisa e ao amadurecer esta analogia em espaços de orientação acadêmica, considerei o fato de abandonar a ideia, pelo menos em parte. A possibilidade de voar, de tirar os pés do chão concretamente, é algo instigante, mas também muito distante da realidade das vidas que acompanhei. Perceber mais concretamente as necessidades durante um percurso de pesquisa/viagem/voo me fez pensar que deixar de lado o instrumento de voo e encarar que outras formas de movimento seriam necessárias para que eu pudesse me aproximar das paisagens que vinha enxergando do alto.

O movimento provoca deslocamento, seja caminhando, correndo, voando, andando de bicicleta, de carro, de ônibus... Todas as opções possibilitam aproveitar oportunidades e correntes de vento que sopra, aproximações e distanciamentos necessários e possíveis a esse percurso de pesquisa. Não obstante a pesquisa de mestrado transcórrer no período de dois anos, a cartografia aqui descrita e produzida por meu corpo pesquisadora traz, também, impressões de movimentos anteriores a ela.

Para Rolnik (2007, p.65), o/a cartógrafo/a pode utilizar inúmeras fontes, de natureza diversa, “não só escritas e nem só teóricas”, a autora define o/a cartógrafo como um antropófago que se apropria, expropria e devora elementos que considera importantes para compor sua cartografia. Nesta

composição, escolhi – inicialmente – explorar como as temáticas das juventudes e das drogas, em especial as ilícitas, tomam sentido em minha trajetória. Em seguida, descrevo trabalhar conceitualmente com a proposta cartográfica, descrevendo qual o sentido de utilizar esta perspectiva metodológica como embasamento para a realização desta pesquisa junto a jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto por possível envolvimento no comércio de drogas. A proposta foi materializada através de encontros proporcionados pelo que denomino “uma longa viagem ao outro lado da rua”.

2.1 Uma longa Viagem ao Outro Lado da Rua

Descrevo aqui uma longa viagem ao outro lado da rua⁹, uma viagem possível, não daquelas que embarcamos com horário exato e planos com tudo previamente pensado e traçado. Proponho um trajeto livre, sem rumo nem destino pré-definido, mas que exige de quem se arrisca a ela, interesse, preparação, sensibilidade e atenção às pistas que estarão pelo caminho.

Para aproximação e acompanhamento dos/as jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto por envolvimento no comércio de drogas e as relações com o campo da saúde – em especial à saúde mental e medicalização do social - proponho uma viagem livre que me auxilie a produzir uma cartografia.

A cartografia não se propõe a descrever um objeto e sua concretude, mas falar do entre, o que se passa nas relações subjetivas ali colocadas, os fluxos de pensamentos produzidos e como por ali circulam. Conforme Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia (2012, p. 10), a cartografia tem o sentido de “acompanhamento de percursos, implicação em processos de produção, conexão de redes ou rizomas¹⁰”. O que se produz no entre, os

⁹ Brinco com a ideia de “longa viagem ao outro lado da rua”, pois moro nas proximidades do principal local onde ocorreu o campo empírico desta pesquisa. No curto trajeto eu atravessava poucas ruas para chegar ao destino, mas parecia ter percorrido uma longa distância ao me encontrar com universos subjetivos e objetivos, em muitos aspectos, diferentes do meu.

¹⁰ A ideia de rizoma apresentada por Deleuze e Guatarri é entendida como linhas em constante rearranjo, múltiplas conexões, estrutura sem centro.

pensamentos e as elaborações que, por vezes, chocam-se com as experiências colocadas em cena, com os encontros, com as marcas históricas e políticas inscritas nos corpos e ambientes em que sucedem.

A experiência cartográfica possibilita abertura a atravessamentos que produzem estranhamento, auxiliando a desnaturalizar discursos e práticas, o que acaba por gerar novas percepções e caminhos, tanto para a pesquisa quanto para mim, para os jovens e para a equipe com que convivi. Associo minha experiência de pesquisa à tirinha utilizada na abertura deste capítulo, onde o autor procura demonstrar as diferentes possibilidades e percepções do sujeito em relação a algo, neste caso a um objeto concreto. A ideia pode ser transposta ao exercício de pesquisar, mesmo a tirinha sugerindo que seja possível alcançar alguma conclusão, que não é a proposta desta pesquisa, ela também provoca reflexão sobre certas visões pré-estabelecidas ou “apressadas” sobre algum tema. As certezas produzidas por estes posicionamentos podem não permitir o movimento de explorar novas possibilidades sobre o que se experimenta, e a proposta aqui descrita sugere caminhos por onde o pensamento possa vaguear e produzir novos pensamentos, cujos frutos procuro compartilhar nesta cartografia.

Considerando a etimologia da palavra metodologia, *metá* (meta) – *hódos* (caminho), a pesquisa - ao olhar positivista - seria definida como o caminho para se atingir as metas traçadas inicialmente (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2012). O termo “método” remete a pensá-lo como uma figura reta, um traço, que conduz a pesquisa ao seu objeto utilizando o trajeto mais curto possível, conforme reflete Thiago Oliveira (2014). Em oposição a essa visão o autor defende o método como um modo de pensamento que se desdobra por entre os elementos de uma pesquisa, tendo-os como testemunhos da potência do pensamento (OLIVEIRA, 2014).

Conforme Passos, Kastrup e Escóssia (2012, p. 10):

[...] a cartografia propõe uma reversão metodológica: transformar o *metá-hódos* em *hodós-metá*. Essa reversão consiste numa aposta na experimentação do pensamento – um método não para ser aplicado, mas para ser experimentado e assumido como atitude. Com isso não se abre mão do rigor, mas esse é ressignificado.

Sendo assim, não segui um percurso retilíneo, porém, viajei considerando a experiência do inusitado, do que me colocasse em movimento e que possibilitasse pausas quando necessário. Andei por trajetos que permitiram sentir os diferentes terrenos do rolê, conhecer alguns lugares e atalhos, alterar rotas, produzir novas perguntas, me afetar com a *força*¹¹ de histórias que encontrei. Pude transformar um projeto em um caminho próprio, pois conforme Oliveira (2014, p. 285) “a cartografia não dispensa a viagem.” Associo tal experiência ao que as pesquisadoras Dagmar Meyer e Marluicy Paraíso (2014, p. 19) referem sobre as metodologias de pesquisa pós-críticas quando escrevem sobre a alegria de ziguezaguear “no espaço entre nossos objetos de investigação e aquilo que já foi produzido sobre ele, para aí estranhar, questionar, desconfiar”.

A metodologia cartográfica está inscrita na perspectiva dos estudos pós-críticos - plataforma que utilizo para me lançar em busca de compor a cartografia. A definição do que se entende por metodologia, no paradigma pós-crítico, pode ser compreendida pelas palavras de Meyer e Paraíso (2014, p.18) ao afirmarem que a

[...] “metodologia” é um termo tomado em nossas pesquisas de modo bem mais livre do que o sentido moderno atribuído ao termo “método”. Entendemos metodologia com um certo modo de perguntar, de interrogar, de formular questões e de construir problemas de pesquisa que é articulada a um conjunto de procedimentos de coleta de informações – que, em congruência com a própria teorização, preferimos chamar de “produção” de informação – e de estratégias de descrição e análise.

Conforme o trecho acima as autoras associam as metodologias dos estudos pós-críticos a certa maneira de produzir interrogações que questionem verdades pré-estabelecidas, produzindo movimento e ampliação dos sentidos (MEYER; PARAÍSO, 2014), onde teoria e método são inseparáveis (MEYER, 2014). Luis Santos (2005) refere-se a uma subversão de metodologias duramente estabelecidas para assumir uma postura eclética e que não busca encontrar a verdade. Nesse sentido, uma viagem livre subverteu a previsibilidade de um único caminho e destino possíveis.

¹¹ *Força* gíria utilizada pelos jovens em Porto Alegre para representar grande quantidade de algo.

Sobre os territórios não conhecidos, Laura de Barros e Virgínia Kastrup (2012) vão sugerir certa aproximação da cartografia à pesquisa etnográfica, justamente por ambas se proporem a adentrar e a percorrer um campo desconhecido, ou seja, um território que a princípio o/a cartógrafo/a não habita, não conhece. O/A etnógrafo/a se insere no território existencial e mantém contato direto com as pessoas, passando a participar de alguma forma de suas vidas. A vivência de campo transforma o/a pesquisador/a, e este ao mesmo tempo altera e é alterado pela experiência etnográfica (BARROS; KASTRUP, 2012). A imersão na experiência de cartografar é intensa e segundo Suely Rolnik (2007, p.66) o/a cartógrafo/a:

[...] quer é participar, embarcar na constituição de territórios existenciais, constituição de realidade. Implicitamente, é óbvio que, pelo menos em seus momentos mais felizes, ele não teme o movimento. Deixa seu corpo vibrar todas as frequências possíveis e fica inventando posições a partir das quais essas vibrações encontrem sons, canais de passagem, carona para existencialização. Ele aceita a vida e se entrega.

O/A cartógrafo/a, como afirma Rolnik, não teme o movimento e precisa estar atento às paisagens, à necessidade de paradas, de afetações, de parcerias nos percursos, nos discursos e a tantos outros elementos que podem ser encontrados nos caminhos e na produção dos encontros. A respeito da atenção do/a cartógrafo/a Kastrup (2012) ressalta que ela não é necessária para se descrever um objeto, até por não ser esse o objetivo da cartografia. A atenção é descrita como uma possibilidade de foco e detecção dos signos e forças circulantes do processo vivenciado, assim como uma concentração menos focada que permita a percepção de elementos aparentemente desconexos ou pouco importantes. Para a autora, as variações da atenção coexistem e se organizam de diferentes formas, de modo que o/a cartógrafo/a deva buscar um tônus atencional que evite os extremos (KASTRUP, 2012).

Ainda sobre a atenção do/a cartógrafo/a, Kastrup (2012) descreve um estudo em que o autor relacionou a atenção e suas flutuações ao voo de um pássaro e seus momentos de pouso, não o pouso como interrupção do movimento, mas considerando que tanto os voos quanto os pousos conferem ritmo ao pensamento.

Para Passos e Barros (2012, p.31), a cartografia, por ser um método que propõe a intervenção como caminho, só é possível de ser feita a partir de uma “imersão no plano da experiência. Conhecer o caminho de constituição de dado objeto equivale a caminhar com esse objeto, constituir esse próprio caminho, constituir-se no caminho”. Considerando que o fazer e o conhecer são inseparáveis nessa proposta de imersão na experiência, entende-se que – como cartógrafa – a neutralidade não é uma aspiração nem uma pretensão.

Certo desterritorializar pode auxiliar na intenção de buscar estranhamentos; por exemplo, observar conhecidas paisagens por diferentes ângulos, ou permitir-se andar por outros caminhos que levem a um mesmo destino. Nesse sentido, pude perceber os efeitos de compor um trabalho junto à Assistência Social durante o mestrado. Até o momento havia somente compartilhado experiências anteriores com determinado setor, mas sempre no lugar de “técnica da saúde mental” em parceria com a Assistência e não inserida em algum dispositivo desta esfera, um novo território pesquisa/atuação¹².

Um ponto a ser considerado no convite a adentrar os temas em discussão nessa dissertação é o fato de que estas temáticas estejam alocadas em um cenário de senso comum, bastante arraigado no imaginário social de criminalização dos sujeitos pobres e da personificação do mal no papel do dito “traficante”. Algumas destas pistas já estão colocadas neste escrito e ficam evidentes nas histórias que serão narradas no corpo da escrita. Proponho, assim, um deslocamento, na esperança de ampliar possibilidades ao que parece já ter lugar cativo quanto ao que representa este/a comerciante de drogas ilícitas para a sociedade contemporânea, noção que, inclusive, parece sobrepor-se a outras.

Não há pretensão de se descrever uma verdade ou mesmo esgotar possíveis percepções que podem compor o universo pesquisado, mas buscar elementos que possibilitem conhecê-lo. Entende-se que o mapeamento proposto nesta cartografia apresenta limites e potencialidades, e por tratar-se

¹² Experimentar um lugar de estrangeira, de inseguranças pelo desconhecido esteve presente no percurso da pesquisa, em especial nos primeiros encontros com equipe do CREAS e jovens.

de um “objeto” vivo, é também dinâmico, instável. Para auxiliar o/a leitor/a a acompanhar o fluxo de pensamento que busco colocar em análise neste trabalho, entendo ser necessária uma descrição em detalhe sobre o local que me inseri, para que assim se possa contextualizar os diferentes planos que pude observar nesse período. Assim como proponho compartilhar os procedimentos éticos e metodológicos utilizados, a produção/organização do material empírico reunido neste período e o processo de análise experimentado.

2.2 Local

A viagem que me possibilitou essa cartografia teve algumas pistas desenhadas previamente, como um dos caminhos para a produção do material empírico. A feitura dos subsídios para esta cartografia tem como ponto de partida um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). O CREAS é um serviço da Política de Assistência Social (SUAS) que funciona como um dispositivo da Proteção Social Especial de Média Complexidade. Está direcionado para atender situações consideradas de violação de direitos humanos como atenção a população de rua, situações de violência intrafamiliar, trabalho e prostituição infantil e medidas socioeducativas.

O CREAS foi um ponto importante de inserção por ser um espaço em que se encontravam os responsáveis por realizar o acompanhamento e a execução das medidas socioeducativas em meio aberto na cidade de Porto Alegre. A escolha de um CREAS específico, em meio a várias destas unidades variedade de unidades no município, ocorreu pelas características do território e pela disponibilidade do dispositivo em receber a pesquisa. Parceiros/as dispostos/as são importantes para um percurso exitoso e após realizar contato com a equipe, por indicação de parceiras de “outras viagens”, construí a aproximação para um início de percurso e de imersão junto aos/as jovens e às medidas socioeducativas.

A região do município na qual vivenciei esta pesquisa correspondeu, em 2008, a região que mais recebeu jovens para cumprimento de MSE: 18,4% do

total das medidas em meio aberto do município. Segundo o mesmo levantamento, a maior incidência de atos infracionais pelos quais os jovens deste território estavam cumprindo medida socioeducativa era tocante ao comércio de drogas e ao roubo (PORTO ALEGRE, 2010).

Tratando-se especificamente do CREAS onde se realizou a pesquisa, ele está inserido em uma região de amplo território geográfico e grande contingente populacional, concentrando 8,4% dos/as habitantes de Porto Alegre segundo censo de 2010 (IBGE, 2010). É considerado um dos maiores bairros da cidade, subdividido em áreas bairros menores. A região representa uma área do Orçamento Participativo e tem histórico de engajamento e protagonismo em diversas frentes sociais e culturais da cidade. Destaco o pioneirismo na organização e na realização de Reuniões de Redes Intersetoriais temáticas, inclusive descentralizadas em seu extenso território e com a participação de inúmeros setores e serviços públicos da região.

Na região há tanto áreas residenciais de classe média como há amplas áreas residenciais consideradas vulneráveis, habitadas por população com baixo poder aquisitivo. Estas, por vezes compostas por aglomerados de construções de alvenaria e outras feitas com materiais reciclados. Boa parte dessas regiões está situada em encostas de morros, e as áreas em que se concentram as habitações mais simples, onde residem trabalhadores assalariados, ou mesmo trabalhadores de setores informais, são chamadas pelos técnicos do serviço de *comunidades* e pelos/as jovens em geral de *favela*.

Estes são territórios marcados pelo intenso comércio de drogas ilícitas, sendo alguns locais conhecidos entre a população pela “organização” da rede de vendas e pela popularidade entre os que compram seus produtos. Alguns locais caracterizam-se pela constante rixa e pelo grau de violência elevado entre grupos rivais que disputam os pontos de comércio. Os pontos, por sua vez, são chamados pelos/as jovens e demais moradores de *bocas*, e é precisamente nestes espaços que alguns dos/as jovens acompanhados/as realizam, ou realizavam, a participação em atos infracionais que originaram a apreensão por agentes da segurança pública e que culminou em vinculação deles/as à medida socioeducativa. Há casos em que os/as jovens relatam

terem sido apreendidos/as enquanto tentavam comprar substâncias ilícitas para consumo, ou que portavam consigo substâncias para consumo próprio e não para venda. Ou, ainda, situações em que, conforme relatos dos/as jovens, não houve evidências que comprovassem seu envolvimento em atos ilícitos; não obstante isso, culminaram em apreensão e processo legal. Tais falas desvelam algumas pistas ao processo de *criminalização* evidenciado na pesquisa.

Eu resido há menos de um ano nesse mesmo bairro e assim como o CREAS, minha casa está localizada na “borda” do território, ou seja, muito próximo a um dos bairros que faz “fronteira” em direção ao centro da cidade. A localização do CREAS me causou certo estranhamento comparado com o que se preconiza sobre inserção de serviços de saúde e assistência nos territórios. Quando questionei a distância que o serviço fica das áreas onde reside a maioria dos/as usuários/as atendidos e parte da equipe salientou a importância do CREAS estar em uma região do bairro onde não há conflitos tão aparentes, visto que a circulação entre diferentes áreas pode ser um limitador de acesso para moradores/as de locais onde há disputas em relação a pontos de comércio de drogas.

A composição geográfica das proximidades do CREAS caracteriza-se por uma área plana basicamente composta por grandes habitações, com saneamento básico, escolas, diversas opções de locomoção (ônibus e lotações). Estas características a diferenciam das regiões em que residem grande parte dos jovens dos grupos das MSE. Se aspectos topográficos do território já são bem diversos do restante do bairro, que conta com uma cadeia extensa de morros, em relação a outras características a “distância” é ainda maior. Desloco-me de casa ao serviço e entro em contato com “mundos” que parecem estar a milhas da aparente tranquilidade do bairro, impressão que surge desde a conversa com a gurizada que aguarda o início do grupo em frente ao serviço, à leitura de documentos e prontuários em que se narram histórias de vidas, ou, ainda, nas discussões de casos entre a equipe.

A equipe, responsável por organizar e acompanhar os/as jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, é formada atualmente por uma assistente social, uma advogada (que também atua em outros setores do

Serviço), uma educadora social e duas estagiárias do Serviço Social. Durante os três primeiros meses de minha inserção na equipe, contou-se com a participação de um oficinairo que realizava grupo com os/as jovens, após sua saída não houve contratação de novo profissional pela FASC¹³¹⁴. Atualmente a equipe das MSE tem auxílio da equipe do Ação Rua Infância e Adolescência, mais precisamente um educador e uma educadora, para a realização de um dos grupos oferecidos quinzenalmente aos jovens em cumprimento de prestação de serviços à comunidade.

Os/as jovens chegam ao CREAS por encaminhamento do judiciário, após ter sido definida qual medida socioeducativa deverá cumprir. Na maioria das situações eles/as foram abordados pela polícia militar e levados ao Departamento Estadual de Criança e do Adolescente – DECA, onde passam por exame de corpo de delito, têm os responsáveis chamados e são atendidos na Justiça Instantânea (JIN). É na justiça instantânea que, dependendo da gravidade do ato infracional que estão sendo acusados, lhes é oferecido um “acordo”, chamado pelo judiciário de “Remissão”, como previsto no ECA. Nestes casos, o/a jovem que está sendo acusado/a pode optar por dar seguimento ao processo pela via judicial comum ou admitir a autoria do ato infracional por meio de assinatura em um Termo Circunstanciado (TC), e após ser ouvido pelo juiz, ter determinada a Medida Socioeducativa que deverá cumprir.

O/a jovem que recebe medida socioeducativa em meio aberto, em geral, é orientado/a a buscar o CREAS de sua região¹⁵, acompanhado de seu/sua responsável legal. Após decisão judicial, recebe um documento que deve levar

¹³Este profissional circulava entre diversos CREAS e ministrava uma oficina/curso de serigrafia com frequência quinzenal nestes locais. Ele foi chamado em um concurso, para Secretaria de Educação também em Porto Alegre, e ao assumir o novo cargo foi realizado um contato entre Secretarias municipais - no intuito de tentar cedência deste profissional para dar seguimento ao trabalho junto aos/as jovens em cumprimento de medida socioeducativa. A solicitação foi negada. Conforme anunciado em uma reunião geral das MSE a Secretaria de Educação ironicamente respondeu que “o professor tendo tantas qualidades como referidas pela FASC, a Educação também gostaria que ele compusesse seu corpo docente”.

¹⁴Conforme informado pela Coordenação da Proteção Especial da FASC há uma solicitação e indicativo de abertura de edital, a ser lançado ainda em 2016, para contratação de novos/as oficinairos para compor as atividades que são oferecidas durante o cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto.

¹⁵Quando o/a jovem apresenta algum “risco”, ou seja, não pode circular por determinados territórios, ele/a pode cumprir a medida em outro CREAS da rede socioassistencial do município. Se mudar de cidade também pode solicitar transferência de seu processo.

ao serviço e nele estão inscritos os dados pessoais do/a jovem, o ato infracional referente à medida que deverá cumprir bem como sua descrição. Consta, ainda, o dia da semana e horário que devem comparecer ao serviço para acolhimento e o endereço e nome do/a profissional responsável pela medida. Em todos os documentos aos quais tive acesso constavam o nome da assistente social que é referência das MSE no CREAS.

O período de cumprimento das medidas socioeducativas de Prestação de Serviços à Comunidade varia de caso para caso, não podendo exceder, entretanto, a carga horária de 08 horas por semana, conforme previsto no ECA. Já a medida de Liberdade Assistida tem o prazo mínimo de seis meses de acompanhamento, podendo ser reavaliada e mantida por maior período. Há situações em que os/as jovens recebem as duas modalidades de medidas de meio aberto para serem executadas simultaneamente, mesmo em se tratando de apenas um ato infracional. Assim como há casos em que os/as jovens respondem a mais de um ato infracional em um mesmo período.

O CREAS é responsável por todo processo e acompanhamento das medidas, mantendo o judiciário atualizado sobre a adesão do/a jovem ou comunicando quando da evasão de seu cumprimento. O preenchimento de papéis e cuidados com demandas burocráticas, do início ao encerramento da medida, representa um volume grande de trabalho para a equipe, que não conta com retaguarda administrativa para tanto e tem informações cobradas constantemente pelo judiciário. A questão da organização e da composição da equipe não é o foco desta dissertação, contudo, considero importante descrever brevemente como esse processo tem ocorrido na instituição que pude acompanhar¹⁶. As relações institucionais, assim como a infraestrutura oferecida, somadas às diretrizes da política socioeducativa, implicam diretamente nas condições de trabalho, influenciando o acompanhamento que é realizado com os/as jovens, além de serem pistas importantes ao que se pretende/possibilita com as ações socioeducativas.

¹⁶ As equipes responsáveis pelas MSE em meio aberto estão inseridas nos CREAS do município de Porto Alegre e obedecem ao organograma previsto pela FASC, mas há diferentes situações/condições de trabalho entre estes locais, como déficit de profissionais.

2.3 Por onde Andei

A produção do material empírico da pesquisa ocorreu a partir da apropriação teórica das questões legais que baseiam as medidas socioeducativas e também da inserção em um CREAS no período de março a julho de 2016. Nesse intervalo, participei de algumas atividades, mormente as relacionadas aos/as jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, ou seja, junto à equipe responsável pelo acompanhamento das MSE no serviço.

Prioritariamente, minha participação ocorreu no acompanhamento de dois grupos juvenis realizados semanalmente no CREAS, tanto com jovens em PSC quanto em LA. Observei atividades em andamento e participei ativamente da proposição de diversos encontros. Estive também em alguns atendimentos individuais, em espaços de acolhimento e em visitas domiciliares.

Importante salientar que nenhuma dessas modalidades de atendimento é especificamente destinada a jovens que tenham envolvimento no comércio de drogas. Os grupos e atendimentos individuais estão antes relacionados diretamente à modalidade socioeducativa a qual o/a jovem deverá cumprir do que à tipificação do ato infracional por cujo cumprimento o jovem está responsabilizado. As pistas que busco perseguir nesta cartografia coexistem com outras tantas. Procurei estar atenta a elas e pude percebê-las também no convívio com jovens que estavam em cumprimento de MSE por motivos alheios ao comércio de drogas.

Destaco as vivências com os demais membros da equipe, tanto quanto conversas informais com os/as jovens, como pontos importantes durante a minha estadia no CREAS. Talvez ali com o/a jovem, momento no qual a conversa escapa ao espaço da obrigatoriedade, certa espontaneidade surge inclusive no diálogo, que flui menos truncado do que nos espaços instituídos. Há um episódio em que me desloco até um território não pertencente à área adjunta ao CREAS em que estive inserida para conversar com um dos jovens. Fora do espaço institucional, com pelo menos “um muro” a menos entre nós, diferentes forças parecem mover a conversa, e nessa situação ele fala sobre a organização do comércio de drogas onde atua, trazendo elementos até então velados.

Meu lugar de pesquisadora esteve, de maneira geral, colada ao fazer/existir das trabalhadoras do CREAS. Mesmo tendo me apresentando aos/as jovens, em diferentes momentos, como pesquisadora¹⁷, este “papel” parece não ter sido reconhecido ou ao menos diferenciado pelos/as jovens daqueles/as que fazem parte da rede segurança-justiça-assistência social, a quem eles/as estão – compulsoriamente – vinculados no período de cumprimento da medida socioeducativa. Suponho que o silenciamento dos/das jovens, observado neste período, tenha relação com este lugar ambivalente da punição e socioeducação à qual estão submetidos. Na análise que segue, retomo a discussão. No período da pesquisa, foi possível participar de reuniões organizativas do cotidiano de trabalho, por exemplo, reunião de equipe geral do CREAS; reuniões da equipe envolvida especificamente com as MSE e alguns espaços externos e reuniões entre o CREAS e o CAPS AD inserido naquele território. Acompanhei a advogada do serviço em audiências na 3ª Vara da Infância e Juventude e pude ter contato com materiais/processos judiciais dos jovens em acompanhamento no CREAS.

Foram variados pontos de contato com elementos relacionados direta ou indiretamente à vida dos/das jovens que estão cumprindo MSE em meio aberto, que vivenciei. Procurei estar aberta e atenta aos elementos da diversidade que pode compor as experiências juvenis, ou que se produza com/sobre/por/para eles/as. Pistas perseguidas e elaboradas ao assumir um devir cartográfico, um corpo pesquisadora que se lança à experiência e ao exercício de aproximação e suspensão do vivido nesse constante movimento.

2.4Levo na Mochila

¹⁷ Foram diversas as situações em que me apresentei aos/as jovens, pois com a entrada frequente de novos integrantes propunha-se que todos/as se apresentassem. Nessas situações sempre referia que estava na atividade com eles em função de uma pesquisa de mestrado, em geral eles respondiam não saber o que é isso. Para ser algo acessível e fazer algum sentido a eles/as, referia como um trabalho por escrito, como um livro, sobre alguma temática específica que algumas pessoas decidem fazer após a faculdade e no meu caso, seria realizado com auxílio deles/as por eu poder estar participando das atividades, conversando e convivendo com eles/as nesse tempo.

O material empírico que subsidia a pesquisa constitui-se de recordações de campo¹⁸ produzidas pela autora, materiais produzidos pelos/as jovens durante atividades de grupo e alguns recortes dos processos enviados ao serviço. Estes últimos possibilitam visualizar posicionamentos e discursos do judiciário e da segurança sobre o/a jovem, o ato infracional e algumas forças presentes no universo do ato infracional/punição/proteção.

As experiências, impressões e causos anotados, somadas às memórias do vivido, vieram a compor as recordações de campo que embasam essa pesquisa. Considerei negativa a ação de escrever durante a interação com os/as jovens, pois além de aumentar a sensação de desconfiança presente nas relações que pude acompanhar, senti necessidade de manter minha atenção no que estava acontecendo, na relação que se estabelecia a cada encontro com eles/as (seus gestos, suas feições, suas nuances, suas caretas e movimentos corporais).

Para a elaboração de minhas reflexões, contei ainda com o auxílio e com provocações de parceiros/as de vida, sensíveis ao tema, mesmo os/as que não trabalham diretamente com as temáticas aqui propostas. Discussões em sala de aula, leituras de textos, rodadas de filmes e de músicas, conversas com profissionais envolvidos diretamente com as MSE e principalmente o convívio com os/as jovens compõem, também, o percurso dessa pesquisa. No decorrer do trabalho estarão presentes algumas ilustrações que podem auxiliar na compreensão dos temas propostos, ou mesmo proporcionar reflexões que extrapolam o que é expresso em palavras, assim como trechos de músicas.

2.5 Ética do Encontro

Nesta cartografia, não há protocolos a serem aplicados, sim um método para ser vivenciado no ato. Ou seja, um mapear múltiplo que desterritorialize, que auxilie a multiplicar formas de conexões, de expressões e de práticas na

¹⁸As anotações de lembranças e acontecimentos passados, remetendo-se a um diário de campo, contido num formato mais livre. Este termo já foi utilizado por José Damico (2011) em um estudo etnográfico a respeito de Juventudes e Governamentalidades.

interface juventudes e saúde, assim como refere Oliveira (2014) ao falar da metodologia de pesquisa cartográfica.

Há a preocupação em demonstrar a processualidade e o pluralismo do que é experienciado por mim em contato com os jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. Assim como aponta Silvia Tedesco (2015, p.01), “uma orientação ética aberta e sintonizada com a singularidade dos acontecimentos”. Mas há também uma relação de cuidado no encontro com o outro e seu viver, já experienciando opressão em muitos aspectos.

Assim, todos os nomes utilizados para ilustrar cenas que serão trazidas ao longo desta cartografia são fictícios, não tendo relação com o nome real dos meus/minhas interlocutores/as, mantendo assim o anonimato destes/as. O local onde realizei campo de pesquisa também não é referido, em função de preservar o anonimato dos/as jovens.

Ao longo do texto, serão apresentados – em *box* – os trechos extraídos diretamente de meus diários de campo. A finalidade desta formatação é para destaque de seu conteúdo.

3 DANDO UMA IDEIA

Neste capítulo pretendo abarcar alguns dos conceitos que dão suporte e, ao mesmo tempo, que questionam a dureza de um suporte, na busca de um olhar mais atento ao conceito de juventudes. Será também apresentada a noção de criminalização das juventudes, que esteve presente ao longo do estudo. Esta pode ser percebida em algumas cenas trazidas ao texto e em ilustrações que acompanham a escrita.

3.1 Sobre Juventude(s)

O conceito de juventude é amplo e perpassa os limites entre as diferentes definições com as quais tive contato. Sem refletir sobre a gênese de conceitos como adolescência, puberdade, juventude, entre outros, tais termos parecem apenas variações do mesmo tema, porém, trazem consigo - ao mesmo tempo em que produzem - uma variedade de significados. A proposta de discutir os termos e conceitos juventude/s e adolescência advém da cautela em não resumi-los a uma única visão, possivelmente limitada no que se refere aos sujeitos, pois conforme afirmam Mauricio Perondi e Maria Stephanou (2015, p.60) “quando o assunto são os jovens, há diferentes modos de percebê-los, isto é, diferentes abordagens sobre as juventudes”.

Os autores Trancoso e Oliveira (2014), que utilizam a metáfora da janela apresentada na seção anterior, quanto à aproximação ou ao distanciamento de certas temáticas, referem também que um conceito nunca é produzido de forma neutra. Os autores se apoiam na abordagem sócio-histórica para analisar a delimitação de conceitos de juventude, ou seja, consideram o contexto cultural e o momento histórico em que tais conceitos são cunhados. Há, portanto, disputa simbólica e política em meio à construção de conceitos sociais, uma vez que podem transformar a realidade, assim como são transformados por ela – isto é, constitui também um prisma de percepção, dentre muitos possíveis. Conforme os autores acima citados, a academia e a

ciência perpetuam relações de poder na disputa das diferentes correntes de pensamento e a delimitação dos conceitos pode ser uma de suas expressões.

Trancoso e Oliveira (2014), na proposta de explorar os conceitos de juventude, revisaram 189 documentos acadêmicos (artigos, dissertações e teses) publicados entre os anos de 2007 a 2011 que trabalham com esta temática. Neste universo aparecem estudos que fazem uma abordagem mais homogeneizadora da juventude – em que as variáveis biológicas estariam no comando dos comportamentos, entendidas como inatas a esse grupo social; conforme os autores, há inúmeros trabalhos que apresentam a definição etária como determinante para o segmento juvenil; e há, por sua vez, os que apresentam a juventude como conceito-processo, isto é, definição ampla e em movimento constante.

Nos estudos analisados por Trancoso e Oliveira (2014) o termo juventude é descrito, também, como período de transição da infância para a fase adulta; ou, como um modo de estar no mundo, que independe da idade ou das condições físicas – valores possíveis de serem consumidos, juventude eterna. Para alguns estudos, a juventude é algo distinto da adolescência, neles se supõe que o sujeito iniciaria nessa fase algum envolvimento com questões sociais e políticas; para outros, se estabelecem como conceitos que podem indicar os mesmos sujeitos, sem distinções evidentes. Em diversos estudos é referida a importância de se considerar os fenômenos biológicos, inseridos numa dada cultura, quando se buscam delimitações conceituais (TRANCOSO, OLIVEIRA; 2014). Exploram-se, assim, diferentes entendimentos – por vezes complementares, por vezes antagônicos – como dito anteriormente, mas constantemente em disputa.

Considerando esta variedade acima descrita e conforme explanado por José Machado Pais (1990), a construção sociológica da juventude é o que está em jogo. Esta busca tem como questão central explorar as diferenças sociais existentes entre as/os jovens - causar rupturas com o que é pré-estabelecido, mais do que delimitar possíveis similaridades. Segundo Pais, a juventude como fase da vida tem sua origem no século XIX, após a delimitação da puberdade como um processo biológico universal e a adolescência enquanto fase de transitoriedade, visão defendida e explorada pelas ciências psicológicas. O

autor não aprofunda esta temática, mas refere que após a cultura adolescente ser associada às problemáticas de comportamento, como a delinquência e a marginalidade social, é que esta chega a uma consciência social crítica, ou seja, passa a “existir” (PAIS, 1990). Vale ressaltar que a noção de sujeito em desenvolvimento, apesar de cunhado pelas correntes da psicologia mais ligadas a teorias desenvolvimentistas, é o que justifica a existência de uma diferenciação quanto aos modos de sancionar os/as jovens, por medidas socioeducativas diferentemente dos adultos no sistema penal.

Pais (1990) considera ainda que a juventude tenha sido associada com frequência a problemas confluentes, como a difícil inserção no mundo do trabalho e do desemprego, as responsabilidades conjugais e familiares, a necessidade habitacional, a delinquência e o uso de drogas. A percepção destes elementos e a tentativa de contê-los e contorná-los acarretou no prolongamento da escolaridade, na criação de leis sobre trabalho infantil, no incentivo à criação de “casas de correção”, além de implicar no surgimento da família contemporânea e numa maior dependência dos/as jovens a elas. Por vezes, os laços sociais familiares e a coabitação, por exemplo, prolongam-se em decorrência de alguns destes pontos citados e o cultivo de universos culturais divergentes pode ser um propulsor agudo de conflitos. O autor questiona se estes “problemas” são considerados pelos/as jovens como tal? E se é possível tê-los como “problemas” inquestionáveis e extensivos a todos/as jovens?

A cultura midiática e a disseminação de certas verdades forjadas reproduzem uma juventude tratada com realidade parcial, em que as culturas juvenis são tidas como homogêneas. Tomando a juventude enquanto construção social, ela passa a existir mais como certa representação do que como realidade (PAIS, 1990). São, pois, diversos elementos a considerar; nesse sentido, o autor explica como a sociologia tem trabalhado com a conceituação de juventude e de quando esta passa a existir ou a ser descrita com aparente unidade. O paradoxo que se estabelece é que mesmo um elemento, ou uma amplitude de elementos quando definidos, quando conceituados, estarão encapsulados em um nome, tal qual a ‘juventude’. Por sua vez, esta também engloba muitas ideias diferentes, indo de sua aparente

unidade – como uma fase da vida – à sua diversidade – os diferentes atributos sociais entre uma/um jovem e outra/o (PAIS, 1990); assim como referem Trancoso e Oliveira (2014) sobre a complexidade; por vezes, a impossibilidade de definição de conceitos.

Nas duas principais correntes teóricas da sociologia da juventude, descritas por Pais (1990) como a Geracional e a Classista, ambas procuram trabalhar as culturas juvenis a partir de certa diversidade percebida em seus processos de objetivação, tal como os diferentes significados e valores atribuídos a comportamentos enquanto caminhos para a internalização de normas e para processos de socialização – sempre associados à cultura dominante. O autor refere ainda que esta conceituação se opõe – criticamente – a conceitos que associam a juventude a uma fase da vida.

Seguindo as reflexões levantadas por Pais (1990) e utilizando o exemplo do ato infracional juvenil como incapacidade de ajuste às normas dominantes, a corrente Geracional olharia para tal fenômeno de desajuste como algo propício a ocorrer com sujeitos em condição social inferior, em virtude de estarem mais expostos a conflitos com as gerações mais velhas. Atribuiu-se tal fenômeno às frustrações, às crises de autonomia e às tensões específicas desta fase da vida. Por seu turno, a corrente Classista veria o ato infracional como sendo resultante do conflito de classes sociais. Por esta corrente as culturas juvenis seriam vistas como culturas de resistência, haja vista os modos de vestir, as feições dos cabelos, o uso de adereços e outros signos que desafiem consensos dominantes (PAIS, 1990). Segundo Trancoso (2012), esta visão dicotômica voltada às juventudes e apresentada pela sociologia, correntes Geracional e Classista, passam a ser superadas como os únicos caminhos possíveis para análise do fenômeno juventudes ao passo que há a introdução de outros elementos e a ampliação deste espectro de possibilidades.

Para os autores Mario Margulis e Marcelo Urresti (2008), as juventudes estão articuladas – social e culturalmente – com a idade cronológica, com a energia e com a vitalidade, com o destemor da morte e com a geração da qual faz parte - momento histórico em que vivencia a socialização. Referem ainda os autores esta combinação com relação à condição social - classe, gênero e

com a participação familiar – e a quais lugares ocupa nesta organização onde muitas dessas variáveis se encontram conectadas e explicitadas.

Com relação ao gênero, Margulis e Urresti (2008) afirmam que há desigualdades importantes nessas construções sociais das juventudes como, por exemplo, o fato de que a maioria dos homens tenha determinada forma de vivenciar a juventude mais livremente, diferente de algumas mulheres. Os autores relacionam criticamente ao fato de as mulheres serem chamadas à maternidade e aos cuidados com os filhos, bem como à necessidade de engravidarem até certa idade por questões biológicas e também em razão das construções sociais que perpetuam tais idealizações. Por fim, os autores defendem que a juventude deve ser vista em suas diferentes modalidades, para além de uma palavra ou de atributos juvenis relacionados a um grupo de convívio social.

Diversos autores defendem que a heterogeneidade do conceito de juventude pode ser potente, visto que propicia ruptura com formatos mais restritos de pensar este fenômeno. Chamam atenção para a produção dos significados de juventude no senso comum e para a importância de se subverter a ordem global, com vistas a evitar a utilização de determinado conceito que perpetue relações de poder já estabelecidas. (TRANCOSO; OLIVEIRA, 2014).

Ainda sobre essa diversidade, Perondi e Stephanou escrevem:

Viver a juventude num mesmo tempo pode levar jovens de diferentes contextos sociais e culturais a partilharem linguagem, estilos, sentimentos, práticas e valores comuns. Mas o modo como experimentam o que os identifica como jovens é vivido de forma diferente a partir de diferentes situações em que se encontram, em especial, seu grupo social, etnia, gênero, territorialidade, religião, etc. Isso implica perceber a diversidade dos modos como os jovens vivem a condição juvenil de um mesmo tempo/espaco/cultura (PERDONDI; STEPHANOU, 2015, p.64).

A ideia de diversidade e o rompimento com o estabelecido é explorada pelos/as autores que coloco em diálogo nessa seção, porém, há algumas ressalvas a serem feitas. Ao/a jovem pobre, ou mais especificamente ao/a jovem em cumprimento de MSE por possível envolvimento no comércio de drogas, pode ser negada em determinados momentos a noção de diversidade,

pois há estigmas que lhe incidem diretamente. Conforme Erving Goffman, (1975), o estigma confere ao sujeito uma noção de inferioridade, é, portanto, uma marca social tida como negativa. O historiador Alex Vidal (2015, p.130) problematiza o fato desta marca social conferir aos/as jovens uma característica “subjéctiva e não visível para as outras pessoas (moral)”, mas que se faz presente e se mistura, a características atribuídas aos/as jovens pobres em geral, tidos como perigosos ou potencialmente perigosos.

Porém, ao pensarmos sobre a noção de marcas sociais, deduz-se que elas não sejam fixas, nem necessariamente negativas como quando associada à ideia de estigma forjada por Goffman e relacionada aqui aos/as jovens pobres. Considerando uma conceituação mais próxima ao paradigma pós-crítico, tais marcas são tidas como dinâmicas. Ou seja, as diferentes possibilidades de posicionamento dos sujeitos podem conferir sentidos diferentes a características iguais ou muito próximas. Por exemplo, o que pode ser considerado como uma característica negativa para algum grupo, como frieza ou pouca afecção emocional, pode ser considerada uma qualidade positiva ou virtude, frente a outro grupo de pessoas. A noção de periculosidade associada à pobreza neste caso vincula-se a posição do sujeito jovem em um determinado contexto.

Ainda nas palavras de Vidal, “invariavelmente, é da pobreza que o perigo parece surgir”. Nesse sentido, observa-se que a maioria dos/as jovens ditos em conflito com a lei, ou pelo menos aqueles que são formalmente responsabilizados/penalizados por estes conflitos, fazem parte desse estrato social (VIDAL, 2015, p.130). Andrea Scisleski et al (2012) também exploram a associação entre juventude e pobreza¹⁹ e a construção da ideia de sujeitos potencialmente perigosos. Essas noções serão adensadas no decorrer desta escrita, por representarem elementos importantes para o estudo: quem são estes/as jovens e qual a política socioeducativa que têm alcançado? O que está em jogo nas relações de poder colocadas nesse processo, e quais as singularidades juvenis foram percebidas neste percurso de pesquisa?

A partir dos referenciais trabalhados na escrita desta dissertação optei

¹⁹ A associação entre juventude e pobreza tem sido tema de diversos estudos como Coimbra e Nascimento (2003), Sales (2012) Rosa (2013).

por utilizar os termos “juventudes/jovens” ao me referir às pessoas que são o foco deste estudo. Conforme Perondi e Stephanou (2015, p.64), “O uso do plural reage ao fato de que, nas abordagens mais tradicionais sobre juventude, os jovens são pensados como integrantes de uma categoria juvenil homogênea”. Os termos serão utilizados no plural pela compreensão da impossibilidade de agrupar características comuns à totalidade de jovens, não há, pois, somente uma juventude e sim juventudes. No trabalho, aparecerá também o termo “adolescente”, pois diversas leis que subsidiam as políticas públicas direcionadas a essa população o empregam. No caso de citações diretas ou indiretas destes materiais, será mantido o termo contido no texto original.

3.2 Criminalização das Juventudes

FIGURA 3



Fonte: Brasil de Fato (LATUFF, 2015).

Não é necessário ser estudioso/a da área ou mesmo profissional dedicado/a a trabalhar com a temática das juventudes para dar-se conta da seletividade ao focar na juventude pobre como o público alvo das ações repressivas a partir do Estado. Basta estar atentos ao universo ao redor para que percebamos facilmente alguém sendo vigiado/a ou mesmo abordado/a por seguranças em supermercados, shoppings e lojas. Ou ainda, notarmos olhares desconfiados das pessoas com a entrada de alguns/mas cidadãos/ãs nos

coletivos urbanos, ou que assistamos a abordagens policiais a jovens sozinhos/as ou em grupos nas ruas e parques da cidade.

E porque não falar das vezes em que nos vemos com receio de alguma pessoa enquanto caminhamos na rua? Sensação agravada quando os sujeitos são negros ou pardos, jovens, homens e demonstram por suas vestimentas e demais nuances que pertencem a um estrato social com pouco acesso a bens materiais, ou demonstrem uma performance corporal que remeta a alguma noção de “risco”. Tais Fatos que demonstram que há certa delimitação social formulada e intuída a *priori*, considerando as marcas de uma sequência de estigmas percebidos por quem olha e sentidos por quem é olhado.

É possível dedicar anos ao trabalho racional de domínio das ações, para que não se reproduzam atitudes como estas aqui descritas. Ao mesmo tempo, é somente sobre a ação que se pode ter controle imediato, já o que sentimos, por outro lado, produto de construções simbólicas e culturais, pode não ser passível de controle ou ressignificação imediatos. O processo de subjetivação, do medo constante, no qual a sociedade contemporânea está imersa pode não levar livre nem aos que se propõem atentos as suas “armadilhas”. Para o sociólogo Zigmunt Baumann (2008, p.9), estamos vivenciando uma “era de temores”, em que novos perigos são descobertos e alarmados diariamente e na qual fica evidente o medo que impulsiona objetivamente duas possibilidades de movimento para seres humanos, ou para animais, quando têm sua vida posta em risco: fuga ou agressão. Porém, o autor chama atenção ao que ele denomina de medo de “segundo grau”, algo propriamente humano, que se caracteriza por ser – culturalmente – perpetuado na sociedade e que, de alguma forma, guia as ações, independentemente de existir um fator que coloque em risco ou não a vida.

A sensação de medo ao andar na rua e deparar-se com uma situação entendida como de “risco” pode ser denunciada no ato de cruzá-la para desviar do encontro ou mesmo a busca por proteger-se de alguma forma. Certamente não pretendo, com estas reflexões, fazer supor tais cenas e sentidos como algo experienciado homoganeamente. Podemos considerar, inclusive, a ausência da experiência - mas aqui sugiro pensá-las como atitudes (re)produzidas em diferentes contextos, em intensidades diversas e por diferentes pessoas ou

instituições - postura vivenciada por mim e por outros/as colegas que estudam e experimentam universos tidos como marginais e mesmo vivenciada por determinados “grupos” populacionais geralmente posicionados como algozes, qual os/as jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Algumas posições deste sujeito, aparentemente estabelecidas e tidas como padrão - de quem impõem ou sente medo, por exemplo - podem ser dinâmicas e instáveis. Disto, faço exemplo durante minha inserção junto ao CREAS, uma cena vivenciada em conversa com Cafu, um jovem de 17 anos, morador de uma região periférica conhecida no município por possuir uma rede de comércio de drogas estabelecida há muitos anos e influente junto a outros pontos de venda da cidade. Ele comenta comigo que um dos motivos de não gostar de ir ao CREAS é por sentir-se *espiado*²⁰ no trajeto até o serviço.

É não da pra dar bobeira, quando eu venho pra cá e não estou com os guris já fico todo *espiado*. O cara quer andar direitinho né, um casaco massa e tal, aí às vezes no caminho se já vejo alguém me olhando diferente, ou um carro assim passando devagar, já não curto. Lá onde eu moro sei que isso não acontece né, mas aqui já é outra história, ninguém me conhece e eu também não conheço, tem que ficar esperto, por isso não curto sair de lá. Além do que os *hom*²¹ se encarnam também, já querem revistar o cara. (Diário de campo, maio/2016)

Cafu acrescenta que este é um dos motivos pelos quais dá preferência para ir ao grupo de PSC acompanhado de outros jovens que moram próximos à sua casa. Sem embargo não reconheça como medo, receia a possibilidade de um assalto no trajeto que obrigatoriamente realiza a pé, após descer do ônibus na avenida situada há duas quadras do CREAS. Neste intervalo, parece experimentar sensações que, segundo ele, não vivencia no cotidiano ou nas proximidades de casa, pelo menos no que diz respeito à possibilidade de ser assaltado. É presente também em sua fala o incômodo de estar sujeito a abordagens policiais em um território “desconhecido”.

Nas palavras do jovem, pode-se notar a coexistência da possibilidade de estar em risco e a um só tempo representar um possível suspeito para os

²⁰ *Espiado* é uma gíria que significa estar receoso de alguma coisa, ou em dúvida sobre a possibilidade de algo não ser confiável.

²¹ *Homi* é uma gíria para referir-se aos policiais militares.

agentes de segurança, o que acaba por torná-lo provável alvo de alguma abordagem também neste trajeto. Segundo ele, estar sozinho e longe de casa não são condições que contam positivamente durante uma abordagem policial. Paulo Malvasi (2012) descreve em sua tese que as abordagens policiais às quais teve acesso durante a pesquisa não condizem com o tratamento preconizado, principalmente em se tratando de jovens com dezoito anos incompletos, caracterizando-se, no mais das vezes, pela truculência policial e presunção de culpa.

Ao ser posicionado como representante de uma ameaça social, a existência deste jovem o engrandece como perigo e proporcionalmente aciona aparatos de controle que o tem como foco, ao passo que o diminui quando a questão diz respeito ao seu acesso a direitos, como descrito pela pesquisadora Gislei Lazzarotto (2014). Mesmo que o seu agigantamento como potencial risco seja virtual, baseado na seletividade da abordagem policial, considero o diálogo com Cafu uma pista cartográfica sobre o processo de criminalização das juventudes, e sobre a produção do medo como forma de controle engendrada por inúmeros elementos, apresentados nesta seção e notadas no cotidiano.

Percebo o medo sobreposto ao que nos constitui, e percebo o medo também nas limitações quanto a controlar o que sentimos. Mesmo acompanhando medida socioeducativa ou, trabalhando, estudando e convivendo com o que é considerado pelo imaginário social o sujeito perigoso (e com ele tendo bons encontros!), e mesmo procurando guiar minha produção acadêmica, de trabalho e de vida para uma desconstrução desse arquétipo, deparo-me também com medos e com contradições. Daí, pergunto: o que motiva/mantém essa formulação do que parece ser um imaginário da corporificação do “mal” nas juventudes pobres?

As autoras Scisleski et al (2012) irão sugerir que olhemos para a insegurança social e para a criminalidade como uma produção complexa, composta por inúmeros fatores, num olhar que supere a ideia de culpabilização do indivíduo e problematize como é que nos envolvemos na construção do discurso do sujeito perigoso. Sobre essas desconfiças é possível notar algumas pistas do discurso do medo que retroalimenta o ciclo criminalizante, quando olhamos para o processo histórico no qual se desenvolveu a noção do

que hoje segue na mira do Estado e da opinião pública, bem como representado na charge do cartunista Latuff – que inaugura essa seção, ou a de Alexandre Beck apresentada a seguir. O pesquisador Edson Passetti já referendava no ano de 1986 que a sociedade, pautada pelo medo de um potencial inimigo e ainda ressacada pelos efeitos do período da Ditadura Militar que recém se despedira, clamava por mais segurança e pedia aos órgãos do Estado a intensificação na repressão aos “menores”.

FIGURA 4



Fonte: Tiras Armandinho (BECK, 2016).

Passetti (1986) afirma que a opinião pública há anos vinha sendo educada para bradar por segurança, fosse pelas constantes mensagens nos meios de comunicação de massa ou pelos investimentos em aparatos policiais, disseminando o discurso falacioso que justifica intervenções punitivas e repressivas. A pesquisadora Carmen Craidy (2015) também atenta para um olhar repressor presente ainda hoje que, potencializado pelo tom alarmista utilizado pelos meios de comunicação, reforça o clamor social por ações punitivas. Afinal, como se desenvolveu a legitimidade pública das intervenções estatais, sobre este público, em nosso país? Quais aspectos estão em jogo e acompanham a formulação dos diferentes códigos legais concebidos que se ocuparam e se ocupam, das crianças e jovens? Há pesquisas que remontam e analisam em profundidade essa temática, o que não é o objetivo desta escrita. No entanto, esboço aqui algumas ideias que promovam reflexão, e forneçam subsídios para adensar a temática proposta e vivenciada nesta cartografia. Tais elementos são expressos social e culturalmente; apresento-os a seguir a partir de produções legais no contexto brasileiro.

4 AS LEIS EM CONFLITO COM OS/AS JOVENS

Trato aqui, em uma tentativa de linha cronológica, de leis, de condições e direitos previstos, no intuito de construir uma linha de pensamento que auxilie a compreensão do que existe atualmente. Em referência tanto aos aspectos legais, quanto aos discursos e práticas que as produzem. São problematizados aspectos referentes ao que é ofertado como amparo legal, e o que se conflita com os direitos, incluindo seus aspectos punitivos.

4.1 Da era pré Código de Menores ao ECA

FIGURA 5



Fonte: Tiras Armandinho (BECK, 2016).

A pesquisadora Liana de Paula (2011) relata que no Brasil, tendo surgido em São Paulo, a partir de sua industrialização e de sua urbanização, algumas novas questões, como a disciplinarização dos corpos considerados inúteis, passaram a fazer parte das preocupações do Estado. Ou seja, no final do século XIX e início do século XX, a sociedade disciplinar e os ofícios fabris em expansão proporcionam aos/as trabalhadores/as extensas jornadas de trabalho, muitas vezes em locais insalubres; e provocam a migração destes dos meios rurais para os urbanos, no mais das vezes oferecendo precárias condições de moradia aos novos/as assalariados/as, principalmente nas grandes cidades.

Tais características somadas a outros elementos vivenciados por essa “classe trabalhadora” que surgia, afastava-a negativamente do ideal higienista já presente entre as famílias da elite. Estas exaltavam seus ideais católicos sob o formato de famílias nucleares e, em favor de um cuidado especial com a prole, defendiam o estilo de vida privada, adotando práticas higienistas. Enquanto isso, as pessoas que não faziam parte da elite viviam uma sociabilidade rude, alocadas, em moradias coletivas, com grande circulação de pessoas e pouca ou nenhuma privacidade, dentre outras particularidades (PAULA, 2011). As diferenças entre os diversos espaços de sociabilidade, daquela baseada no grito às que se moldavam ao silêncio ensinado pelas práticas disciplinares, foram descritas por Passetti:

O parlamento, a fábrica, a feira, a casa, a família, lugares onde se deveria falar, influenciar, ouvir, governar e produzir tornavam-se lugares de alvoroço. Mas, entre os tumultos deveria haver uma distinção: uma coisa era o estrondo do canhão, o martelar das máquinas, o berro imediato do professor ou do representante político; outra coisa a gritaria provocada pelo chamado populacho. (PASSETTI, 1999, p.).

Estes aglomerados populacionais, que virão a formar as comunidades urbanas existentes até hoje, foram associados a práticas criminosas, à drogadição, à promiscuidade e à proliferação de doenças, justificando socialmente a intervenção de órgãos estatais para fim de regularizar e sanear tais locais (PAULA, 2011). O filósofo Michel Foucault sugere que as intervenções estatais são justificadas pela existência de uma biopolítica, sendo essa uma nova forma de poder (CASTRO, 2016). Tal relação de poder produz maneiras de governar a população como espécie biológica, na busca para que seja regulada eficientemente, enquanto o poder disciplinar irá se ocupar do corpo individual, ambos como manifestação de um poder sobre a vida – *biopoder* (SCISLESKI *et al*, 2012; CASTRO, 2016).

Durante o crescente processo de urbanização, os locais em que se situavam as habitações dos/as trabalhadores/as não contavam com espaços como escolas, creches ou qualquer espécie de amparo social público, fazendo com que comumente os/as trabalhadores/as assalariados necessitassem levar as crianças para o espaço do trabalho, por vezes inserindo-as nas atividades laborais. Para além disso, outra possibilidade era deixá-las sob os cuidados

dos irmãos mais velhos, outros adultos ou mesmo sozinhas, enquanto pais e mães cumpriam longas jornadas de trabalho (PASSETTI, 1999; PAULA, 2011).

Nesse período, crianças e jovens aventuravam-se algumas atrás de diversão e outras de sustento pelas ruas das cidades, por vezes envolvendo-se em atos considerados ilícitos e indecentes, quais sejam os furtos e a mendicância. Consoante Paula (2011), o comportamento “delinquente”, ou mesmo a propensão a tal, era associado ao convívio das crianças e dos jovens pobres com a rua e à falta de uma referência moral. Conta a história de que a rua, além dessa carência, oferecia a presença constante e o convívio com os/as considerados/as imorais - prostitutas, usuários/as de álcool e outras drogas, criminosos/as. As crianças e jovens, nessas condições, eram considerados causadores/as da desordem da cidade e, portanto, muitas vezes recolhidos/as pela polícia e encaminhados/as a casas correccionais. (PASSETTI, 1999; PAULA, 2011)

Os locais que se ocupavam de acolhê-los/as baseavam-se em práticas disciplinares para a transformação destes indivíduos tidos como “vagabundos e arruaceiros” em trabalhadores/as úteis e regrados/as. Inúmeras vezes não obtiveram êxito na empreitada, sem que nem mesmo a limitação da liberdade e a vigilância constante garantisse o sucesso da prática disciplinar na fabricação desses “corpos obedientes”. As instituições e ações não se direcionavam somente às crianças e aos jovens, também aos sujeitos adultos considerados fora da norma, não produtivos.

Nas palavras de Passetti (1999, p.3):

Na falta de dispositivos educacionais e das eficientes instituições austeras que docilizassem esta força incomensurável em empregos, exércitos, manicômios ou prisões, a idéia de violência inata foi sendo cultivada, associada ao alegado baixo padrão cultural do povo, construindo-se o enunciado da sociedade disciplinar inquebrantável que se organizou com base na sociabilidade autoritária.

Podemos ver indícios dessa docilização fracassada dos corpos nas palavras de Passetti, e estas parecem impulsionar forças e mecanismos que passam a buscar maior precisão em seus métodos. Diz-nos Paula (2011, p.26) que foi a partir dessa “crescente preocupação de autoridades públicas e industriais em relação às crianças e aos adolescentes pobres que não estavam inseridos no mundo do trabalho” que houve, no início do século XX, o

soerguimento de uma série de estratégias e de discursos ocupados em governar - conter, encaminhar e formular os possíveis destinos para esse público. É nesse período também que aparecem os especialistas em infância que irão auxiliar a forjar técnicas corretivas mais “assertivas” para este grupo populacional considerado infame. (PASSETTI, 1999; PAULA, 2011).

Os médicos/as são os/as primeiros/as profissionais a desenvolverem este “novo saber”, e na sequência outros profissionais, como a pedagoga, a psicóloga e a assistente social, que também compõem e produzem discursos em disputa nessa arena. Conforme Paula, os saberes médicos irão auxiliar a traçar uma relação entre os indivíduos pobres e abandonados às práticas de criminalidade urbana, sugerindo ações preventivas frente a este grupo populacional. A ideia foi que traçando um perfil dos indivíduos mais propensos a delinquir, e “cuidando” deste/as, atuando em seus espaços de convívio familiar supostamente adoecidos ou afastando-os destes locais, seria possível evitar que voltassem a delinquir. (PASSETTI, 1999; PAULA, 2011).

Conforme indica Passetti (1986), a mesma ciência que legitima os saberes especialistas a forjarem a ideia da pobreza como produtora de seus “delinquentes em potencial”, transforma a ciência do direito em lei. Estes saberes, que contribuem com o desenvolvimento do controle social da infância e de juventudes pobres, encontram-se em meio a concepções e a discursos jurídicos que corroboram para a visão do que foi concebido como “menorismo”. É neste terreno que surge o primeiro Código de Menores em 1927, chamado também de código de menores Mello Matos²².

Para Irene Rizzini (2011), a discussão sobre legislação para infância e juventudes no Brasil é presente em toda a história do país. Passa por diferentes momentos, desde a colonização, tendo na instituição do Código de Menores um marco legal, haja vista ser esta a primeira definição de leis específicas para infância e juventudes (RIZZINI, 2011). Cecília Coimbra e Maria Nascimento (2003) indicam que é com a instituição do Código de 1927 e do Juizado de Menores de 1923 que as práticas de internação do jovem/pobre/perigoso em casas correccionais são amplamente difundidas.

²² Decreto nº 17943, de 12/10/27 – institui e consolida o primeiro Código de Menores. (SILVA, 2001).

O Código de Menores de 1927 destinava-se especificamente aos sujeitos entre 0 e 18 anos considerados em situação de abandono ou que justificassem alguma intervenção oficial do Estado no contexto familiar, incluindo os casos de crianças ou jovens acusados de “delinquência” (SILVA, 2001). É nesse período que o termo “menor” passa a ser vastamente utilizado e reconhecido por designar “criança abandonada, desvalida, delinquente, viciosa, entre outras [...]”, não somente no círculo jurídico, mas entre a população comum (RIZZINI, 2011, p.113). O Código consagra a união entre justiça e assistência, justificando ações sobre a pobreza agora legalmente situada e formalmente criminalizada. (SCISLESKI *et al*, 2012; SANTOS, 2013). Para Coimbra e Nascimento (2003) seus efeitos marcam a subjetividade da população brasileira até hoje, podendo ser percebidos, por vezes nítidos por vezes sutis, em cenas da vida cotidiana.

Com a proposta de se colocar em ordem os “desviados”, tutelá-los e protegê-los, os anos subsequentes são marcados pela ampliação das internações de jovens pobres prática cujo ápice ocorre – mormente – em períodos de vigência das ditaduras. Durante o Estado Novo de Getúlio Vargas e no período após o golpe militar de 1964, foram ampliados os programas e os locais para internação em casas correcionais. Estes contavam com práticas “educativas” marcadas por violências diversas e maus-tratos, ao tempo em que eram também propagandeados como locais garantidores de uma infância com maior acesso à alimentação, ao cuidado e à educação adequadas, um marketing eficiente que fazia com que as famílias, em geral as de menor poder aquisitivo, fossem estimuladas a deixar seus filhos sob a tutela do Estado (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003).

Em 1964, o Brasil inicia um momento político peculiar, para dizer pouco. Após o golpe antidemocrático e a instauração da ditadura militar²³ como regime político, o país experimenta um período de profundas violações de direitos

²³ Não só o Brasil, mas outros países como Argentina, Uruguai e Chile enfrentaram longos e violentos períodos de regime ditatorial militar na mesma época, em resposta ao receio da onda socialista que se espalhava pela América Latina. Mais informações estão disponíveis em inúmeras publicações e teses. Mais detalhes ver: “Justiça de transição para uma transição de Justiça”, organizado pela ONG Acesso Cidadania e Direitos Humanos (ACESSO, 2012). Ou: “Entre Garantia de Direitos e Práticas Libertárias”, publicada pelo Conselho Regional de Psicologia/RS em 2013, sobre organização dos/as psicólogos/as Alexandra Ximendes, Carolina dos Reis e Rafael de Oliveira (2013).

humanos pelo Estado, incluindo perseguições, torturas e mortes de civis. Conforme exposto por Silva (2001), dando seguimento e ampliando a visão do “menor” como um problema a ser resolvido pelo Estado, por vezes necessitando de intervenção, é durante o período desta ditadura militar que é criada a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM). A FUNABEM deu origem à criação das Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor (FEBEM), e suas respectivas unidades de “acolhimento” de jovens e de crianças. Silva (2001) explica que a criação da FUNABEM/FEBEM marcou a transição/reforma do Código de Menores de 1927 para o Código de Menores - Doutrina da Situação Irregular de 1979²⁴.

O “novo” Código de Menores é produto da reforma na legislação para crianças e jovens ocorrida durante a ditadura militar e responde a uma mudança social percebida nesse período, porém pouco significativa no sentido de melhorias concretas. Conforme aponta Paula (2011), em meados do século XX a população pobre e periférica, principalmente nas grandes cidades, vinha aumentando e com isso a preocupação se volta para a pobreza como causadora de danos sociais. Os aspectos biopsicossociais passam a compor fortemente os discursos a respeito das crianças e jovens, tendo a hereditariedade patológica e o meio social como peças chave deste engendramento. Os “menores” são posicionados como ameaças à segurança, justificando inclusive a perda do poder das famílias pobres sobre seus filhos para que o estado designe a conduta mais adequada no sentido de “educá-los” (PAULA, 2011).

Ainda, conforme Paula (2011), o trinômio pobreza + desvio + delinquência é o que caracteriza a Doutrina da Situação Irregular, princípio já utilizado antes mesmo da reforma da legislação. Estes princípios, associados aos vínculos familiares precários e supostos causadores da marginalização social, vão compor a redação do novo Código de Menores de 1979. Assim, a lógica de segregação e o encaminhamento das crianças e jovens para internação seguem agora fortalecidos e contemplados pela “situação irregular” descrita em lei (PAULA, 2011). Tais condutas serviam ao momento político

²⁴ Lei nº 6697/79 – Institui o Código de Menores, e trata-se de uma revisão do primeiro código instituído em 1927, consagra a “noção do menor em situação irregular”. (RIZZINI, 2011)

brasileiro, como percebido nas palavras de Passeti: tanto a Lei quanto as instituições “mostraram-se sintonizados aos interesses da ditadura militar no campo das políticas sociais”, em favor da chamada Doutrina de Segurança Nacional²⁵ (1999, p. 20).

É durante o período político da ditadura militar²⁶ que, segundo Daisy Barcellos e Cláudia Fonseca (2009, p.199), “a ‘delinquência’ parece assumir um vulto nacional.” Os abusos ocorridos nas casas correccionais passam a vir à tona, a pauta ganha espaço no contexto brasileiro e passa a compor o discurso democrático em diferentes frentes tais como em movimentos sociais e universidades. Entre o final da década de 1970 e início dos anos 1980, o governo ditatorial estava em declínio e se inicia a transição para o Estado Democrático, a ditadura militar chega ao fim em 1985 após 21 anos de repressão (BAPTISTA, 2012).

Conforme afirma Passeti (1999, p.20), com o final da ditadura a abertura política e a efervescência dos movimentos sociais trazem à tona - à imprensa e à opinião pública - as violências e as condições dos espaços para internação de jovens e crianças, o que faz com que se aumente a pressão por alterações na direção de superar a cultura perpetuada pelos Códigos de Menores. São elementos dessa natureza que preparam a transição paradigmática que ocorrerá nos próximos anos quando a Doutrina da Situação Irregular de 1979 será substituída pela Doutrina da Proteção Integral, também

²⁵ A Doutrina da Segurança Nacional foi uma das técnicas de governo instituídas após o golpe militar de 1964. Neste caso as questões ligadas à segurança nacional ficam acima do bem-estar social, autorizando as forças armadas a coibirem aqueles considerados inimigos do Estado. Não somente militantes anti governo foram perseguidos, torturados e executados em nome da segurança nacional, mas também civis que não tinham nenhum envolvimento com movimentos sociais ou políticos. Mais de cinquenta anos se passaram, há arquivos ainda em sigilo e não se tem ao certo os números de mortos, desaparecidos e torturados nos chamados “anos de chumbo”, este tema é abordado por Pedro Bicalho (2013) ao escrever sobre o papel da violência de Estado durante este período, assim como por Coimbra e Nascimento (2003), Coimbra, Knikjnik e Galli (2013).

²⁶ Cecília Coimbra, Luciana Knijnik e Tânia Galli (2013) no texto intitulado “Qual a cor da farda dos guardiões da ordem?” fazem um breve histórico sobre a constante presença das forças armadas na história brasileira e aqui destaco alguns elementos importantes para essa cartografia. Elas salientam que as práticas de segurança estatal atuais se assemelham ao período ditatorial, porém hoje os inimigos são os jovens, negros, usuários de drogas e os movimentos sociais. As intervenções da polícia junto aos/as jovens que acompanhei durante a pesquisa eram atualizadas semanalmente com novos elementos de abusos de poder policial por eles/as vivenciados.

na esteira de discursos que circulavam em âmbito internacional.

Em 1988 é promulgada a nova Constituição Federal Brasileira, concebida a partir de intensa participação popular, conforme Baptista (2012). Conhecida como Constituição Cidadã, ela traz um conjunto de inovações relacionadas aos direitos e aos deveres dos cidadãos brasileiros e do Estado e ao comprometimento jurídico-político deste com a busca pela superação de injustiças sociais, visando com isso contemplar os meios necessários para serem exercidos os direitos humanos básicos ali descritos (BAPTISTA, 2012).

Ainda na esteira da redemocratização brasileira e da ampliação de direitos humanos, agora em especial das crianças e adolescentes, é promulgada em 1990 a lei 8.069 que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em substituição e em contraposição ao Código de Menores de 1979 como descrito por Roberto Silva (2001) e Alice Souza (2014). É importante destacar, conforme pontua Baptista (2012), que inovadoras e humanistas legislações, como o ECA, estão inseridas, em sua origem e até os dias atuais, em um contexto socioeconômico liberal e neoliberal, como é perceptível no caso brasileiro, marcado pela ampla desigualdade social e, logo, contraditório.

O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Constituição Federal Brasileira marcam mudanças no que tange a maneira de perceber as crianças e os jovens enquanto sujeitos de direitos e de proteção prioritária (CRAIDY, 2015). Naquele também está descrito como deve se proceder no caso de crianças e jovens envolvidos em atos considerados infracionais. Em situações assim é indicado que o tratamento oferecido seja pautado pela responsabilização por seus atos a partir da noção de socioeducação, em detrimento da punição. No ECA estão previstas desde a indicação de medidas protetivas até a possibilidade de internação de adolescentes em ambiente fechado, passando pelas medidas em meio aberto (BRASIL, 1990). Conforme afirma Craidy, há avanços no Estatuto, mas “pode-se afirmar que a mentalidade educacional não penetrou nas instituições de execução de medidas, nem nas suas estruturas, nem nas relações que oportunizam aos adolescentes e aos trabalhadores” (2015, p.76). Considerando a importância que este assunto – socioeducação e/ou punição – tem na produção desta

cartografia, a discussão será adensada em um capítulo próprio.

4.2 A atual legislação para Crianças e Jovens

FIGURA 6



Fonte: Tiras Armandinho (BECK, 2016)

O paradigma no qual se insere o ECA é o da Doutrina da Proteção Integral que, segundo Souza, (2014) exige das políticas públicas e das normas relativas ao seu objeto consonância com os direitos humanos visando a prevenção das vulnerabilidades e da violência. A gestação e a promulgação deste conjunto de leis estão em conformidade com movimentos internacionais²⁷ que também pautaram essa mudança de paradigma (FONSECA, 2004). Conforme Fonseca (2004) a nova configuração legal que se apresenta não é resultado de um movimento exclusivamente brasileiro. A autora a descreve como fruto de um movimento mundial que levou diversos países a reverem sua legislação a respeito do bem-estar da infância durante a década de 80.

Conforme apontado por Maria Martins (2010) e Craidy (2015), há muitos avanços no ECA em relação às legislações apresentadas até então. Sobre estes aspectos, Silva (2001) cita a eliminação do termo “menor” nos documentos legais, o acompanhamento dos casos que chegam ao judiciário por equipe multiprofissional, a abertura de mecanismos de controle social na formulação e na fiscalização das políticas públicas voltadas a crianças e jovens

²⁷Cito a Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças promovido pela ONU em 1989, pois esta dispõe de relevantes pontos que compõem a legislação brasileira atual. Nesta convenção está previsto a necessidade do Estado, da sociedade e da família proverem a proteção e condições dignas para o desenvolvimento das crianças e jovens como demonstra Liliane Santana (2014), tais elementos serão também agregados na legislação brasileira vigente.

e, em que pese tudo isso, podemos ainda hoje observar o emprego do termo 'menor', mormente em reportagens e outros materiais midiáticos são se referirem a algum/a jovem envolvido, ou supostamente envolvido, em ato infracional. Situações há em que os termos "menor" e "adolescente" aparecem na mesma reportagem²⁸, sendo que "menor" refere-se ao jovem que teria infringido algum mal a outro/a jovem chamado de adolescente.

Fernanda Ribeiro (2009) indica ainda que a nova lei traz a concepção de sujeitos em "fase especial de desenvolvimento", colocando-os em um patamar de prioridade nas políticas públicas que visem garantir seu pleno desenvolvimento. A autora fala ainda que, além da concepção etária, a lei procura contrapor o passado: "a elaboração do ECA esteve baseada na consideração de que não são as crianças ou os adolescentes que se encontram em 'situação irregular', mas a sociedade, o Estado e a família que os colocam em 'situação de risco' " (RIBEIRO; 2009, p.98).

As antropólogas Patrice Schuch e Claudia Fonseca (2009) alertam para que não olhemos para as leis como garantia de sua efetivação, ou por via de um olhar normativo que busque averiguar rigorosamente as desconexões entre leis e práticas. As autoras defendem a ideia de "mutualidade construtiva" para a análise e a compreensão dessa relação, na qual a lei compõe e é significada em um dado contexto, produzindo e sendo produzida por discursos e sujeitos (SCHUCH e FONSECA; 2009, p.12).

Para Martins (2010) a criação das leis, conquanto a autora reconheça os avanços apresentados no ECA, não garante o seu cumprimento, sobretudo quando o Estado não proporciona ao cidadão estruturas favoráveis para fazê-lo. Baptista (2012), por seu turno, fala sobre as limitações na implementação dos direitos previstos na Constituição, tanto por dificuldades e desinteresse político quanto pela sobrecarga com que se depara o Estado na execução de tais metas. A autora afirma que, com todas suas contradições, colocar em prática estas normativas é responsabilidade das diversas instituições envolvidas e da sociedade civil, o que faz com que o compromisso se torne

²⁸Reportagem do jornal *Diário Gaúcho* de junho de 2016 a respeito de conflito entre dois jovens. (TORRES; DORNELLES, 2016).

uma pauta intersetorial.

A participação do controle social nas políticas públicas para crianças e juventudes citada anteriormente se dá pelos Conselhos de Direitos e Conselhos Tutelares, ambos criados pelo ECA. Os Conselhos Tutelares são compostos por pessoas eleitas pela comunidade e conforme afirma Ribeiro (2009) são instituições responsáveis pela promoção e pela defesa dos direitos das crianças e dos jovens de até dezoito anos, conforme previsto na legislação. Relativamente aos Conselhos de Direitos, trata-se de órgãos colegiados de composição paritária e caráter deliberativo, como o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA (BRASIL, 1990; BRASIL, 2015a).

De acordo com o sociólogo Rudá Ricci (2015) a participação social nestes conselhos tem como objetivo o planejamento, a execução e o monitoramento das políticas públicas. O autor considera, porém, que tais modalidades institucionais estejam atualmente postas em risco, no Brasil. Em relação aos conselhos tutelares e de direitos das crianças e jovens, Ricci sugere haver um distanciamento desfavorável entre estes e a população. O autor destaca a pouca descentralização e contato com as ruas, o que acaba por dificultar o fomento de assuntos pertinentes às crianças e jovens junto à população, como é o caso da discussão sobre redução da maioria penal e demais temas relacionados à efetivação dessas políticas e à garantia dos direitos (RICCI, 2015).

Tratando-se dos direitos previstos no ECA e nas demais legislações, percebe-se os diferentes contextos políticos e econômicos que podem dificultar o processo de implementação das políticas públicas responsáveis por promovê-los. Na busca por essa efetivação, cria-se o Sistema de Garantia de Direitos, a partir da Resolução 113/2006 do CONANDA (BRASIL, 2006a; BRASIL, 2015b). O Sistema de Garantia de Direitos tem como princípio a transversalidade: procura articular as diferentes instâncias e setores no intuito de proporcionar o alcance das crianças e jovens aos direitos previstos, por exemplo, a elaboração e o acesso às políticas públicas. (BAPTISTA, 2012).

São atores do Sistema de Garantia de Direitos todos os setores implicados na efetivação dos direitos das crianças e jovens até dezoito anos

incompletos em diferentes níveis governamentais, qual instituições legislativas judiciárias. O São também, os serviços e programas diretamente responsáveis pela atenção junto às crianças, jovens e familiares - saúde, assistência social, educação, trabalho, esporte, lazer, cultura (BAPTISTA, 2012; BRASIL, 2006a).

Para Baptista (2012, p.188), espaços de compartilhamento e de discussão são fundamentais para que o Sistema de Garantia de Direitos se concretize, buscando a defesa, a promoção e a efetivação dos direitos previstos pelo ECA. Tais espaços deveriam funcionar em rede, numa “trama sociopolítico-operativa”, como chama a autora, articulados e tendo como foco as necessidades do indivíduo e de sua família. Porém, ainda que represente avanços, o sistema de garantia de direitos e seus componentes são por vezes romantizados e distanciados dos recursos disponíveis à população. O contexto socioeconômico e político no qual se desenvolve o Sistema de Garantia de Direitos, as instituições e as pessoas que o compõem atravessam e são atravessados por relações de poder intrínsecas que, no mais das vezes, dificultam o alcance dos objetivos a que se propõem, motivo justamente pelo qual se faz necessária a sua existência.

A busca pela garantia de direitos parece “nadar contra a corrente” ao considerarmos o contexto neoliberal em que se desenvolve. Destaco como um dos efeitos dessa organização sociopolítica a dificuldade em acessar as pessoas responsáveis pelo acompanhamento das crianças e jovens no âmbito familiar. Além dos conteúdos culturais que podem estar envolvidos com tal questão, há outros elementos concretos a serem considerados, como por exemplo a vinculação destes a trabalhos informais ou mesmo formais com jornada acrescida de algumas horas em função do largo deslocamento, o que acabar por tornar difícil o acompanhamento às crianças e jovens durante o cumprimento da medida socioeducativa. Dificulta também o acompanhamento e o apoio durante o desenvolvimento de tais medidas, antes mesmo de considerarmos o contexto socioeducativo. É importante, pois, que pensemos sobre a estrutura macrossocial e os dispositivos oferecidos às famílias para que realizem os cuidados às crianças e jovens sob sua responsabilidade. Ao mesmo tempo em que devem responder às necessidades de consumo do grupo familiar, os/as chefes de famílias são responsabilizados/as também pelas

ações que as crianças e/ou jovens venham a apresentar.

Baptista (2012) chama atenção para o fato de que o desenvolvimento do modelo neoliberal no final do século XX, adotado mundialmente, fortaleceu a ideia de desresponsabilização do Estado quanto à garantia de direitos mínimos. Ao mesmo tempo que tal modelo ampliou as desigualdades sociais, concentrou ainda mais a riqueza nas mãos de uma minoria, como ilustrado na Figura 7, impondo altos níveis de exigência para participação e competitividade de mercado.

FIGURA 7



Fonte: Tiras Armandinho (BECK, 2016)

Em geral os familiares ou demais responsáveis legais estão imersos na disputa do mercado de trabalho, submetendo-se a jornadas exaustivas, por vezes em mais de um local, via de regra distantes de suas casas e nas mais variadas condições. Relatamos antes, relativamente ao período de início da industrialização brasileira, que naquele momento histórico os recursos sociais de suporte para os cuidados das crianças e jovens inexistiam. Não obstante a distância temporal, atualmente, quando existem, estes recursos não são suficientes para a demanda que se apresenta traduzindo-se na precariedade das condições e na baixa qualidade dos serviços ofertados.

Os elementos referidos fragilizam, em especial, as classes sociais populares, de menor poder aquisitivo, que dependem dos dispositivos públicos

para o desenvolvimento e o cuidado com as crianças e jovens. Quando há alguma dificuldade grave nos cuidados a esse público, ou há violação dos direitos das pessoas com idade inferior aos dezoito anos, pertencendo a qualquer classe social, é possível recorrer aos dispositivos públicos responsáveis por estes acompanhamentos, como os Conselhos Tutelares ou ainda outros serviços da rede de proteção.

Ribeiro (2009), ao realizar campo de pesquisa junto aos Conselhos Tutelares (CT), um dos programas propostos pelo ECA, percebeu que as demandas que chegam, apesar de diversificadas, são relacionadas diretamente com grupos populares. A autora segue sua problematização alertando para o fato de que há uma valorização do lugar da família como espaço privilegiado para o desenvolvimento das crianças e adolescentes. Não é casual que essas concepções familiares, previstas no ECA, podem alocar as famílias, no caso das camadas mais pobres, no lugar de famílias “desestruturadas”, “negligentes”, responsabilizando-as pelos problemas sociais, e sem considerar tais efeitos como resultante das desigualdades produzidas por nosso modelo socioeconômico. (RIBEIRO, 2009). Os grupos populares encontram-se na mira das políticas sociais e estas são operadas por dispositivos que exercem algum controle social e a partir deles é que se pode acionar dispositivos como os Conselhos Tutelares para que acompanhem casos específicos. Já os grupos de classe média ou alta costumam experimentar espaços de cuidado mais privados, distantes dos olhares alheios e em geral são poupados inclusive da vigília do setor público²⁹.

Seguindo a reflexão acerca da trama sociopolítica que visa a garantir a efetivação dos direitos previstos no ECA, as pesquisadoras Gislei Lazzarotto, Julia Carvalho e Thayanne Chaves (2015) problematizam as relações estabelecidas entre operadores de políticas públicas direcionadas ao público infanto-juvenil, em especial do setor saúde. As autoras discutem sobre as práticas de saúde na interface intersetorial com educação e socioeducação e

²⁹Alguns casos extremos envolvendo a classe média tornam-se fatos públicos quando atingem estágios extremos da violência, como a morte. Sendo então desvelados e amplamente noticiados como o caso ocorrido no interior do Rio Grande do Sul em 2014, envolvendo a morte de um menino de 11 anos. O pai e a madrasta do menino, junto com mais duas pessoas, são acusados do homicídio e aguardam julgamento. O caso foi noticiado em rede nacional e ficou conhecido como o “caso Bernardo”.

como se dão as relações de cuidado nesse âmbito. A argumentação utilizada pelas autoras, a partir das ideias de Foucault sobre cuidado de si e as racionalidades que forjam maneiras de cuidar e de existir, procura compreender como as demandas infanto-juvenis acabam resumidas a problemáticas e como os/as profissionais têm se disposto a acolhê-las. Destacam as autoras a prevalência de um formato de atenção que se dedica a buscar diagnósticos que direcionem qual profissional de fato deve ocupar-se do “caso”, utilizando com frequência a via fragmentada dos encaminhamentos em detrimento de um acompanhamento que se disponha a caminhar junto com o/a jovem.

Lazzarotto, Carvalho e Chaves (2015) consideram ainda que a aproximação dos/as profissionais às prerrogativas disciplinares, de como se deve viver, afasta a possibilidade inventiva de estabelecer outras relações com os/as jovens, nas quais possam reconhecer-se e obter reconhecimento. Os elementos levantados pelas autoras, assim como os argumentos descritos anteriormente sobre as famílias e possibilidades de acompanhamento (tanto da rede de proteção junto às famílias, como destas com seus filhos), apontam para modos de atenção pautados por lógicas tutelares, que ensinam condutas a seguir. No caso de descumprimento de um modo de viver, de acordo com a normatividade prescrita, as famílias, as crianças e jovens estão sujeitos a responderem juridicamente por seus comportamentos considerados desviantes³⁰.

A culpabilização dos núcleos familiares pelo fracasso na criação dos filhos, em especial quando estes se envolvem em atos infracionais, é descrita por Ana Paula Costa e Julia Goldani (2015), quando afirmam que:

[...] a culpabilização das famílias acaba por se revelar uma falácia criada ao longo das décadas para justificar a ausência do Estado no campo social em apoio às famílias quando enfrentam dificuldades no cuidado com seus filhos e, paralelamente, sua interferência controladora na vida privada das classes populares.

Tais aspectos podem ser identificados como sinais, pistas ao antigo

³⁰ Neste sentido, é válido destacar os processos de judicialização da vida, fenômeno trabalhado por Camila Oliveira e Leila Brito (2013). As autoras problematizam situações da vida diária quando encaradas sob a perspectiva judicial, criminalizante e centrada nos indivíduos.

modelo da Doutrina da Situação Irregular sendo pautada atualmente, encoberta, mas presente também na implementação do ECA (COSTA; GOLDANI, 2015). Quanto à culpabilização dos núcleos familiares dos/das jovens no cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto no CREAS pude observar alguns elementos durante o campo de pesquisa. Destaco o parco apoio oferecido pela rede de proteção em relação à busca por melhorias nos vínculos e relações familiares dos/as jovens acompanhados.

Na inserção em atividades junto às medidas socioeducativas no CREAS foram observados e vivenciados poucos momentos de contato com familiares das pessoas que cumpriam medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) ou Prestação de Serviço à Comunidade (PSC). Este contato se deu no momento inicial de inserção do/a jovem no serviço, durante o acolhimento, ou no momento de encerramento da medida, ambos onde é obrigatória a presença dos/as responsáveis legais pelos/as jovens. Conforme Fonseca (2005), não é possível hoje trabalharmos com um modelo ideal para definição de “família”, pois estas são constituídas de inúmeras relações, não necessariamente de consanguinidade. Porém, na maioria dos casos que pude observar quem acompanha os/as jovens são as mães, havendo ainda a participação de pais, avós, irmãos/ãs mais velhos/as, dentre outros/as.

Conforme relatado pela equipe técnica das MSE, no caso dos atendimentos individuais de Liberdade Assistida a presença dos/as familiares é mais solicitada pelas técnicas, e ocorre com maior frequência quando comparado aos dias de grupo de LA ou de PSC. Considerando que o período mínimo de execução da Liberdade Assistida é de seis meses, e neste ínterim ocorrerem inúmeros atendimentos, ainda assim, a maior parte dos encontros é realizada somente com os/as jovens. Tal característica pode limitar as possibilidades de encontros produtivos e de trabalho com o conjunto familiar. Além de reforçar a ideia do/a jovem como único foco, e passível de intervenção.

Já no caso da PSC os responsáveis pelos/as jovens apresentam-se especificamente nos dois momentos citados anteriormente, de ingresso e de finalização da medida socioeducativa, podendo ser acionados durante o cumprimento da medida caso quem o acompanha julgar necessário. Não estive

presente em todos os dias do cotidiano do CREAS, então a experiência da pesquisa não pode ser considerado o único “retrato” possível das ações que ocorrem, mas presenciei neste período um único momento em que foram chamados os pais de alguns meninos para conversar. A cena que motivou o chamamento dos responsáveis estava relacionada a uma situação específica de uso de drogas em frente ao CREAS, a qual descreverei mais detalhadamente em outro capítulo. Neste episódio de contato com os familiares, a intervenção foi pontual, não algo que se propusesse contínuo, ou que visasse acompanhamento junto à situação vivenciada pelos jovens.

Apesar do fortalecimento dos vínculos familiares e da rede social dos indivíduos constituírem objeto fundamental ao Sistema de Garantia de Direitos, não é necessariamente a vinculação a uma medida socioeducativa que garanta atenção efetiva ao conjunto familiar e suas demandas sociais. Por exemplo, os CREAS contam com o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, onde é possível que as famílias dos/as jovens acompanhados em MSE estejam inseridas. Dentre as atribuições deste serviço, está o acompanhamento de diversas situações de violação de direitos ou riscos sociais cujos indivíduos ou famílias podem vivenciar, como nos casos de abrigo de crianças ou jovens, ou mesmo no cumprimento de MSE (BRASIL, 2015c). Em função do CREAS em que se deu a pesquisa abranger um território extenso de atuação e contar com grande quantidade de famílias em acompanhamento, em geral, as situações de maior gravidade são priorizadas no acesso a este suporte, em detrimento das outras.

No contexto da pesquisa, foram observadas poucas situações em que as famílias estavam sendo acompanhadas tanto no PAEFI quanto junto à equipe das MSE. Mesmo havendo situações que poderiam ser consideradas graves e que demandariam atenção por ambos os serviços, inúmeros casos acabam permanecendo somente com a equipe das MSE. Segundo a equipe técnica em que estive inserida, essa é uma realidade compartilhada por outros CREAS do município de Porto Alegre. Tal fator parece estar associado a um excesso de demandas atendidas nos CREAS, assim como à construção cultural a respeito da responsabilização pelo cumprimento da MSE, ou mesmo à dificuldade de acesso aos núcleos familiares – pouco presentes no

cotidiano do cumprimento das MSE.

Considerando o acompanhamento oferecido aos/as jovens e seus/suas familiares no período de execução das MSE tornam-se evidentes alguns mecanismos de culpabilização e carência de suporte adequado às demandas que apresentam. Relacionando tais elementos aos demais que apresento nesta escrita sobre meu processo cartográfico junto aos/às jovens em cumprimento de MSE em meio aberto por envolvimento no comércio de drogas, é possível perceber, no decurso do tempo, diferentes modos como têm sido produzidos os discursos e a atenção (que não são desconectados) sobre juventudes, pobreza e as leis que permeiam estes universos. As leis e seus paradoxos parecem, por vezes, mais em conflito com o jovem³¹ e seus familiares do que este em conflito com as leis, como em geral são denominados os indivíduos que cumprem alguma medida socioeducativa³².

A proposta não é considerar que as diferentes maneiras que se engendram os discursos sobre as leis em conflito com os/as jovens, substituam uma a outra. Ou que seja possível percebê-las uniformemente, mas que observemos o deslizamento, assim como sobreposições, entre as diferentes abordagens e construções sobre o tema, sobre maneiras de governar a população, em especial essa que acessa e é acessada pelas políticas públicas.

As pesquisadoras Schuch e Fonseca (2009), apoiando-se na ideia de “modos de governo” explorada por Nikolas Rose, demonstram que este deslizamento, em relação às políticas para crianças e jovens, é concebido da seguinte maneira:

Em termos gerais, vemos se esboçar a passagem de um governo que, em nome da consolidação da nação e da segurança nacional, enfatiza a relevância das *políticas estatais* na promoção de políticas higiênicas, sanitárias e civilizatórias para um modo de governo que destaca a promoção do *indivíduo* autônomo – a família (como principal força socializadora) – formados para assumir responsabilidade de sua própria gestão, com mínima dependência do

³¹O jogo de palavras entre “jovens em conflito com a lei” e a “lei em conflito com os jovens” é utilizada também pelos autores Cleci Maraschin e Édio Raniere (2011).

³² Em inúmeros trabalhos, artigos, reportagens e no próprio Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo a nomenclatura “jovem em conflito com a lei” é amplamente utilizada. O uso do termo “em conflito com a lei” pode ser pensando como uma característica que demarca posições de sujeitos previamente definidas e reforça o olhar criminalizante para descrever, circunscrever o/a jovem alvo das políticas públicas de segurança. “Conflitos com lei” são situações experienciadas por uma maioria de indivíduos em algum momento de suas vidas, contudo estes não são assim nomeados.

estado. (SCHUCH e FONSECA, 2009, p. 13 – grifos das autoras)

O mecanismo de governo que responsabiliza o indivíduo e a família descritos por Schuch e Fonseca (2009), assim como por Ribeiro (2009), opera de uma forma mais sutil do que as já referidas ações disciplinares, apesar de não significar abandono destas técnicas. De certa maneira vários elementos coexistem ou são reinventados. Schuch e Fonseca (2009, p.15) questionam como podemos pensar uma ideia de “sujeito de direitos”, a partir de uma “universalização da infância”, quando há algo fundamental a ser pautado, como a noção de que não há discussão, tão pouco caminhos que apontem para uma “universalização nas condições de acesso aos direitos à infância”, pelo contrário percebe-se a desigualdade socioeconômica implicada no retrocesso social de alguns aspectos.

No modo de governo atual temos um aumento de instâncias responsáveis por acompanhar e vigiar se as famílias têm cumprido seu papel de formar “cidadãos de bem”, incluindo a judicialização desses acompanhamentos. Sem ter muito a oferecer para que esse projeto de sociabilidade se concretize, seja às famílias ou aos/às jovens, tais instâncias regulatórias acabam por mover um funcionamento que culpabiliza as famílias, os indivíduos ou mesmo os próprios profissionais que se ocupam de operar as políticas direcionadas a essa população. Segundo as autoras esta sensação de vigília constante, por sua vez, subsidia e exige a existência de tecnologias de governo que de alguma forma interfiram nessas vidas que “precisam” ser controladas. Tal controle pode ser operado pelas políticas públicas como a de segurança, da saúde, da assistência social, entre outras que, de certa forma, exercem cuidado e “ensinam” modos de ser sujeito (SCISLESKI et al, 2012).

Conforme explora Passeti (2013), à luz do referencial Deleuziano, o que vivemos hoje pode ser chamado de sociedade de controle, onde há exigência de um novo sujeito, ágil, participativo, responsável por si e por seu sucesso. Conforme o autor, as relações na sociedade de controle são rápidas, visam gerar energia inteligente, novos consumidores e de preferência nenhuma resistência. As velocidades das relações não devem deixar tempo para que resistências se articulem, e passa-se a exigir, crescentemente, altos níveis de

produtividade e comportamento empreendedor.

Quando se trata especificamente de jovens, moradores de periferia, envolvidos ou acusados de envolvimento em atos infracionais, e que contam com o trajeto histórico percorrido nessa seção, a ideia desse empreendedorismo de si não é diferente. Como demonstra Paulo Malvasi (2012) o/a jovem que participa do comércio de drogas é também um empreendedor participando de um negócio rentável, produtivo e em consonância com as redes de consumo de bens difundidas atualmente.

Porém o envolvimento na rede de comércio ilegal de drogas traz também riscos, e o sistema socioeducativo propõem-se a oferecer outras opções para a inserção social do/a jovem na sociedade de consumo (MALVASI, 2012). Ao menos ao que é preconizado pela socioeducação, nem sempre sendo factível, como o caso de Nando que cumpria MSE por envolvimento no comércio de drogas.

O jovem estava aguardando o nascimento de seu primeiro filho, que ocorreria em um mês. Evento que o deixava sorridente ao falar sobre o filho, mas que o preocupava, pois não sabia como faria para sustentar as necessidades que o nascimento e acompanhamento de um bebê exigem. Nando e seu contexto familiar viviam em estado socioeconômico de miserabilidade, tendo como única fonte de renda o benefício de prestação continuada que a mãe, quem ele cuidava, recebia em função de doença mental grave.

Neste cenário, a equipe mobilizada em inserir Nando em alguma atividade laboral, sem obter êxito, vislumbra o retorno do jovem ao trabalho na rede de comércio de drogas - que se apresentava como a única atividade de geração de renda disponível a ele. Apesar da disposição e do interesse tanto do jovem, quanto da equipe que o acompanhava, até o momento em que estive no CREAS, não havia sido encontrado um local de trabalho/estágio formal onde fosse possível inserir Nando – que atualmente, já deve estar com o filho recém-nascido em sua companhia.

Malvasi (2012) problematiza as ambiguidades do sistema socioeducativo, que apesar de seus avanços legais, apresenta um discurso

institucional que pressupõe a mudança de comportamento do/a jovem - como o distanciamento de novos atos infracionais. Com vistas a que este venha a tornar-se um consumidor menos falho, sem reincidir em atos infracionais, o/a jovem deveria estar disposto a seguir e aceitar o que o sistema socioeducativo tem para oferecer a ele/a. Caso isto não ocorra o/a jovem é responsabilizado por não aderir às possibilidades de construir outro caminho, como resultado de sua incapacidade para tal (MALVASI, 2012). Só não são colocadas nesta conta as particularidades macroestruturais nas quais estamos inseridos/as Segundo Pablo Rosa (2013), não há trabalho para todos/as, e sempre haverá um excedente de pessoas excluídas do processo regular de produção. Essas, por sua vez, serão punidas de formas diversas por esta posição de sujeito que ocupam.

A exigência é que o/a jovem se responsabilize por suas “escolhas”, ou seja, que governe as suas condutas, e se possível também a dos outros, em um exercício de participação e controle de si e do outro (PASSETTI, 2013). As possibilidades para pensarmos a sociedade de controle e as relações de consumo que a constituem não comportam a existência de um indivíduo que não participe das relações de manutenção do capital no contexto neoliberal onde ocorrem, tendendo a eliminá-lo.

Apesar das alterações e inovações no âmbito jurídico da infância e juventudes, como as apresentadas neste capítulo, é sabida a fragilidade e contradições que compõem esse processo de produção social. O mesmo Estado que opera tais políticas, ainda em busca de consolidação, pune as juventudes e os núcleos familiares através de dispositivos próprios. Seja por não produzir espaços e condições de vida que garantam acesso a direitos básicos, seja novamente os punindo por medidas socioeducativas.

5 AS (DES)MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

FIGURA 8



Fonte: Tiras Armandinho (BECK, 2016)

O conceito de juventudes explorado é abrangente e abarca mais elementos do que os marcadores etários, porém para diversas questões este elemento é decisório, como para fins legais. O Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013b) estabelece a idade da concepção de “jovem” para o Estado brasileiro aquelas/es na faixa etária entre 15 e 29 anos, porém ao tratar-se de situações como possíveis atos infracionais é na faixa etária inferior aos 18 anos que teremos uma diferenciação legal evidente. Neste trabalho, o olhar esteve focado em pessoas com envolvimento no comércio de drogas, em cumprimento de medida socioeducativa, logo, o amparo legal é referente ao período determinado pelo ECA como adolescência. O jovem de até 18 anos incompletos ou o adolescente entre 12 e 18 anos é considerado inimputável, ficando sujeito ao que prevê a legislação específica – neste caso, ao ECA e não ao código Penal.

A definição etária de adolescência se encontra no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), documento que também legisla sobre a prática do ato infracional e as medidas socioeducativas (BRASIL, 1990). Para critério de organização do pensamento, vale uma breve releitura das estruturas que planejam, organizam e executam as medidas socioeducativas, iniciando pelo

que prevê o ECA.

Compreender o caminho entre o Estatuto e o retrato do “factual”, ou seja, como um/a jovem chega ao cumprimento de medida socioeducativa por possível autoria de um ato infracional e os desdobramentos dessa situação em sua vida, é no mínimo tortuoso. São diversas leis, normativas, publicações que vão dando as pistas até chegarmos ao panorama atual do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e suas contradições. Aqui pretendo cartografar tais pistas, pois estas estiveram diretamente relacionadas ao campo de pesquisa em que foi produzido o material empírico que subsidia o estudo aqui apresentado.

A/O jovem com idade inferior aos dezoito anos completos é inimputável, mas não é desresponsabilizado por seus atos, muito pelo contrário. Sendo assim, após a constatação de autoria de ato infracional, o ECA prevê seis possibilidades de medidas socioeducativas, onde somente as duas últimas se referem à privação de liberdade, são elas:

- I – advertência;
- II – obrigação de reparar o dano;
- III – prestação de serviços à comunidade;
- IV – liberdade assistida;
- V – inserção em regime de semiliberdade;
- VI – internação em estabelecimento educacional;

O Estatuto traz parcas descrições e especificidades de cada medida, sem aprofundar e registrar delimitações precisas para elas. Conforme afirma Leonardo Ortegá (2011) mesmo o ato infracional e as medidas socioeducativas sendo previstas no ECA, ele por si só não define expressamente o que é uma medida socioeducativa, como deve ser planejada e implementada, quais os setores e esferas responsáveis por cada elemento que compõe este universo. Logo, a complementariedade ao ECA se fez necessária. A criação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo pretende dar conta dessas demandas, como: definir os princípios, o

planejamento, a implementação e as responsabilidades setoriais das esferas e instituições envolvidas.

Após a estruturação e busca pela efetivação do ECA, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDHPR) e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente publicam a Resolução 119/2006 que aprova a política do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. A construção da política do SINASE se deu ao longo de alguns anos, inclusive com encontros em diferentes estados da federação. Além disso, também contou com a participação de diversos atores do Sistema de Garantia de Direitos, estudiosos da área, lideranças de diversos movimentos e governantes (BRASIL, 2006b).

Conforme a própria resolução 119/2006, o SINASE é a reunião dos aspectos jurídicos, políticos, pedagógicos e administrativos que conduzem, ou deveriam conduzir, desde o início, o processo – desde a apuração do ato infracional até o ponto da execução e acompanhamento das medidas socioeducativas definidas (BRASIL, 2006b). É onde estarão contemplados os princípios, critérios e regras quanto aos aspectos citados anteriormente. Com isso, também define que este sistema inclui todas as políticas, planos e programas relacionados à atenção do adolescente autor de ato infracional nas esferas, federal, estadual, regional e municipal (BRASIL, 2006b).

Após a Resolução que aprova a política, no mesmo ano de 2006, é lançado um texto conhecido como documento SINASE (BRASIL, 2006c). Trata-se de um documento extenso (aproximadamente 100 páginas) que descreve mais detalhadamente os elementos desta política – tais como princípios, regras, gestão das diretrizes pedagógicas e orientações sobre espaço físico para medidas socioeducativas em meio fechado. O documento refere ainda a importância de se realizar monitoramento e avaliação das ações e também situa o contexto que foi concebido o SINASE – normativas nacionais e internacionais nas quais o Brasil é signatário.

Em relação ao contexto nacional da política socioeducativa já está colocado no decorrer deste texto a importância da Constituição Federal e do ECA. Em relação às normativas internacionais, o Brasil é signatário da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança (1989), do Sistema Global e

Sistema Interamericano dos Direitos Humanos: Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça Juvenil – Regras de Beijing (1985) e Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade (1990). Trata-se de convenções internacionais, algumas já citadas, com ampla participação de diversos países. Apesar da variedade de assuntos trabalhados, o pano de fundo é a defesa dos Direitos Humanos das crianças e adolescentes (BRASIL, 2006c).

Como já exposto, somente em 2012 o SINASE deixa de ser um documento/resolução, para então ser sancionado pela Lei 12.594 de 2012 (BRASIL, 2012b). Nesta lei, ficam estabelecidas as competências de cada esfera governamental e não governamental; se definem orientações sobre a elaboração de Planos e Programas de atendimento socioeducativo, sendo que a avaliação desses programas deve ser feita a cada três anos. Constam regras sobre o financiamento da política, a preparação para o mundo do trabalho formal, os regimes disciplinares aplicáveis aos jovens, as visitas aos sujeitos em medida de internação e orientações para execução da MSE – incluindo a elaboração do Plano Individual de Atendimento: PIA (BRASIL, 2012b).

5.1 Pagando o Comunitário

FIGURA 9



Fonte: Tiras Armandinho (BECK, 2016).

O título deste subcapítulo remete ao modo como os jovens que acompanhei durante o período da pesquisa se referem ao processo da medida socioeducativa em meio aberto, “estou pagando o comunitário!”. Tal ação foi descrita anteriormente aos moldes do que contém em seus aspectos legais. Já

nesta seção irei apresentar os dados produzidos, através de narrativas de cenas e fatos que permitem compreender o modo como os adolescentes se relacionam e são subjetivados neste território das MSE – proporcionados pela minha longa viagem ao outro lado da rua.

Conforme explicitado no percurso metodológico, apesar do foco da pesquisa ter sido jovens com envolvimento no comércio de drogas, minha inserção enquanto pesquisadora se deu principalmente nos dois grupos juvenis de MSE que são oferecidos no CREAS. Sendo que ambos não se destinam exclusivamente aos casos de envolvimento com o comércio de drogas ilícitas, mas aos casos em geral. Dessa forma, se tratando de jovens em medida no meio aberto não há uma separação quanto ao ato infracional que lhes é atribuído, mas uma organização quanto à medida socioeducativa a ser executada.

Aos/às jovens encaminhados/as pelo judiciário ao CREAS pode ter sido aplicada MSE de Liberdade Assistida (LA), Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) ou ainda, ambas as medidas. O primeiro contato do/a jovem e seu responsável legal ao serviço se dá pelo “Acolhimento” que é realizado em um turno específico da semana. O processo de acolhimento consiste em dois momentos, sendo um primeiro momento em grupo onde reúnem-se os/as jovens e acompanhantes que estão iniciando o cumprimento de MSE em meio aberto. Também são passadas várias informações quanto ao funcionamento do CREAS e questões gerais relacionadas às MSE.

No mesmo dia, após este atendimento em grupo, ocorre um encontro individual em que o/a jovem e seu acompanhante legal são orientados quanto ao seguimento que será dado ao processo de cumprimento da medida. Neste momento, é explicado como sucede o cumprimento da medida socioeducativa em meio aberto. Fala-se sobre a importância do cuidado com as faltas nas atividades, pontualidade nas combinações e necessidade de cumprimento total da medida para que sua finalização seja encaminhada. No caso de duas faltas seguidas, são realizadas tentativas de busca ativa, devendo-se comunicar o judiciário sobre evasão do cumprimento da MSE.

No caso de medida de Liberdade Assistida o/a jovem permanecerá em acompanhamento no CREAS por, no mínimo, seis meses, podendo este

período ser renovado até completar dois anos se o/a profissional que o/a acompanha julgar necessário. Durante o período da LA o/a jovem fica sendo acompanhado por uma pessoa específica da equipe técnica, esta pode ser a assistente social, a advogada, a educadora ou ainda as estagiárias do serviço social (estas sob a supervisão da assistente social da equipe). Em outros CREAS essa composição pode ser diferente, tendo em seu quadro de equipe um/a trabalhador/a da psicologia ao invés de um/a assistente social, mais de um/a educador/a compondo a equipe, ausência ou ampliação de número de estagiários, dentre outras possibilidades. Em geral, no primeiro encontro se define quem seguirá atendendo o caso; em outras situações se define na sequência quem seguirá os atendimentos posteriormente marcados e comunicados ao/a jovem e responsável legal.

Em geral os/as jovens são convidados a participar do grupo de LA que ocorre quinzenalmente nas terças-feiras à tarde, esta atividade é intercalada com os atendimentos individuais que o/a jovem deverá comparecer. Há casos que não são encaminhados ao grupo, como os casos em que os/as jovens estudam no período da tarde, necessitando ter todos seus atendimentos durante a manhã, ou nas situações em que a técnica que o acompanha é avaliada como não indicada sua participação.

Quando a medida se refere a PSC, o tempo que o/a jovem terá que cumprir varia conforme a decisão do/a juiz/a. A carga horária semanal não pode ultrapassar oito horas, conforme previsto no ECA e as atividades oferecidas são bem diversas. O/a jovem pode ser encaminhado para alguma unidade de execução parceira do CREAS, ou mesmo seguir o cumprimento da medida junto ao grupo de PSC no próprio CREAS. Nesta segunda opção, a medida é cumprida mais lentamente, visto que o grupo ocorre uma vez por semana, com duração de 04 horas. Já nas unidades de execução externas é possível fazer o acompanhamento dois dias por semana, totalizando as oito horas semanais máximas estipuladas pelo ECA.

Há alguns critérios quanto às unidades de execução parceiras da prefeitura de Porto Alegre para receber jovens em PSC. Essas unidades devem ser instituições sem fins lucrativos, de caráter público ou filantrópico. De preferência, devem estar no território de abrangência do CREAS e –

obrigatoriamente – disponibilizar um técnico do local para ser a referência em relação a PSC. O/a técnico/a da unidade de execução é referência tanto no contato com o/a jovem quanto com a equipe técnica da unidade responsável pela medida, o CREAS. As unidades de execução presentes no território, assim como o PPSC/UFRGS, são acompanhadas pela equipe responsável pelas medidas no CREAS. As técnicas realizam visitas sistemáticas a estes locais, assim como estão disponíveis para serem acionadas quando a unidade executora considerar necessário. Durante o período que acompanhei o serviço, houve momentos que foi necessária a criação de uma lista de espera, pois não havia vagas suficientes nas unidades de execução de PSC, nem no grupo no CREAS, para encaminhar os/as jovens.

Durante o ano de 2016, houve ampliação no número de vagas na região que estive inserida, em função da inclusão de três novos locais para realização do serviço comunitário. Ao final do período da pesquisa somavam, ao todo, oito locais parceiros para o cumprimento da PSC. Dentre esses oito locais, estão inclusos creches, centros comunitários, associações de moradores, serviços de assistência social, além de uma parceria com um projeto na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o PPSC. No total estão disponíveis – na região – 52 vagas para jovens que devem cumprir MSE de PSC. Já no grupo juvenil que ocorre no CREAS, é a própria equipe técnica das MSE e outros/as profissionais que trabalham no CREAS os responsáveis; nesta atividade, são disponibilizadas mais 20 vagas.

O grupo de PSC pode funcionar como encontros preparatórios para a inserção do/a jovem em alguma unidade externa, ou mesmo ser o local onde eles/as iniciam o cumprimento da medida enquanto aguardam liberação de outra vaga. Há situações em que os/as jovens podem apresentar risco de vida ao circular por determinados territórios, em especial quando estes/as estão envolvidos/as com o comércio de drogas. O risco é comunicado pelo/a próprio/a jovem e, em geral, esse fato está relacionado aos conflitos entre grupos que rivalizam o controle da compra e venda de substâncias, mas não somente isso. Este elemento é considerado e trabalhado junto com o/a jovem quando ocorre a escolha do local para encaminhá-lo/a. Por vezes não há vaga em um local que ofereça um ambiente seguro e o/a jovem acaba cumprindo

toda a medida no grupo, sem chegar a ir para outro local. Assim como pode acontecer a transferência para outro CREAS do município, ou mesmo para outra cidade, se necessário.

O grupo de PSC ocorre no CREAS – semanalmente – às quartas-feiras à tarde, e a presença dos/as jovens no grupo equivale à presença no serviço comunitário. Em ambos os casos, sendo o/a jovem acolhido em função de LA ou PSC, é durante essa primeira conversa que será preenchida pelo/a profissional a Guia de Adesão onde constam os dados do/a jovem e de seu/sua responsável legal. Constam ainda informações gerais referentes à medida socioeducativa a ser cumprida; no caso da PSC são registradas nesse documento as combinações sobre encaminhamento à unidade de execução.

Além do preenchimento da guia de adesão, é neste momento do acolhimento que se dá a formulação do Plano Individual de Atendimento (PIA) do/a jovem. Para tal, o/a profissional técnico do CREAS realiza abordagem que visa conhecer a história de vida e o contexto do/a jovem e sua família. Ao final do atendimento, todos/as atores envolvidos, o/a jovem, o/a responsável legal e o/a técnico/a, assinam tanto a Guia de Adesão quanto o PIA.

A equipe técnica procura estar atenta às singularidades dos/as jovens, o que é evidenciado ao conduzirem o cumprimento da MSE de acordo com o que é produzido neste primeiro encontro e os demais. Apesar de que em função do tempo, número de atendimentos, formação técnica do/a profissional a atividade pode ser conduzida como algo mecânico. Nesse caso, não contemplando plenamente ao que se propõe como o levantamento das potencialidades do/a jovem. Assim como, pensar que tais elementos irão aparecer em um primeiro encontro sugere uma expectativa irreal.

Outro aspecto a ser considerado como uma potencial dificuldade para este momento é o fato de ser um atendimento realizado junto com os/as familiares ou demais responsáveis legais pelos/as jovens. Ao mesmo tempo que possibilita um olhar ampliado ao contexto social e familiar do/a jovem, também pode inibi-los/as a conversar de maneira espontânea com o/a técnico/a, ainda mais sobre assuntos tabu no contexto familiar.

Durante um dos acolhimentos que acompanhei, uma cena chamou

atenção. Tratava-se de um jovem, chamado Theo, que chegou ao CREAS para cumprimento de PSC e LA em função de um possível envolvimento no comércio de drogas.³³ Theo estava acompanhado do pai, Jorge, que se mostrava incomodado de estar com o filho naquela situação, da medida socioeducativa. Jorge um senhor de aproximadamente cinquenta anos fala o quanto tem sido difícil acompanhar Theo, seu filho mais novo de uma prole extensa. Os filhos mais velhos não residem com ele, alguns já são casados, independentes, ou moram com as respectivas mães. Theo, o caçula de 16 anos, ficou sob a guarda do pai após a mãe ter ido embora, conforme afirma Jorge várias vezes durante o atendimento. Jorge conta sobre problemas financeiros devido ao fato de estar desempregado, assim como as dificuldades que tem enfrentado com Theo desde pequeno. Enquanto Jorge fala, Theo permanece quieto, ouvindo e roendo as unhas.

Theo é estimulado a falar sobre sua vida, responder a algumas perguntas, mas responde brevemente às questões, mais com movimentos com a cabeça do que falando. Jorge por se irritar com a quietude do filho, fala incisivamente com sua voz grave e em volume alto:

“Para de roer essas unhas guri! Não tem porque ficar nervoso, fica tranquilo!”
(Trecho do diário de campo, junho/2016).

A fala e o tom de Jorge parecem incongruentes ao que solicita ao filho, que cessa o roer de unhas, mas segue calado, talvez mais ansioso após a brusca intervenção do pai.

Seguimos o acolhimento, realizando as combinações necessárias para dar continuidade ao cumprimento da medida. A surpresa foi ver Theo no grupo de LA na semana seguinte, falando e se comunicando bem com a equipe, o que não é comum aos jovens, ainda mais quando estão iniciando na atividade. Interagiu bem com os demais participantes do grupo, inclusive com um dos meninos que foi abordado pela polícia na mesma situação em que ele foi, também recebeu MSE de LA e PSC e já estava inserido no grupo há algumas

³³ Refiro-me como possível, pois o mesmo negava trabalhar para rede de comércio de drogas, mas sim ser consumidor de maconha.

semanas. Em um momento informal, ao final do grupo, os dois jovens comentaram sobre a participação de uma menina (que passou pela atividade, mas não ficou) junto à rede de comércio de drogas em um dos territórios do qual o CREAS é referência. Até então, as técnicas que a atendiam não faziam ideia dessa possibilidade, visto que ela estava cumprindo medida em função de um furto que teria se envolvido; durante os meses de atendimento de LA e PSC, o envolvimento com o comércio de drogas não apareceu em nenhum momento. Voltando ao Theo, o comportamento que apresentou durante a atividade era substancialmente diferente ao dia do acolhimento. A postura calada, ansiosa, que Theo apresentou durante o acolhimento deu lugar a um jovem participativo e descontraído.

5.2 Sobre o PIA

Poderia me referir à formulação do PIA como o “preenchimento do PIA”, pois no caso de Porto Alegre há um formulário padrão que deve guiar a construção desse plano individual. Em âmbito nacional o documento SINASE traz breves considerações sobre a formulação do Plano Individual de Atendimento (PIA), que é mais bem definido após a lei do SINASE de 2012. Este seria como um instrumento pedagógico concebido para garantir a singularidade da/do adolescente no planejamento de metas para a medida socioeducativa. O PIA tem o intuito de situar a ação socioeducativa às particularidades da/do jovem – como um projeto de vida – valorizando suas potencialidades, capacidades e permanecendo atento às limitações da/o jovem, procurando assim garantir equidade no cumprimento da medida, considerando as diferenças entre as/os jovens que a cumprem (BRASIL, 2006c).

No modelo utilizado no município de Porto Alegre para construção do PIA, há campos que sugerem contemplar a atenção à saúde, à necessidade de inclusão em atividades de profissionalização, ao acesso à documentação civil, inserção e acompanhamento escolar, e responsabilização do/a familiar durante cumprimento da MSE. Há também um pequeno espaço para registro do histórico e da situação atual do/a jovem, em formato retangular, sem linhas, de

aproximadamente 5cm de altura por 20cm de largura. Alguns dos pontos levantados nesse primeiro dia, quando se preenche o formulário, retornam nos atendimentos individuais de LA, principalmente, mas o PIA não me pareceu ser utilizado como um guia revisitado no decorrer do cumprimento da MSE. No contexto da PSC, ainda menos, pois não há muitas oportunidades de se trabalhar individualmente os pontos levantados durante o acolhimento, sendo que o PIA é retomado ao final da medida, no encontro chamado “conclusivo”.

O Plano Individual é algo compulsório a todas e todos os jovens em MSE e prevê o planejamento singular das ações, para que sejam executadas durante e através da medida, auxiliando na construção de seus projetos de vida. Neste sentido fica evidente o objetivo da política da socioeducação em agir sobre o modo de ser e de existir destes sujeitos. Em um trabalho realizado por Cleci Maraschin e Édio Raniere (2011), esses pesquisadores buscaram – apoiados nas obras de Michel Foucault e Francisco Varela, sobre a discussão identitária – analisar e problematizar o sistema de punição e socioeducação de adolescentes autores de atos infracionais.

É possível haver algo – como a individualização – que perdure nos diferentes modelos correccionais aplicados aos adolescentes infratores nos últimos cem anos, hoje tendo o nome de SINASE? Os autores Maraschin e Raniere (2011) questionam se os conceitos humanistas sobre os quais esta Política está fundamentada não são justamente o que faz da identidade do jovem infrator o alvo das ações socioeducativas. Seria esta identidade, psique, personalidade – ou outras definições abstratas como tais – que possibilitam o fazer sentido das medidas socioeducativas atualmente, sejam elas punitivas, (re) educativas, restaurativas? Nesse artigo citado, os autores constroem um caminho teórico para chegar à problematização de como estes conceitos abstratos, subjetivos, chegam a se tornar o elemento central da atual política, inclusive impactando o corpo socioeducativo – aqui representado no PIA.

Os autores Maraschin e Raniere (2011) identificam que as intervenções do Estado se dão sobre conceitos abstratos como a identidade. Dessa forma, a identidade é colocada em questão, pelos autores, a partir da indagação se ela pode ser considerada real ou se configura efeito do poder que age sobre os/as jovens, poder que toma o ato infracional como uma escolha do sujeito,

individualizada. Os pesquisadores Alfredo Veiga-Neto e Maura Lopes (2015) trazem no artigo “A alma é deste mundo” alguns elementos sobre o que Michel Foucault chamou da invenção da alma moderna. Os autores fazem referência a diversas obras de Foucault em que ele explora a temática da existência de uma alma humana, mas não aquela alma ligada à espiritualidade, transcendência, religiosidade, mas uma alma que é produzida e existente aqui neste mundo.

A alma deste mundo, existente, mas incorpórea traduz a liberdade dos movimentos, utilização do tempo, ações, ou seja, sobre o que o corpo faz. Dessa forma, em *Vigiar & Punir*, Foucault (1987) demarca o fato das penas, na modernidade, estarem ligadas a essas incorporeidades. Os castigos alteram, impedem, agem sobre as vontades, o pensamento, os sentimentos, não mais sobre o corpo unicamente, mas um corpo-meio. (VEIGA-NETO & LOPES, 2015).

O filósofo Michel Foucault (1987) descreve a relação do poder sobre o corpo dos punidos, ou mesmo dos que estão em constante vigilância como as crianças, os loucos, os escolares. Vai delineando a construção deste campo de poder-saber que atua justamente no seguimento incorpóreo dos sujeitos. A engrenagem onde as relações de poder dão origem a campos de saber, em especial das subjetividades e psique, e estes reafirmam e fortalecem as próprias relações de poder. Estes questionamentos têm me acompanhado na busca em ampliar as reflexões acerca do contexto das MSE, da criminalização e das histórias de vida destas e destes jovens.

5.3 OS Grupos e o Carcereiro que há em nós

Realizo o trajeto entre minha casa e o serviço onde vivenciei o campo de pesquisa algumas vezes de bicicleta, outras a pé, ou até mesmo de carro. O caminho é curto, mas passava por uma grande avenida da cidade onde circulam muitos automóveis e algumas pessoas. Enquanto diferentes transeuntes passavam por mim, percebia um trânsito de pessoas característico daquela região, possivelmente pela proximidade a um local de venda e consumo de drogas ilícitas. Nessa avenida, alguns/mas usuários/as de crack

utilizam os refúgios próximos às passarelas de carros, que ligam um lado ao outro da avenida, para efetivar o uso de maneira a não serem incomodados/as, ou mesmo percebidos/as. A paisagem no entorno é constituída de casas e prédios baixos, antigos condomínios que contrastam com um *shopping center* imponente. Ao chegar ao CREAS, no período da tarde, alguns jovens aguardavam a atividade na recepção; em dias frios e ensolarados, em frente ao serviço. Este era um bom momento para conversar com eles/as, de maneira mais informal, mas em geral já estava próximo ao início da atividade, o que não possibilitava muito essa oportunidade.

O CREAS é o local onde acontece grande parte das atividades propostas aos jovens que cumprem medida socioeducativa de LA e PSC, como os grupos já citados – atividades essas que acompanhei melhor no percurso desta cartografia. O CREAS está localizado em área residencial, em uma rua tranquila com pouca circulação de carros e pessoas, próximo de duas grandes avenidas, sendo que uma delas compunha meu trajeto, conforme descrevi no parágrafo anterior. Trata-se de um prédio locado, de dois andares, sendo que a maior parte dos atendimentos, assim como os grupos, acontece no primeiro andar enquanto a equipe se organiza para outras demandas no andar acima.

Nesse segundo andar ficam os integrantes das equipes que se distribuem nas diversas salas. Essas salas funcionam de portas abertas e inúmeras vezes em parceria nos atendimentos e discussões de caso. Na sala mais ampla permanece a equipe do PAEFI, ao lado do local onde se reúnem as duas equipes do Ação Rua (Infância e Adolescência e Adulto). A equipe das MSE também é localizada neste andar, em uma pequena sala junto com as várias pastas que auxiliam na organização dos prontuários, processos, notificações ao judiciário, dentre outras materialidades que o trabalho junto aos jovens em medida socioeducativa exige.

No segundo andar há também uma sala destinada à coordenação do serviço e outra ao técnico administrativo (que esteve de licença³⁴ durante

³⁴ A trabalhadora entrou de licença saúde após vivenciar uma situação de assalto em frente ao CREAS, enquanto saía do seu turno de trabalho. Até o momento que estive no campo não havia previsão de retorno ou de substituição dessa profissional. A coordenação conseguiu junto à FASC alguns horários em que uma estagiária da FASC viesse ao serviço para auxiliar nas

metade do período que estive inserida no campo). Há também a cozinha onde os/as trabalhadores/as realizam suas refeições, ficando armazenada uma parte dos lanches destinados aos grupos das medidas socioeducativas. Além dos locais destinados às equipes, há uma sala de atendimentos no segundo andar, porém somente é utilizada quando não há outra disponível, em função de não garantir privacidade pela proximidade com a área de circulação dos/as profissionais.

A capacidade criativa da equipe na resolução de problemas fez com que se criasse uma maneira de utilizar essa sala de atendimentos quando necessário. Quando há um atendimento ocorrendo o/a profissional que atende neste local, ou mesmo os/as demais, colocam um rádio na porta da sala de atendimentos, virado para o corredor. A música, em volume baixo, possibilita que o atendimento ocorra de forma discreta, visto que as divisórias com qual são construídas as paredes desse local não são acústicas o suficiente para manter o som das falas no interior da sala. Além do que, o rádio acaba funcionando como um aviso aos/às demais trabalhadores/as de que há um atendimento ocorrendo e que mantenham também a intensidade das conversas externas em volume baixo.

Na entrada do primeiro andar, há uma pequena recepção com sofás e cadeiras, onde permanece um profissional responsável pela portaria e este é quem avisa a chegada dos/as jovens e demais usuários/as que aguardam atendimento ou grupo. Este andar, onde ocorre a maioria dos atendimentos, era um grande salão que foi organizado por divisórias em duas salas pequenas para atendimento e em uma sala grande para realização de grupos.

É nesta sala grande que ocorreram os grupos que participei e onde segue ocorrendo esta atividade. Há cadeiras que são facilmente organizadas e dispostas conforme a atividade que irá ocorrer, o que possibilita a mobilidade, como sentar em círculo, se enxergar, assim como arrastar as cadeiras e aproveitar o espaço disponível. As paredes também são de divisórias e costumam estar decoradas com trabalhos manuais confeccionados durante atividades pelos/as jovens que frequentam o Pro-Jovem, assim como pelos/as

que participam dos grupos das MSE. A amplitude do ambiente é adequada para o número de jovens que a atividade costuma ter – entre dez e vinte pessoas. A sala tem janelas que ficam em um plano mais alto, o que possibilita entrada de luz, mas não uma visão do fora. A janela tem vista para a casa de um vizinho que, por vezes, se incomoda com as atividades, como já ocorreu uma vez em que voaram aviõezinhos de papel para o seu pátio.

Os grupos que ocorreram no período de outono e inverno foram agradáveis, porém, no período de calor a situação é quase impraticável. Há somente um ventilador de parede e a sala pega sol o dia todo, no período da tarde quando ocorrem os grupos a sensação térmica é maior do que na rua. As técnicas e estagiárias afirmaram que no período de janeiro a fevereiro ficaram vários dias propondo filmes como atividade do grupo, pois qualquer outra proposta que exigisse movimento na sala era ainda mais difícil de suportar. Apesar da estrutura física não contar com nenhum equipamento de multimídia, quando necessário, era possível instalar o projetor que o CREAS possui ligado ao notebook que pertence à equipe do Ação Rua.

O período de campo de pesquisa do mestrado iniciou em março de 2016, momentos ainda de intenso calor em Porto Alegre, uma das reivindicações dos/as jovens era que atividades na rua pudessem acontecer. A solicitação apareceu durante um grupo de PSC, onde tentávamos levantar temas para serem trabalhados e que fossem do interesse deles/as, uma das poucas propostas que surgiram era que houvesse atividades como futebol. Em nenhum momento que estive lá essa proposta foi considerada viável. Um dos motivos era a falta de opções de locais externos próximos ao CREAS que pudessemos acessar, contudo, também vinha acompanhado de relatos por parte da equipe técnica como:

Cumprir medida não é ir pra colônia de férias. Eles precisam saber que fizeram algo errado e por isso estão aqui cumprindo medida, senão fica muito fácil e quando a gente vê eles estão aqui novamente! (Trecho do diário de campo, março/2016)

De certa maneira, essa visão expõe um desejo por parte da equipe técnica de que os/as jovens não tornem a se envolver em atos infracionais, ou

situações que possam levá-los a instâncias judiciais para resolução de problemas. Sendo assim, essa é uma postura técnica e política de profissionais implicados com o bem-estar dos/as jovens que acompanham, mas que de certa forma reproduz uma lógica punitiva que transversaliza o planejamento e a efetivação das ações junto ao público em cumprimento de MSE em meio aberto, ou mesmo fechado. A mudança de paradigma que caracteriza o ECA, reforçado pela política do SINASE em 2006 e novamente em 2012 com a publicação da Lei 12.594/2012, considera o cumprimento da medida socioeducativa como uma sanção, considerando uma possibilidade de abordagem educativa junto aos/às jovens, porém não punitiva.

Mesmo considerando positivamente os avanços históricos que pudemos ver no capítulo sobre Criminalização das juventudes, quanto aos aspectos legais que envolvem crianças e adolescentes, é possível observar outros movimentos que acompanham estas mudanças. Maraschin e Raniere publicam um estudo – em 2011 – sobre o Projeto de Lei que tramitava no Senado e atentam para um fio condutor que se segue desde o Código de Menores de 1927 até o Projeto que estava prestes se tornar a Lei do SINASE em 2012. As maneiras de estar no mundo são dinâmicas, as formas de controle são dinâmicas e se modificam ao longo do tempo e contextos culturais.

Para Passetti (2013), por exemplo, as medidas penais alternativas ao encarceramento são novas formas de controle que ampliam as punições ao invés de diminuí-las; dessa forma, os operadores de políticas públicas acabam por cumprir um papel de carcereiro revisitado. Para o autor é fundamental que os profissionais estejam envolvidos com as políticas públicas, como as medidas socioeducativas; sendo que também é fundamental neutralizar o carcereiro que há em si para que então seja possível trabalhar com práticas mais libertárias que transponham alguns muros previamente construídos e busquem transformações de mundo ao invés de punições. Colocar esta referência no título deste capítulo é uma provocação às verdades pré-estabelecidas aos diversos profissionais, como eu, que se propõem a pensar, trabalhar e concretizar as medidas socioeducativas atualmente.

5.4 A instância dos “quase”

Em relação às inconstâncias relacionadas ao serviço responsável pelas medidas, elas são de diversas ordens. Durante o período de seis meses de campo de pesquisa, vivenciei algumas alterações no esquema oferecido. Quando iniciei o campo o CREAS oferecia um grupo de PSC nas quartas-feiras, conduzido pela assistente social e pelas estagiárias. Neste grupo, eram trabalhados assuntos diversos; além disso, o grupo tinha um caráter mais reflexivo, como a equipe denominava. Na época, não havia ainda o grupo com jovens em LA; os atendimentos eram todos individuais.

Além desse grupo semanal, havia um grupo/oficina também voltado para a PSC, que ocorria quinzenalmente nas quintas-feiras. Esse grupo era conduzido por um professor de artes que trabalhava com os/as jovens em atividades de serigrafia, sendo que esse professor ia ao CREAS especificamente para essa atividade. Algumas vezes ocorreram problemas de comunicação alterando a frequência quinzenal que o grupo se propunha a ter. Como a atividade estava planejada para acontecer quinzenalmente, e o professor se dividia em atividades em outros CREAS, chegou a ocorrer de termos a oficina marcada e ele não conseguir comparecer por estar em outro local, ou por problemas pessoais. Por vezes, isso ocorreu de forma programada; outras por desencontros, exigindo replanejamento rápido da equipe das MSE. Em junho, ocorreu a saída do oficinheiro do quadro de funcionários da FASC, o que acarretou a finalização imediata desta atividade.

Havia uma ideia antiga que vinha sendo gestada, junto a trabalhadores do PAEFI e do Ação Rua, de se realizar um grupo de música com os/as jovens que estavam em cumprimento de PSC. Inicialmente o grupo deveria ocorrer na quinzena contrária à oficina de serigrafia. Uma trabalhadora do PAEFI que vinha se dedicando à estruturação deste projeto com um colega do Ação Rua acabou saindo do CREAS por ter sido chamada para outro trabalho, o que fez com que a proposta recebesse menos atenção. Após a alteração de findar a oficina de serigrafia, a proposta do grupo de música passou a ser (re)planejada com mais concretude.

O grupo de música foi anunciado em reunião de equipe, algumas vezes,

mas só foi ganhar uma previsão para início após a extinção das oficinas de serigrafia. Neste período, seu início chegou a ser marcado umas duas vezes – que me recordo – mas como era quinzenal conflitava com agenda que um dos proponentes da atividade já realizava em outro ponto da rede. Após alguma insistência, o grupo de música começou a ocorrer, nas quintas-feiras à tarde, conduzido por dois educadores sociais do Ação Rua, contando também com a participação da educadora da equipe das MSE e eu. A minha participação só foi possível nos primeiros encontros; quando este grupo iniciou, eu já estava finalizando o campo de pesquisa.

Uma das minhas propostas iniciais de inserção no campo era trabalhar com elementos como a música, a partir de vivências pessoais com essa ferramenta, assim como experiência em trabalhos anteriores. Acredito que a música seja um dispositivo que suscita questões, problematiza temas, auxilia a estabelecer expressão e comunicação para além da verbal. A música costuma estar presente na vida, embalar momentos importantes e poetizar situações vividas. Além de trazer à tona vários elementos da vida diária, as vezes em forma mais poética, outras vezes mais em rimas de protesto, ou mesmo narrando situações. Todos os trechos musicais presentes nessa dissertação foram tirados de músicas que trabalhamos durante a oficina de música, ou que estavam presentes na “playlist” de Guime – que salvei após ter a autorização dele para tal.

Retomando a instância dos quase, o grupo de música de tanto quase acontecer, por insistência passou a acontecer. Neste momento os cenários de atividades oferecidas no CREAS já eram diferentes do período em que iniciei o campo. Passando por um momento em que seria intercalada a oficina de serigrafia com a de música, e então, extinta a atividade de quarta-feira, para existir somente a de música. Neste momento, após a extinção da serigrafia e a criação do grupo de LA, todo quadro precisou ser reorganizado. Houve um período de transição em que era incerto o formato que tomaríamos para a grade de atividades. No entanto, no momento que finalizei o campo a organização era a seguinte: o grupo de LA foi criado e ocorria nas quartas-feiras – conduzido pela equipe técnica das MSE. O grupo de música (direcionado para jovens em PSC) ocorria quinzenalmente – conduzido por

educadores do Ação Rua e auxílio da educadora das MSE. Essa oficina de música era intercalada com atividades que a equipe técnica das MSE se encarregava de planejar e conduzir, também direcionadas aos/às jovens que cumpriam PSC.

Entre estas diferentes composições do mosaico formado pela grade de atividades direcionadas aos/as jovens em medidas de meio aberto, houve ainda outros “quase”. Nestes seis meses, a questão de falta dos vales transporte, que possibilita o trânsito dos/as jovens de suas casas até o CREAS, foi recorrente. Praticamente todos/as dependem desse recurso para se locomover até o CREAS, ou mesmo às outras unidades de execução (para o caso de PSC). Os cartões Tri³⁵ são disponibilizados pela FASC; em diversos momentos, ocorreu descontinuidade no fornecimento geral para o CREAS, afetando em especial as MSE. Quando isso acontece, as atividades voltadas às MSE não ocorrem: poucos conseguem acessar o serviço sem este benefício. Às vezes a descontinuidade ocorre, sendo resolvida de uma semana para outra ou até em poucos dias. Entretanto, há momentos em que a descontinuidade no fornecimento dos vales transporte dura mais de uma semana e neste período não há grupos. Os/as jovens não recebem falta, mas também não recebem presença. Com isto, a MSE que poderia ser cumprida em tempo “x” precisará de mais tempo para chegar ao término. Isso desencadeia outro fator negativo: a descontinuidade de atividades e do vínculo que se tenta estabelecer com os/as jovens.

O período mais longo que estivemos sem acesso às passagens uniu-se ao do início da greve dos servidores do município de Porto Alegre. O CREAS não aderiu integralmente à greve, mas alguns/mas profissionais sim. Neste período, que durou 16 dias, também não ocorreu nenhuma atividade de grupo para o cumprimento das MSE, assim como não ocorreram atendimentos individuais. Em uma das semanas, realizou-se o acolhimento para familiares e jovens, pelo fato de ser uma agenda diretamente com o judiciário, que

³⁵ Cartão Tri é o cartão magnético utilizado como passe nos ônibus municipais em Porto Alegre. Além disso, o Cartão Tri pode ter várias apresentações, sendo recarregados pelos/as cidadãos/ãs; dessa forma, o Tri pode ser cartões de passe escolar que pagam meia passagem; cartões de isenção de passe para idosos; casos de problemas de saúde; cartão assistencial. Essa última modalidade é disponibilizada aos serviços da assistência social, costumam conter 2,4,6 ou mais passes em cada cartão.

encaminha os/as jovens aos CREAS; também em função de ter uma das profissionais da equipe responsável pelas MSE que não aderiu à greve por não ser municipalista.

O somatório do tempo de greve ao período que não havia passagens de ônibus disponíveis, teve como resultado aproximadamente cinco semanas sem atividades das medidas socioeducativas. Neste período, houve jovens que chegaram a ir até o CREAS, mesmo a equipe tendo o cuidado minucioso de tentar contato telefônico a cada nova combinação, recombinação para ter ou não ter atividades. Por vezes, não se conseguia o contato e alguns/mas acabavam indo até o CREAS. Algumas situações se tornavam mais complicadas; ao não ter passagem, o/a jovem chegava ao CREAS e era avisado sobre a ausência de atividade e ausência de passagem. Sendo necessário ser chamado familiar ou responsável legal para buscar o/a jovem em função de não haver passagem para retornar para casa.

A retomada das atividades após este período foi também conturbada. De modo que parece que se perde o ritmo de comparecimento e participação dos/as jovens. Logo nos primeiros encontros, os grupos estiveram mais esvaziados e foram ganhando corpo ao tempo que as atividades “voltavam ao normal”. Apesar de o “normal” ainda estar se estabelecendo quando ocorreu o início do período de carência de passagens e greve, como as recentes mudanças de grupos, horários e dias relatados anteriormente.

No retorno, o período da greve foi explicado em todas as atividades, e de maneira geral, aos/as jovens e responsáveis legais. Apesar dos relatos dos/as jovens sobre gostarem de não precisar ir ao CREAS, ao descobrirem que este período não contou como presença automática para eles/as, as reclamações foram intensas. Alguns, inclusive, questionam a responsabilidade dos/as profissionais que se envolveram com a greve. Essa discussão abriu brecha para falarmos da relação das reivindicações dos/as trabalhadores/as por melhores condições de trabalho e o próprio cumprimento das MSE que acontecem nesse mesmo contexto em que os/as servidores/as públicos/as trabalham. Na conversa usamos o exemplo das passagens que também faltaram neste período e que não deveriam faltar, ou mesmo o lanche que vem para ser oferecido aos/as jovens – tanto em relação à qualidade como na

disponibilidade desse recurso que em alguns momentos é escasso.

Outro “quase” que acompanhou o período de pesquisa foi referente a um quase acompanhamento de caso. O CREAS recebeu um jovem egresso da FASE que vinha tendo acompanhamento em saúde mental; a técnica responsável pelas MSE considerou um caso interessante que eu acompanhasse. Tal relação se deu pelo foco desta cartografia inicialmente estar voltada às pistas de jovens em cumprimento de MSE por envolvimento no comércio de drogas que, de alguma forma, estivessem em contato com processos de medicalização, como parecia ser este caso. Sendo assim, me interessei por esta aproximação. Iniciei me apropriando da situação a partir de discussão de caso com a equipe, estudo do seu processo e registros acerca de sua situação. Pensamos alguns fluxos para este atendimento, porém não foi possível realizá-lo. No período que buscávamos uma data possível para encontrá-lo e dar seguimento ao seu acompanhamento juvenil, que de agora em diante seria junto ao CREAS (já havia sido na FASE e no PIPA), o caso do jovem foi rediscutido junto aos profissionais que já o conheciam e ficou decidido dar seguimento ao seu acompanhamento em outro local. Enquanto tramitava sua situação de um serviço a outro, o jovem foi chamado para cumprir a medida em meio fechado novamente, o que estava sendo verificado pelo grupo de suporte jurídico que o acompanhava com vista a recorrer e tentar evitar que tal solicitação se concretizasse.

5.5 Os Muros

A família, a escola, os outros, todos elegem em nós uma centelha promissora, um território em que poderemos brilhar. Uns nasceram para cantar, outros para dançar, outros nasceram simplesmente para serem outros. Eu nasci para estar calado. Minha única vocação é o silêncio. Foi meu pai que explicou: tenho inclinação para não falar, um talento para apurar silêncios. Escrevo bem, silêncios, no plural. Sim, porque não há um único silêncio. E todo o silêncio é música em estado de gravidez. (COUTO, 2009, p. 13)

As inserções nas atividades de grupo de PSC me suscitaram muitos questionamentos, tais como – de que forma temos auxiliado a melhorar a vida dos/as jovens que acompanhamos? Antes disso ainda, afinal o que seria

melhorar a vida para eles/as? Como está colocado para os/as jovens o envolvimento no comércio de drogas, e qual representação disso em suas vidas? Percebo o esforço da equipe em pensar, planejar atividades que possibilitem o envolvimento ativo dos/as jovens nas atividades. No entanto, grande parte das vezes, o silêncio é a resposta mais recorrente ao propormos uma atividade, ou uma temática para conversarmos. Frente a tantos silêncios se torna difícil entender a maneira mais adequada de realizar uma aproximação.

Apesar de parecer que há uma maior abertura para o diálogo nas intervenções individualizadas, alguns jovens preferem permanecer calados frente aos nossos questionamentos, como no caso ilustrado pelo trecho do diário de campo que segue.

Ao final de um grupo de PSC me dirijo a um dos meninos enquanto ele assina as várias folhas que precisam ser assinadas nos dias que vem ao CREAS: “Ivi, te achei mais quieto hoje do que nos outros dias, reparei que nem com os outros guris tu conversou. Está tudo bem? O quê que está pegando?” Ivi não levanta a cabeça para falar comigo, ou mesmo expressa qualquer sinal de que ouvia o que eu perguntava, muito menos de que responderia. Repeti a pergunta, seguiu-se o silêncio. Mexo em seu boné, tentando uma aproximação mais afetiva, ele então me olha rapidamente e logo desvia o olhar, balançando um “não” com a cabeça. Ok, entendi, não quer assunto! Respeito seu movimento e não insisto no contato. Ele termina de assinar os papéis e vai embora sem se despedir. (Trecho diário de campo, abril/2016)

Apesar de experiências individualizadas, como a descrita neste trecho do diário de campo, não propiciarem necessariamente aos diálogos; contudo, alguns silêncios falam muito. Falavam de um descontentamento em estar ali, de uma sensação de injustiça por ter que cumprir MSE (frequentemente trazida à fala). Meus sentidos traduziram silêncios como resistência, como gritos, não como ausência.

Pude “ouvir os silêncios” mais nitidamente e com maior frequência no contexto grupal, onde parecia haver um comportamento combinado entre eles/as, como um pacto coletivo. Mesmo quando havia dinâmicas disparadoras para a conversa, também era pouca a participação, ou mesmo nenhuma. Acabavam participando quando ocorria uma pressão por nossa parte, ao afirmar, impor, que quem está ali tem que participar, não há outra possibilidade.

Parece haver uma cadeia de muros construídos nessas relações, pude pensar sobre alguns deles, classificando-os em três. Apresento-os sem seguir nenhum ordenamento hierárquico, mas os descrevendo do mais próximo à pesquisadora ao mais distante. O primeiro muro seria o que nós profissionais construímos, com nossos preconceitos e ideias sobre pessoas que se envolvem em atos considerados infracionais, como o comércio de drogas ou outros. Este muro é permeado por nossa história de vida, assim como pelas experiências prévias e pelas ferramentas técnicas nas quais tivemos acesso durante percurso formativo.

Outro muro seria o da própria instituição CREAS enquanto órgão que deve executar a MSE, ou seria FASC? Ou seria juiz? Ou seria Estado? Pode parecer uma leitura simples de ser feita, mas não é nem a quem se debruça a estudar a temática, quiçá aos que estão sujeitos à política socioeducativa. Este segundo muro parece construído por tijolos com todos estes nomes que podemos dar à institucionalidade da medida socioeducativa.

Um terceiro muro seria o do jovem que está cumprindo a medida. Este pode se perguntar: afinal, porque mesmo preciso vir ao CREAS semanalmente? Além de ser obrigado a vir, ainda preciso falar, me expor, por que mesmo? Afinal, com quem estou falando? Com o/a profissional que está na minha frente dizendo ter “boas intenções” ou com o Estado representado por ele, como aquele que tem o poder de decidir sobre minha vida? Lazzarotto (2014), ao problematizar situações vivenciadas tanto por equipes quanto por jovens em audiências, narra cenas em que ambos parecem não ser ouvidos. Na cena descrita, ao final da audiência, o jovem refere optar por não falar nada, pois sabe que não fará diferença sua fala ou seu silêncio. No CREAS, ao que pude perceber, o/a jovem é ouvido/a, mas como poderia o/a jovem diferenciar as instâncias em que sua participação é solicitada?

Não considero possível que o muro do/a profissional seja extinto, pois são muitas as diferenças em relação aos jovens e seus contextos, assim como as semelhanças. Neste caso, parecem mais evidentes as diferenças, que deixam nem que seja um muro baixinho, mas ele está ali. Considero possível a diminuição da sua altura ou a abertura de brechas onde seja possível passar, possibilitando o contato com o que está para além dele. Ainda quando há

aberturas no muro que demarca a posição do/a profissional, os outros dois muros seguem altivamente construídos.

Dessa forma, mesmo tendo idade próxima a dos jovens (como no caso das estagiárias e de alguns educadores), disposição a falar de maneira informal de fácil compreensão, ou mesmo buscando neutralizar o/a carcereiro/a que há em nós e propondo temáticas que parecem ser de interesse dos/as jovens, mesmo assim isso não significa que o acesso a eles/as está autorizado ou garantido. Durante a construção dessa cartografia, diversas hipóteses me inquietaram como possibilidade de compreensão das relações que ali se estabelecem, no ambiente de cumprimento de medida socioeducativa.

O que mais pareceu fazer sentido após a experiência do campo, somado às discussões e acesso a construções teóricas que tive neste período, é o fato dessas relações se constituírem em um cenário no qual estamos representando o Estado, a polícia, o juiz, ou como quisermos nomear. Tais instâncias têm possibilidade de agir sobre a vida, prescrever modos de vida, como já problematizado nesta escrita inúmeras vezes. Para os/as jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, envolvidos com substâncias ilícitas ou não, essa instância é o CREAS.

O silêncio pode ser um dos únicos, ou o único ato de resistência possível nesse contexto. Outro mais extremo seria o não cumprimento da medida, como ocorre em algumas situações; nesse caso, gera também outros problemas ao/a jovem. Independente de quem seja o profissional com quem o/a jovem se encontre durante o cumprimento de sua medida socioeducativa, essa ausência das palavras parece ser um sinal de descontentamento com a situação que está vivenciando. Em alguma medida, perceber esses elementos possibilita um distanciamento da ideia de que os silêncios sejam gerados como efeitos necessariamente da condução do grupo, ou como algo pessoalizado ao/à técnico/a que coordena a atividade.

Não que diferentes atividades não causem diferentes reações, mas o silêncio gritante foi vivenciado por mim e demais colegas em contextos variados. Ele esteve presente mesmo tendo havido nos grupos uma diversidade de temas trabalhados e metodologias utilizadas. Esteve presente quando diferentes profissionais planejaram e conduziram a atividade, e

também com composições de agrupamentos juvenis variados. Esta é outra característica interessante dos grupos que ocorrem no CREAS – a rotatividade de jovens que os compõem, assim como a variedade de propostas oferecidas pelo CREAS.

A composição inconstante dos agrupamentos juvenis decorre dos diferentes tempos de cumprimento de medida socioeducativa, assim como elementos como as faltas, evasões e retornos aos grupos após permanecerem um período distante. O fato de alguns/mas jovens aguardarem vaga para seguir a medida de PSC em outro local também causa saídas abruptas da atividade, mudanças que de uma semana para outra pode alterar a composição dos grupos. Trago essa informação à análise, pois creio que tais características imprimem particularidades ao funcionamento do grupo.

A criação de uma cultura grupal fica marcada por entradas e saídas dos elementos que o compõe, não só dos/as jovens, mas dos/as técnicos/as. Desse modo, esse é um fator que pode influenciar na possibilidade de dar continuidade a alguns assuntos e maneiras de trabalhar com o grupo, como o exemplo de certas propostas terem bons resultados em algum momento e logo em seguida não ter sentido algum, considerando outra conformação grupal. O vínculo com os/as jovens também pode ficar comprometido, ou pelo menos ser mais dificultoso de se estabelecer, pois para tal é importante o convívio e, em algum grau, que os componentes se sintam seguros para poderem se posicionar mais ativamente.

Uma característica marcante dos grupos e demais acompanhamentos de medidas socioeducativas é a prevalência de jovens do sexo masculino, enquanto há pequena quantidade de jovens do sexo feminino. Nos grupos que acompanhei, tivemos um número máximo de três meninas em um grupo de quinze a vinte jovens, aproximadamente. Os dados referentes aos/às jovens que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto são escassos, mas trago algumas informações referente a medidas socioeducativas em meio fechado, onde aparece também a pequena quantidade de jovens do sexo feminino em cumprimento de medida.

Segundo um levantamento nacional, realizado pelo IPEA e descrito por Silva e Guerresi³⁶, em 2002 dos/as jovens internados/as para cumprimento de medida socioeducativa 90% eram do sexo masculino, 62% considerados “não brancos” (pardos, pretos e indígenas)³⁷, 85,6% faziam uso de drogas antes da privação de liberdade, 51% não estavam frequentando a escola no período do ato infracional e 81% viviam com a família (SILVA; GUERESI, 2003). Grande parte dos jovens em privação de liberdade é do sexo masculino e enquadram-se nas ditas minorias³⁸ étnicas, desprovidas dos bens de consumo básicos. Ao considerarmos o meio aberto há poucas informações compiladas, ao menos que estejam disponíveis.

Os dados apresentados no parágrafo anterior, expostos pelas autoras Silva e Guerresi (2003) apontam ainda para um recorte generificado que exige um olhar atento a essa especificidade da população em cumprimento de medida socioeducativa. Quanto ao recorte de gênero o pesquisador José Damico (2011), em sua tese de doutorado, analisa formas de governamento das juventudes nas políticas de segurança pública a partir da experiência em dois territórios distintos, observa que em ambos os casos as políticas de segurança tem como foco, sobretudo, os homens jovens. As constatações do pesquisador vão de encontro à característica de maior número de homens jovens privados de liberdade citados anteriormente. O autor alerta ainda quanto aos efeitos de verdade e naturalização dos papéis atribuídos ao feminino ou masculino que podem ser produzidos a partir das políticas sociais (DAMICO, 2011).

³⁶A utilização de dados do ano de 2002 neste projeto se dá pela carência na produção e disponibilidade de dados sociodemográficos referentes aos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Há estudos mais recentes, como o já citado Levantamento anual dos/das adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa 2012 (BRASIL, 2013a), porém restringem-se a características como tipo de ato infracional e medida socioeducativa, faixa etária, sexo.

³⁷Outro dado descrito por Silva e Guerresi (2003) é que a relação entre renda e desigualdade racial é acentuada entre os jovens em geral. Dado demonstrado pelo fato de que 40% dos jovens não brancos vivem em famílias que se mantêm com até dois salários mínimos e essa faixa de renda é vivenciada por 20% de jovens brancos, enquanto 40% dos jovens brancos estão em famílias que vivem com mais de cinco salários mínimos e 18% de jovens não brancos estão em famílias que tem esta mesma faixa de renda.

³⁸ Mesmo que em termos reais as ditas “minorias” são compostas por número maior que a minoria branca de maior poder aquisitivo.

Além do que se produz com as políticas de segurança tendo os jovens do sexo masculino como prioridade nas abordagens há que se falar ainda sobre as relações de gênero notadas dentro dos grupos. Nestes casos – frequentemente – surgem comentários durante as atividades no CREAS onde os meninos se veem e se colocam em uma posição de superioridade e ostentação de um estilo que tratarei no próximo capítulo como um estilo de vida. Adianto aqui algumas considerações, como esse traço marcante de masculinidade que parece ser reafirmado em algumas atitudes e histórias contadas pelos jovens. A estas características e posições de gênero, em especial no contexto do comércio de drogas a pesquisadora Alba Zaluar (2010, p.190) chamará de “etos da hipermasculinidade”. Conforme afirma a autora,

Este estilo de masculinidade é denominado de hipermasculinidade por estar associado a muita bebida, muita comida, muito sexo e muita exibição de força física ou armada. Usar correntes de ouro, roupas de grife, tênis caros fazem parte do estilo [...]

Estes elementos ficam também em evidência em um estilo de música muito apreciada por vários jovens, o *Funk Ostentação* ou *Proibidão*, como nas letras de música a seguir:

Ela gosta do cara que porta pistola, ela gosta do cara que porta o revólver. Anda com playboy, mas é com bandido que elas se envolvem. (MC FIRE, 2016)

Ou ainda,

Vem de 380 na cintura, vai descendo a ladeira da favela, de cavalo de troia faz a ronda, e o garupa acende a vela. Hoje é sexta e a boca tá a milhão, e a fila faz a curva na viela. O trenzinho da putaria tá passando, e menor de 38 dançando a vera. E o bagulho tá louco então dança que eu quero ver. E o patrão da pipoco, enquanto o paredão de som faz o chão tremer e as cadelas se esfrega mostrando a calcinha [...] De Porsche Panamera subindo a ladeira [...] (MC PPda VS, 2016)

Zaluar (2010) associa tais características ao ímpeto de impor certo respeito aos demais assim como a impressionar quem os cerca, no intuito de garantir algum status social. Esse estilo de vida é composto por mais diversos elementos, de sedução, de autoestima, que imprimem jeitos de ser e estas pistas retornarão em breve na escrita. Voltando aos grupos, quando propomos trazer o assunto das diferenças de gênero para a centralidade da conversa, voltam os silêncios à cena.

As atividades são marcadas não só pelo silêncio já que esse dá lugar a boas trocas, principalmente quando se estabelece um vínculo, mas esse não é garantia de diálogo, ao menos não em grupo. O silêncio dá lugar também a conversas pulverizadas no ambiente, pois algumas vezes quando falam – muitos e ao mesmo tempo, em conversas paralelas, cheias de gírias, histórias e muitas brincadeiras entre eles/as. As brincadeiras entre alguns do grupo aparecem em diversos momentos; a maioria das vezes, como provocações entre eles/as, sobre histórias que vivenciam em outros momentos e que envolvem outros amigos não necessariamente presentes no cumprimento de MSE.

O fato dos/as jovens virem de territórios específicos do entorno do CREAS, com poucas exceções, faz com que vários jovens que se conhecem acabem cumprindo medida juntos. Há casos em que há vínculo familiar entre os/as jovens, como irmãos e primos. Alguns são amigos desde crianças, têm amigos em comum, frequentam locais em comum. Em algumas situações, os vínculos aparecem pela cumplicidade no ato infracional em que se envolveram, sendo apreendidos juntos e passando a cumprir a medida no mesmo período, no mesmo CREAS. Houve um momento de ingresso de um jovem no grupo que era conhecido por outros meninos, causando surpresa para os demais encontrá-lo no CREAS, no grupo da PSC. Neste dia, houve inúmeras piadas em direção a ele, pelas quais ele não parecia se ofender: acolhia as brincadeiras, sinalizando haver uma relação prévia entre eles.

Além das características individuais, que também contam no sentido de alguns/mas se sentirem mais à vontade durante participação nos encontros, destacando-se por falar mais, as particularidades dos grupos menores que são percebidos no grupo maior acabam por chamar atenção. A atividade recebe um movimento diferente quando tem algum grupo de jovens que são mais próximos e estão frequentando o grupo das MSE juntos. Por vezes, eles vêm juntos até o CREAS; vão embora, também, em grupo, e os percebi ficando mais à vontade para conversar, inclusive para participar das atividades propostas. Nos momentos em que se realizou a pesquisa, pude acompanhar um quarteto de amigos que aqui chamarei de *os rapa*.

Os rapa é um grupo de quatro amigos que estiveram presentes durante

todo o período de campo de pesquisa e os chamo assim por terem se reconhecido assim durante uma atividade realizada em um grupo de música. Ao final do grupo foi proposta uma atividade de desenho, em que os/as jovens foram convidados a manifestar o que pensaram em relação à atividade neste que havia sido o primeiro encontro do grupo de música. Não se limitava às impressões dos/as jovens, mas que ficassem à vontade para registrar o que achassem importante naquele momento, a partir de expressão em papel, utilizando diversos materiais ofertados, como caneta hidrocor, lápis de cor e giz de cera. Os/as proponentes chamaram de “grafite” a expressão por desenhos de letras que os/as jovens produziram, enquanto seguíamos conversando sobre algumas letras de música que embalavam a atividade.

Foram produzidos desenhos bem bonitos, coloridos que, na sua maioria, continham o nome deles desenhado em grande estilo e também alguma referência a sua região de moradia, sua “favela” como eles/as dizem. Os gurus, Maike, Guime e Cafu, desenharam seus nomes em letras estilizadas e dois deles registraram no desenho a expressão “*rapa do pó de 30 da comunidade*”³⁹. Mostravam um para o outro suas produções enquanto davam risada da expressão colocada.

O local onde os *rapa* moram é conhecido pela venda de cocaína, substância chamada informalmente em âmbito nacional de “pó”. Para a venda é organizada em porções referentes ao valor de custo (pó de 10, pó de 20 e pó de 30 são os mais comuns). Pergunto a eles porque “rapa do pó de 30”, o que causa novamente, risos. Dou a entender que compreendo o que significa, estava querendo saber era se eles realmente se chamam assim ou se era brincadeira entre eles naquele momento. Não obtive uma resposta clara, seguiu-se o clima de brincadeira e um aponta para o outro, querendo insinuar que este apontado seria usuário de cocaína, por isso a brincadeira.

Os *rapa*, apesar de serem quatro amigos, durante o cumprimento da medida estiveram sempre em trio. Isso ocorreu em função de que quando um deles terminou a medida, outro (re)iniciou, sendo que dois deles se mantiveram durante todo o período. Para ficar mais claro, Cafu, Maike e Mano

³⁹ Aqui optei em substituir por “comunidade” o local onde moram que estava registrado no desenho original produzido por eles, no intuito de preservar o anonimato do grupo.

já estavam no CREAS em março de 2016, em abril Mano finalizou suas horas de serviço comunitário. Maike e Cafu seguiram, na sequência, Guime retomou uma medida na qual havia evadido anteriormente.

Os *rapa* se conhecem desde a infância, tendo crescido juntos no bairro onde moram até hoje. Maike e Cafu cumpriam medida em função de ato análogo à receptação de objeto, foram pegos juntos, trafegando em um automóvel que havia sido roubado. Guime se envolveu em atos como roubo e tráfico de drogas ilícitas. Mano foi pego dirigindo moto sem habilitação e era o único que exercia uma profissão: mecânico de motos.

O acompanhamento dos jovens durante o período de pesquisa evidencia diversos elementos, tais como o pouco comprometimento em cumprirem a MSE, tendo várias faltas e atrasos nas atividades, fazendo com que os jovens permanecessem longo tempo até finalizar a medida prevista. Outra evidencia no convívio com os meninos foi o uso de roupas de marca e de outros bens de consumo, como tênis, bonés e celulares. Não somente eles, mas os/as jovens em geral valorizavam o acesso a estes bens; além disso, me chamava atenção que praticamente todos utilizavam a mesma marca de tênis. Observação que dividi com eles, o que causou risos e observações em outros momentos em que Guime falou: “É mesmo né, depois que tu falou passei a reparar os tênis da gurizada”. O último elemento que pretendo explorar mais é sobre a indicação de um dos jovens seguir acompanhamento em saúde em função de ter sido apreendido com uma porção de maconha.

Cafu – no momento da abordagem policial e apreensão – levava consigo uma pequena quantidade de maconha, verificada durante revista que ocorre ao chegar no Departamento Estadual da Criança e do Adolescente (DECA). Além da PSC, havia sido indicada medida protetiva de tratamento de saúde por uso de drogas, para o qual ele até aquele momento não havia sido encaminhado. O motivo de não ter sido encaminhado se deu pelo entendimento, pela equipe que o acompanhava durante a PSC, que o jovem não tinha interesse em realizar acompanhamento de saúde já que fazia uso esporádico de maconha. Ao ser perguntado sobre a possibilidade de seguir algum acompanhamento em saúde mental ele responde: “*Não, bem capaz, não preciso disso! Não sou louco!*”

O território onde o CREAS se encontra e os bairros de onde provém a maioria dos/as jovens em medida socioeducativa contam com a presença de um serviço especializado em acompanhamento para pessoas que fazem uso abusivo de drogas, sejam lícitas ou ilícitas. Trata-se de um CAPS AD que se destina a acompanhar jovens e adultos que tenham problemas relacionados ao uso de substâncias, apresentando-se como o principal dispositivo presente atualmente na rede de saúde para abordar esta temática, conforme a Política Nacional de Atenção Integral ao Usuário de Drogas (BRASIL, 2004).

O assunto sobre uso de drogas entre os/as jovens esteve seguidamente presente no acompanhamento às medidas socioeducativas, principalmente nas conversas paralelas e brincadeiras entre eles/as. O uso de drogas não aparece nestes espaços necessariamente como um problema, ao contrário, é seguidamente trazido como um elemento que compõe o cotidiano dos jovens atendidos. Eles/as revelam haver distinção entre o uso de diferentes substâncias, assim como diferenças entre padrões de uso como algo inerente ao seu universo de sociabilidade e, por vezes, como um problema para quem “se perde e fica loucão” no uso, como eles dizem.

Substâncias como maconha, álcool e cocaína são relacionadas a várias cenas narradas pelos jovens, como o uso em festas ou mesmo em cenas da vida diária, mesmo indo ao CREAS, conforme pude observar⁴⁰. A maneira de perceber o uso da maconha como algo presente no cotidiano dos/as jovens e que os une é também relatado por Paulo Malvasi (2012) em um estudo etnográfico junto a jovens na periferia de São Paulo.

O autor refere que o uso da maconha é tão comum quanto de cerveja:

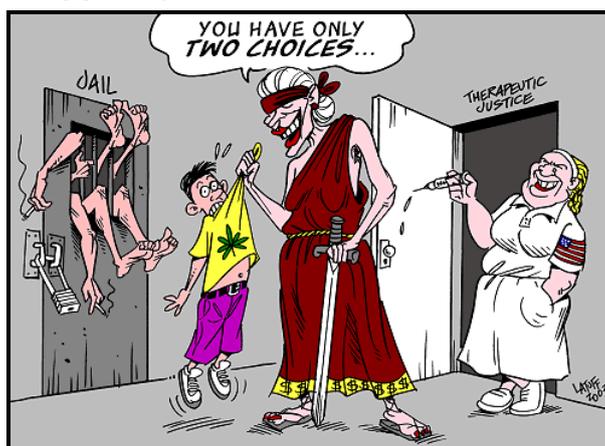
O problema maior é que, ao usarem maconha, os jovens moradores das quebradas (territórios privilegiados pela “guerra às drogas”) se posicionam nas tênues fronteiras – construídas pelas políticas de repressão e pelo debate público sobre o “problema das drogas” – entre “mundo do crime” e “mundo das drogas”.

⁴⁰ Certo dia indo ao CREAS reparei em dois jovens fazendo uso de maconha na quadra anterior ao local. Não os conhecia, e quando entramos para a atividade de grupo, uns 20 minutos após eu ter passado por eles os dois estavam no grupo. Participaram da atividade como os demais apesar de haver uma indicação de que eles não usem drogas no dia que vão para atividade no CREAS.

Tal como relatado pelos jovens nos contextos de grupos e conversas que tivemos no período de inserção no CREAS, alguns referiam a realização efetiva da venda de drogas no momento da apreensão, outros falavam convictamente que a droga apreendida era para uso pessoal. Ficava a cargo do agente de segurança ou do judiciário decidir como verdadeiro ou falso.

6 JUVENTUDE CRIMINALIZADA E DROGAS: *CHAPA QUENTE*

FIGURA 10



Fonte: Underkrew (LATUFF, 2010)

O fenômeno de criminalização das juventudes quando materializado em números, em um de seus vieses, aponta para diversos atos infracionais dos quais os/as jovens são responsabilizados e chamados a cumprir medidas socioeducativas. As informações disponíveis referem-se, em maior parte, aos casos em que há privação de liberdade, sendo que as demais modalidades de medidas socioeducativas contam com escassas informações sistematizadas.

Tomando como referência o levantamento realizado pelo SINASE em 2012, o roubo (38,7%) e o tráfico de entorpecentes (27,05%) são tidos como as principais causas de internamento de jovens em instituições privativas de liberdade ou semiliberdade no Brasil. Portanto, em âmbito nacional, o segundo motivo que mais conduziu jovens em condição de inimputabilidade penal para regimes de privação de liberdade neste período estava relacionado com o comércio de substâncias consideradas ilícitas (BRASIL, 2013). Tais causas são também responsáveis pelo massivo encarceramento de jovens maiores de 18

anos no sistema penal brasileiro⁴¹.

Sobre as medidas socioeducativas em questão, vale ressaltar que os números apresentados se referem somente aos casos de privação de liberdade e semiliberdade no intervalo entre 2011 e 2012. Não foram considerados dados sobre os atos infracionais que resultaram em medidas como a advertência verbal, a reparação ao dano, a prestação de serviços na comunidade ou a liberdade assistida. Sendo essas duas últimas – comumente – aplicadas aos/as jovens acusados de envolvimento no comércio de drogas, conforme pude observar durante realização de meu campo de pesquisa e em outras fontes como a descrita a seguir e que poderiam ainda ampliar os números descritos.

Os achados apresentados se aproximam dos dados do município de Porto Alegre quanto à tipificação dos atos infracionais prevalentes, porém em relação às medidas em meio aberto – PSC e LA, no ano de 2008. Neste caso, o roubo e o tráfico de drogas aparecem em evidência no relatório apresentado, apesar deste não fornecer um percentual tão específico quanto o dado nacional. No documento são apresentadas as oito regiões do município⁴² e destas, sete apresentam o roubo ou o tráfico de drogas como principal ato infracional relacionado à MSE em execução no meio aberto. (PORTO ALEGRE, 2010). É notório que os atos infracionais citados, em ambos os levantamentos, representam grande parte dos atos pelos quais aos jovens foi atribuído autoria. Tomando esta questão como central, é sobre o comércio de drogas e sobre a política criminal de drogas no Brasil que gostaria de focar a discussão neste capítulo a partir de algumas situações vivenciadas durante os grupos ou relatadas pelos/as jovens.

Considerando um contexto de criminalização em que estamos inseridos, é notório que a proibição, tanto do consumo quanto da venda de drogas

⁴¹Segundo o INFOPEN (2015) roubo e tráfico de drogas respondem por mais de 50% das causas de aprisionamentos de pessoas com idade acima de 18 anos. Este mesmo relatório aponta que jovens entre 18 e 24 anos de idade correspondem a aproximadamente um terço da população total das prisões brasileiras.

⁴²Nesta época as medidas socioeducativas em meio aberto eram executadas, no município de Porto Alegre, pelo PEMSE. Os dados apresentados são referentes ao período de transição, onde as ações eram organizadas conforme oito regiões da cidade, previamente definidas, que contavam com Centros de Referências vinculados a FASC para execução das MSE em meio aberto (diversos funcionavam junto às associações de bairros e centros comunitários). Após a municipalização e implementação do SUAS as MSE de meio aberto passam a ser executadas nos CREAS. (PORTO ALEGRE, 2010)

tornadas ilícitas, tem punido um número expressivo de pessoas – em especial jovens. Seja pelo massivo encarceramento, ou ainda pelo número de mortos/as em combate no fenômeno denominado “guerra às drogas”. A juíza Maria Lúcia Karam (2013) revela que nesta guerra, que é inspirada no modelo norte-americano instituído pelo presidente Reagan na década de 1970, há a produção de um crime sem vítima. Contudo, ao mesmo tempo cria vítimas da própria guerra. As principais vítimas, nesse caso, são as pessoas que morrem em função de sua proibição – em conflitos relacionados ao comércio de drogas, e as que sofrem ações punitivas como o encarceramento – que em nada auxiliam e, em geral, até pioram algumas situações.

Sem falar no outro aspecto do fracasso da guerra às drogas, em que não há sequer uma diminuição ou dificuldade no acesso às drogas ilícitas, como afirmado pelo pesquisador Dartiu Xavier da Silveira (2013) e Karam (2013). Inclusive por jovens, que referem ter mais dificuldade de comprar substâncias lícitas do que as ilícitas. (KARAM, 2013). Considerando tais aspectos, essa cartografia buscou voltar o olhar em especial não às drogas, mas às pessoas que de alguma forma se envolvem com elas e participam de suas redes de comércio – como vendedores, consumidores ou outras posições que possam ocupar. Já que a própria Lei de drogas brasileira 11.343/2006 não faz distinções claras a essas diferenças entre os possíveis envolvimento com as drogas ilícitas, como já referido nesta dissertação. (CARVALHO, 2013)

Proponho reflexões no anseio que estas auxiliem no acompanhamento de um fluxo de pensamento que produz e é (re)produzido nesta cartografia, assim como as lentes pelas quais tenho e temos olhado para os discursos criminalizadores sobre os/as jovens e as drogas ilícitas. Proponho pensar sobre as diferentes representações e usos que as pessoas estabelecem ao contato com substâncias tidas como ilegais. Assim como busco lançar o olhar sobre os processos proibicionistas imbricados nas práticas punitivas e na produção de subjetividades que compõem esse percurso cartográfico junto a jovens em cumprimento de medidas socioeducativas por envolvimento no comércio de drogas.

6.1 O CREAS e as drogas

FIGURA 11



Fonte: Tiras Armandinho (BECK, 2016).

Os discursos acerca das drogas são diversos e dividem opiniões, principalmente quando se trata das substâncias consideradas ilícitas. Há correntes que disseminam a ideia de ampla criminalização do uso e comércio de certas substâncias. Assim como daqueles/as que se relacionam com elas, ampliando o espectro da criminalização das juventudes, ainda mais se tratando de jovens pobres, em consonância com o processo de criminalização apresentado e analisado nesta dissertação.

Há também discursos que consideram as relações com as drogas como algo constituinte da existência humana, a partir de um referencial que compreende o uso de drogas como algo culturalmente presente em diferentes civilizações e tempos. A lógica da abstinência das drogas como meta e o controle dos corpos sob uma abordagem medicalizante, entra em conflito com tal perspectiva culturalista. No campo de pesquisa, vivenciei a coexistência de algumas dessas abordagens, da tolerância à existência de um uso de drogas por parte dos/as jovens ao cerceamento dessa prática e reafirmação da ideia moral de que necessariamente “drogas fazem mal”.

Percebi tal visão como algo pautado na preocupação do envolvimento deles/as com a rede de comércio de drogas e possíveis complicações

relacionadas ao mesmo. Complicações não somente ao possível desencadeamento de problemas legais, mas também a situações de risco de vida que podem enfrentar, e em último plano, os riscos relacionados ao próprio uso de drogas lícitas ou ilícitas.

Durante a inserção junto à equipe, conversamos inúmeras vezes sobre drogas, comércio de drogas, políticas sobre drogas, envolvimento dos/as jovens na rede de vendas, situações de usuários de drogas, disputas de pontos de venda de drogas no território de abrangência do CREAS e atuais conflitos na cidade de forma geral. Dessa forma, ouvia atentamente os relatos das técnicas inseridas há mais tempo no serviço, assim como experiências pessoais ou de trabalho em outros territórios. O assunto foi pauta nas reuniões gerais da equipe do CREAS, nas discussões de casos, nas abordagens realizadas pelas equipes do Ação Rua e compartilhadas com o restante da equipe, e praticamente em todos os espaços que acompanhei apesar da discussão assumir diferentes formas a cada situação.

Apesar da diversidade de histórias parece haver algo em comum quando o assunto é drogas, me refiro à impressão de o tema seguidamente ser tratado exclusivamente como um problema. Seja por ser considerada uma doença a ser tratada e controlada ou por configurar um problema de segurança.⁴³ Neste segundo caso, em especial quando envolve um dos objetos de trabalho do CREAS. Vindo à cena os/as jovens em medidas socioeducativas e os mecanismos de criminalização das juventudes pobres nas quais pude mapear nesta cartografia.

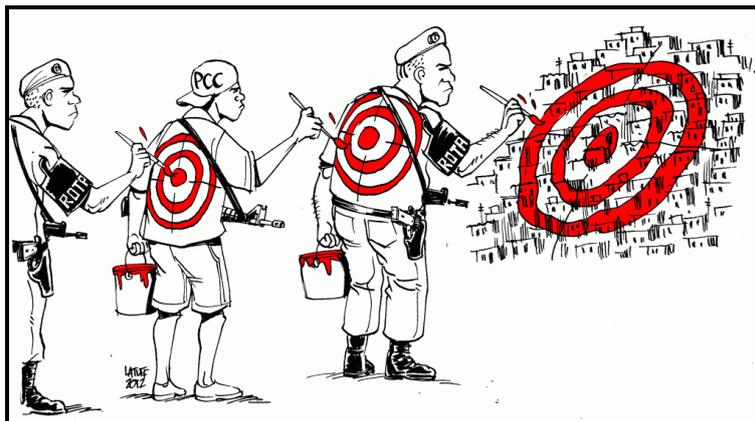
Após um dos primeiros grupos de PSC que participei, fui orientada que deveríamos cuidar a forma de abordar a temática das drogas, pois dentre os/as jovens que estavam nesta atividade havia alguns com envolvimento no comércio ilícito de drogas. Em função disso, segundo as técnicas do CREAS, não poderíamos tratar do assunto como um “olhar permissivo”. Coloco aqui em questão o fato deste “olhar permissivo” correr o risco de ser confundido com uma visão crítica ao proibicionismo e à guerra às drogas que vivenciamos. A

⁴³Vale dizer que estou me referindo a uma equipe com vários/as profissionais, há os/as que não se identificam com essas duas opções descritas, tendo visões mais próximas a abordagens antiproibicionistas ou outras.

partir destas pistas, proponho colocar em análise algumas situações ocorridas junto aos jovens durante o período que os acompanhei e que serão narradas a seguir.

6.2 Notícias de uma guerra nem tão particular

FIGURA 12



Fonte: Sobressemundo (LATUFF, 2016)

O município de Porto Alegre vem passando por um momento de inúmeros conflitos entre grupos rivais, responsáveis pelos pontos de compra e venda de drogas ilícitas. Há muito tempo existem conflitos na cidade e na região metropolitana, mas parece que as disputas têm aumentado e se expressado de formas mais violentas nos últimos anos, com inúmeros casos de execução de jovens, principalmente homens. Alguns dos territórios de onde provêm os/as jovens em acompanhamento no CREAS, onde se realizou a pesquisa, configuram-se como regiões de intensos conflitos e disputas entre os grupos que organizam o comércio de drogas local, porém, há situações de conflito em vários pontos da cidade, levando os/as jovens, em algumas situações, a cumprirem MSE em serviços distantes de sua casa, como ocorreu em alguns dos casos acompanhados.

A pesquisadora Alba Zaluar (2010) se refere às divisões de grupos rivais relacionados ao comércio de drogas como “quadrilhas”. Outros materiais, midiáticos principalmente, trazem a definição de “facções” para se remeter a grupos do crime organizado. Neste trabalho, opto por utilizar a nomenclatura de

*bonde*⁴⁴ para definir os grupos que se identificam como pertencentes a uma mesma rede de comércio de drogas ou mesmo de outras relações. Tal escolha ocorre em função de não ter informações suficientes para definir de outra forma e para não cair na armadilha de reafirmar lugares e definições carregadas de pré-julgamentos.

Em função de ser maior o risco de circular por alguns locais em que os/as jovens podem estar visados por *contras*⁴⁵, como o CREAS de referência para o seu território, por segurança é mais vantajoso andar até bairros distantes para cumprir a medida em outros CREAS. No local onde estive inserida, acompanhei algumas situações como essa, de acolhimento a jovens de territórios distantes daquele onde o serviço estava inserido. Milton é um desses casos e ele relatou algumas notícias sobre uma guerra, que delimito como algo nem tão particular.

O subtítulo deste capítulo é livremente inspirado em um documentário lançado no final da década de 1990 “Notícias de uma Guerra Particular”⁴⁶ onde é narrada a história da rede de comércio de drogas em uma comunidade no Rio de Janeiro. O documentário une imagens a falas de moradores da comunidade, de policiais que realizam intervenções neste local e de pessoas responsáveis pela rede de vendas de drogas – incluindo vários jovens que são protagonistas desta rede. Ele foi produzido a partir de uma inserção de dois anos dos/as pesquisadores junto à comunidade e, ao narrar as histórias locais, todos segmentos envolvidos se referem ao cenário de intensos conflitos como uma guerra.

Em umas das falas, os conflitos são descritos por um policial, o qual se refere à utilização de armas, táticas e treinamentos compatíveis com guerras, e define o conflito como uma guerra particular entre traficantes e policiais. Utilizo essa metáfora de uma guerra nem tão particular, pois apesar de associar os

⁴⁴ O termo *bonde* é utilizado em várias composições musicais de estilo funk, apreciado pela maioria, senão por todos/as jovens que acompanhei em meu processo cartográfico. Nas músicas, o termo assume conotações diversas para designar grupos identificados com algo em comum.

⁴⁵ *Contra* é o termo utilizado para designar alguma pessoa identificada como pertencente a algum grupo considerado rival.

⁴⁶ O documentário “Notícias de uma Guerra Particular” do cineasta João Moreira Salles e da produtora Kátia Lund está disponível para visualização na internet no seguinte endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=EAMlhC0klRo>

conflitos como resultantes da política de guerra às drogas, onde a instituição policial tem um papel importante, a relação com as drogas vivenciadas pelos/as jovens (e não só por eles/as) me parece ser mais complexa. Trata-se de conflitos que extrapolam a dualidade entre “polícia e bandido” sustentada na fala registrada no documentário. Tal fenômeno é permeado por forças múltiplas como disputa comercial, organização de grupo, jogo de forças entre os *bondes* envolvidos, identificação com determinado território, produção e manutenção de relações de poder, relação com a polícia, dentre outros. Alguns desses elementos foram percebidos durante o percurso desta cartografia e os apresento a seguir, de acordo com a descrição dessa guerra, feita por um dos jovens que acompanhei.

Milton mora, desde seu nascimento, na mesma região, que compõe um bairro atualmente dividido entre grupos que organizam o comércio de drogas local. O CREAS da região, apesar de relativamente próximo à sua casa, fica em um território controlado por um *bonde contra* aquele do qual Milton faz parte.

Ambos os *bondes* desse bairro já protagonizaram situações de violência no território um do outro e em um destes episódios Milton foi alvejado com seis tiros. Nesse período, ele cumpria a sua primeira medida socioeducativa de PSC em um serviço de seu bairro, porém evadiu da medida após ter sentido que aumentava a tensão entre os *bondes* espalhados pelo bairro. Pouco tempo após a evasão da MSE, ele se envolveu nesse conflito que resultou em ferimentos por arma de fogo. Ele conta sobre esses episódios:

Bah, na real, parei o *comunitário* quando começou a ter essas intrigas lá no bairro. Cada canto que o cara ia tinha uns *embolamento* errado, aí já se estressava. Quando vê pensei: não, não vou dar mole pra esses caras! Acabar morrendo na mão deles. Depois que eu não fui mais lá é que ficou estranho, que começou essas guerras ai, esses negócio. Aí dei uma segurada... Depois os *contra* foram e tentaram invadir lá, na real invadiram, mas também não se arranjaram em nada, tomaram uma chuva de bala, mas eles pegaram nós também né. Eu fico *espiado*, *esperto* também, nunca *desmaiado*, sempre atento quem desce, quem sobe... (Trecho do Diário de Campo, junho/2016)

Ainda a respeito de episódios como esse, em que o jovem associa a uma guerra, outros/as jovens relataram ideias semelhantes durante as

atividades de grupo. Guime comenta que, quando era mais novo, percebia que era mais tranquilo circular nos bairros vizinhos ao seu local de moradia. O jovem relata que – atualmente – sente que algo está estranho e reconhece que há locais possíveis para circular e outros em que não é recomendável. Interessante notar que Jair utiliza o mesmo termo “está estranho” para descrever sua sensação, a mesma que Milton utiliza para se referir à guerra. São pistas percebidas do quanto o comércio de drogas tem assumido características de militarização, onde o amplo acesso a armas de fogo é necessário à manutenção dos conflitos (ZALUAR, 2010). Conforme os dados nacionais, há um crescente nos números de homicídios com uso de armas de fogo entre jovens, como relatado no Mapa da Violência.

Conforme o mapa da violência sobre mortalidade de crianças e jovens até dezenove anos – no Brasil – realizado pelo pesquisador Julio Jacobo Waiselfisz (2015), nas últimas três décadas, houve um aumento exponencial das mortes associadas a causas externas. Essas estão relacionadas a mortes não naturais e nelas são incluídos acidentes de transporte, suicídios e homicídios, dentre outros motivos. O Brasil ocupa a triste posição de 3º país com os maiores índices de homicídios na faixa etária entre zero e 19 anos, entre 85 países analisados, perdendo somente para o México e El Salvador. Em trinta e três anos, no período entre 1980 e 2013, a taxa de homicídios entre crianças e jovens foi a que apresentou maior crescimento, aumentando de 0,7% para 13,9% (WAISELFISZ, 2015).

Quantitativamente, trago o exemplo dos dois indicadores mais expressivos em relação às mortes de crianças e jovens por causas externas, demonstrando seu aumento nesta série de 33 anos: por acidentes de transporte o aumento foi de 661 casos para 1.136 casos, totalizando um crescimento de 71,9%. Contudo, em relação aos homicídios foram registrados 506 casos em 1980 enquanto em 2013 registraram-se 3.749 mortes, um aumento de 640,9%. É na faixa entre 16 e 17 anos que se observa o maior número de casos de homicídios; entre esses, 93% das vítimas são homens - em sua maioria negros – cujas mortes, em mais de 80%, foram ocasionadas por armas de fogo. Observando o contexto nacional, jovens negros morrem em média três vezes mais que brancos. Já analisando por regiões, a Região Sul do

Brasil comporta os únicos estados em que há mais homicídios de jovens brancos do que de negros. A série histórica, segundo os pesquisadores, aponta para uma tendência de os números de homicídios de jovens seguirem aumentando no país (WAISELFISZ, 2015). Apesar de o Rio Grande do Sul não estar entre os estados com maior índice de homicídios, parece haver uma indicação de aumento no número de mortes por arma de fogo, ao menos na cidade de Porto Alegre em decorrência dos conflitos que têm ocorrido.

Nas conversas com os/as jovens, fica a impressão de que o clima hostil entre os diferentes *bondes* não esteve sempre presente, ao menos não na intensidade atual e configura-se como algo próximo a uma lei primitiva de sobrevivência (ROSA, 2013). Um dito popular repetido por mais de um jovem, em diferentes atividades, que encontro registrado em meu diário de campo faz uma metáfora quanto à possibilidade de morte e quem deve morrer:

“Antes da minha mãe chorar, que chore a tua!” (Diário de campo, 2016)

Um dos motivadores dos conflitos entre os *bondes* rivais, como os relatados por Milton, refere-se ao controle dos locais de comércio de drogas. Ele comenta que o local onde mora tem uma *boca* há anos, mas ela não possuía o poder comercial que representa atualmente; havia pouco movimento de compra, e as pessoas que trabalhavam nestes locais obtinham pouco lucro; nas palavras dele, “a *boca* era *desmaiada*”.

Essa realidade mudou – para melhor segundo o jovem – pois houve a união do *bonde* que mantinha este espaço com outros que têm atividades de comércio de drogas em outros locais da cidade. Segundo Milton, no próprio bairro, havia várias relações conflituosas espalhadas, pois a cada região havia *bondes* diferentes que coordenavam o comércio, e esses também se uniram neste grupo maior. Os embates seguem existindo, assim como a fala de Milton trazida anteriormente, porém há – basicamente – dois *bondes* na região. Os conflitos parecem atualmente de maior intensidade, considerando a fala do jovem sobre as trocas de tiros em que já se envolveu, assim como a necessidade de cuidar os locais onde circula.

Sobre o funcionamento e a organização da rede de comércio de drogas,

Milton descreve o quanto o grupo é organizado e que, apesar de terem papéis definidos, todos fazem um pouco de cada coisa quando é necessário. Ele comenta que, de favela para favela, isso pode mudar muito, mas onde está inserido há os seguintes “postos de trabalho”: os/as *vendedores/as* – responsáveis por comercializar com os/as usuários/as as drogas; os/as *campanas* – que vigiam os movimentos no entorno de onde ocorrem as compras e vendas, assim como cuidam a aproximação da polícia ou de algum outro movimento considerado estranho que possa representar alguma ameaça; os *seguranças* – que costumam estar armados para o caso de algum conflito acontecer.

Os conflitos podem ser com outros *bondes*, como já comentado, ou ainda com a polícia. Outra situação que refere já ter utilizado a arma de fogo diz respeito a usuários/as que consomem, compram as substâncias e não realizam o devido pagamento. Pareceu-me que Milton ocupa um lugar ligado a esse papel de *segurança* do espaço onde ocorre o comércio de drogas, apesar de ele não ter verbalizado isso diretamente. Um dos elementos que estiveram seguidamente presentes entre os desenhos e conversas dos/as jovens é a admiração por armas de fogo. Mostro abaixo um desenho realizado por Alan durante uma atividade de grupo de LA:

FIGURA 13



Fonte: Produção de Alan no grupo de LA

O desenho mostra o que parece ser cultivado por alguns jovens como um modelo de sucesso, como o acesso a armas, drogas, motocicletas e roupas de marcas famosas, como o detalhe do boné com símbolo da grife *Quiksilver*⁴⁷. O comércio de drogas e as conexões com essa prática, nos vários níveis onde ela ocorre, mas em especial nos pontos terminais do varejo de drogas, são amplamente divulgadas com certo glamour, fetiche e curiosidade. Tal desejo é alimentado por diferentes meios sua divulgação tais como em filmes, seriados, livros, músicas, documentários que procuram trazer à imagem pública um estilo de vida. A isso, o antropólogo Philippe Bourgois (2010) chama de uma “cultura de rua”, envolvendo diversos elementos como, por exemplo, o uso de armas de fogo e violência.

Bourgois (2010) desenvolve uma longa pesquisa etnográfica, no final da década de 1980, em um bairro de imigrantes – Harlem, em Nova York – onde passa a morar e conviver, durante quatro anos, com os moradores desse local. A partir de sua experiência antropológica, o pesquisador vivencia o cotidiano de jovens pobres que comercializam crack em uma casa de jogos no bairro, e têm suas relações sociais marcadas por intensa violência. Dentre as cenas de violência que explora em sua obra, ele descreve como os seus interlocutores as vivenciam, e o valioso capital simbólico e cultural dado por eles a estas experiências. Alguns dos jovens que Bourgois acompanhou possuíam diagnósticos psiquiátricos associados a estas características. Proponho, na próxima seção, a discussão do quanto a medicalização e a criminalização podem estar associadas à noção de periculosidade.

As situações de violência exibidas periodicamente são consideradas necessárias para uma credibilidade profissional no comércio de drogas e para auxiliar na manutenção da imagem de perigosos frente a possíveis inimigos, ou mesmo clientes (BOURGOIS, 2010). A cultura do medo e as características associadas à criminalização podem ser, em algumas situações, negativas; em outras, valoradas positivamente, a depender da posição que os sujeitos ocupam em determinados contextos. Pensando na teoria do capital humano,

⁴⁷ Quiksilver é uma marca de origem australiana, mas atualmente em poder da indústria norte-americana, que confecciona roupas voltadas para praticantes de surf e skate. Junto com outras marcas famosas e caras está presente vestindo os corpos dos/as jovens dos pés à cabeça - dos tênis aos bonés.

forjado pela escola de Chicago, multiplicar e investir em atitudes violentas pode ser visto como um empreendedorismo de si (COSTA, 2009) no contexto do trabalho no comércio de drogas.

Apoiando-se em teorias sociológicas sobre violência estrutural, Bourgois (2010) relaciona o quanto experiências de opressão são dolorosamente internalizadas por seus interlocutores e transformam-se na violência quotidiana perpetuada na cultura de rua. Na cultura de rua, há celebração de certa marginalização que é vivenciada como um símbolo de orgulho; a marginalização imposta socialmente, por sua vez, é recusada, como os baixos padrões salariais e racismos de que foi vítima o público acompanhado pelo cientista (BOURGOIS, 2010). O antropólogo traz ao texto o quanto a indústria das drogas torna-se uma oportunidade de emprego neste contexto, principalmente aos/às jovens.

Autores como Bourgois (2010), Costa (2010), Malvasi (2012) e Zaluar (2010) apresentam e problematizam o comércio de drogas como uma das atividades laborais mais acessíveis e talvez rentáveis aos/às jovens pobres, assim como pude perceber durante o percurso cartográfico. É nestes espaços que alguns/mas deles/as têm suas primeiras experiências de trabalho, acesso a dinheiro e a bens de consumo. Malvasi (2012) associa o trabalho junto ao comércio de drogas como uma busca por intensidades, por adrenalina, que também é associada ao uso de drogas. O autor fala de uma *performance* assumida pelos/as jovens que participam da rede de drogas que caracterizam um estilo de vida, nas palavras do autor:

Nas diversas descrições dos traficantes, a adrenalina, a atenção e vigília constantes, a eminente possibilidade de batida policial e da prisão; a grande circulação de dinheiro, o uso regular de maconha, as baladas e as festas organizadas pelos “irmãos”; os equipamentos de comunicação, as substâncias, suas qualidades e valores e os códigos de comunicação são os principais componentes do tráfico para aqueles que dele se ocupam. Tais características da atividade imprimem uma relação particular com o corpo. “É uma outra vida”, como afirma Thurma. (MALVASI, 2012; p. 92)

Alguns destes elementos são comuns aos/às jovens com os quais convivi no cumprimento das MSE, como a identificação e lealdade entre os

*cupinxas*⁴⁸, ou a sensação de precisar estar sempre atento por onde e com quem circulam, ou ainda a ideia de enfrentar seus medos, apesar desse termo nunca ser utilizado entre eles. Em uma das conversas com Milton, pergunto a ele sobre como se sente em meio aos conflitos que estão ocorrendo na cidade, em especial em seu bairro, com seu *bonde*, e ele comenta:

Bah é loucurada, tá louco...eu nem sei como é que eu consigo ficar nisso.. ta louco!
(Diário de Campo, junho/2016)

Na fala acima, há um tom de superação de seus próprios medos e limites, como uma demonstração de certa dedicação ao lugar que ocupa em seu *bonde*. Sobre os riscos iminentes ao trabalho no comércio de drogas, assim como os elementos que o tornam emocionante, Malvasi (2012) pôde observar em seu campo etnográfico e os descreve da seguinte maneira:

Trabalhar no tráfico é, além de uma atividade laboral, um modo de vida compartilhado; uma atividade de risco, uma aventura. O ambiente do tráfico – a ocupação das ruas, o movimento constante, as relações sociais com pessoas de “dentro” e de “fora” da quebrada – torna-se um espaço central de sociabilidade para os jovens comerciantes. (MALVASI, 2012; p. 93)

Neste contexto de sociabilidade proporcionado pela rede de drogas, há outros bens sociais conquistados ao alcançar algum grau de crescimento no *bonde* do qual faz parte (COSTA, 2010; ZALUAR, 2010) e que – provavelmente – seriam mais difíceis de acessar ao ocupar um posto de trabalho dentro dos conformes legais. Ou mesmo que ilegal, que não seja valorado por seus pares. Esse é o exemplo de Milton que, atualmente, tem grande envolvimento na rede de compra e venda de drogas e refere que já teve experiências de trabalho como auxiliar de obra. O jovem refere que pensa em ter outro trabalho menos arriscado do que o do comércio de drogas, mas que é difícil conseguir um emprego fixo, ainda mais agora que não pode ir a qualquer lugar, em função dos riscos já descritos. Cabe ressaltar que minha escuta não é totalmente entregue, já que me questiono o quanto os jovens falam a nós, me considerando no lugar dos/as técnicos/as que os acompanham, o que pensam que desejamos ouvir ou o quanto falam de um desejo por algo que pretendem

⁴⁸*Cupinxa* é um termo utilizado por alguns jovens com quem convivi como sinônimo para “amigos”.

alcançar.

A respeito de como está estruturada a rede de comércio de drogas qual Milton faz parte ele conta que o *bonde* é responsável por quase toda organização e que funciona como um trabalho normal. A *filial*, como ele denomina, está sempre funcionando – 24 horas por dia. Os turnos de trabalho são revezados a cada 12 horas, das sete da manhã às sete da noite e das sete da noite às sete da manhã. Em geral cada um tem direito a uma folga por semana, e quem organiza a “escala” de trabalho é o *gerente*.

Para a pesquisadora Alba Zaluar (2010), o comércio de drogas está organizado e funciona aos moldes do que é esperado ao contexto socioeconômico globalizado. Ela refere que valores individualistas e mercantis selvagens estimulam que atividades como o comércio de drogas ganhe espaço e constitua, junto a outros elementos, os ambientes sociais, culturais e econômicos da contemporaneidade. Sendo uma economia invisível é difícil quantificar o impacto econômico real do comércio de drogas no mundo, e nas palavras da autora:

A macroeconomia da droga, embora suscite crescimento econômico e estimule a circulação de moeda, tem efeitos perversos diversos nos planos políticos e cultural que se revelam de maneira particularmente dramática nos pontos finais dos seus arranjos reticulares. (ZALUAR, 2010, p.166)

Conforme as pesquisas realizadas por Zaluar (2010) a macroeconomia das drogas é de difícil compreensão, assim como refere Malvasi (2012) sobre a gestão da rede de comércio de drogas, para além do contexto que pôde acompanhar do varejo realizado nas periferias de São Paulo. Os autores concordam que, apesar de movimentar grandes quantidades de valores financeiros, em níveis transnacionais, é na ponta mais extrema da rede de vendas que os efeitos da repressão são mais sentidos. Ou seja, onde circula a menor quantidade do dinheiro envolvido na complexa rede de comércio de drogas.

Para Karam (2013), a proibição das drogas tem como principal inimigo os que se envolvem em seu ponto final de comércio, nas chamadas *bocas* que, em geral, encontram-se nas comunidades pobres das cidades. Para a autora, a perseguição a esses, que são considerados “bandidos” e que alimentam

atualmente o sistema penal, de alguma forma desvia a atenção de situações mais profundas envolvidas no comércio de drogas. Essas situações estariam no envolvimento de pessoas de grande poder aquisitivo, de situações de lavagem de dinheiro, assim como de questões estruturais que estão em jogo quando se fala em drogas. Os jovens pobres ocupam este lugar que está no alvo das políticas e intervenções de segurança, demonstrando a seletividade da política de guerra às drogas (KARAM, 2013). O que fica claro ao observar os/as jovens que cumprem medida socioeducativa por envolvimento no comércio de drogas, como no local onde estive inserida, em que todos os jovens eram moradores de regiões pobres da área de abrangência do CREAS.

Inúmeras vezes, os/as jovens denunciaram, em suas falas, a relação violenta e repressiva que a polícia tem em seus locais de moradia, ou mesmo fora deles. Talvez seja o assunto mais recorrente entre os diferentes grupos que acompanhei toda a vez que era falado sobre a polícia, os/as jovens falavam e demonstravam descontentamento – diria ódio – destes agentes da segurança pública. Eles/as contavam histórias de agressões físicas e verbais, de enxertos de drogas para levar o/a jovem à delegacia, de acertos financeiros para que a polícia não se envolvesse com seus locais de vendas de drogas, entre outras. Uma história de abordagem vexatória foi contada por um jovem durante um grupo. Estava em um grupo de amigos no Parque da Redenção⁴⁹ em um sábado, e na situação estavam fumando um cigarro de maconha. Foram abordados pela polícia militar que além de ter solicitado a um dos rapazes que engolisse a droga, durante a revista corporal abaixou as calças dos jovens, que assim permaneceram até o final da abordagem. Jovens, expostos e ridicularizados em meio a milhares de pessoas que circulavam pelo local.

Esta é uma das histórias narradas pelos jovens, ouvi várias durante a construção desta cartografia. Outra diz respeito ao dia em prenderam Milton, em que o jovem estava portando arma de fogo e foi conduzido até o DECA. Porém, antes de chegar ao DECA, foi espancado pelos agentes de segurança que ainda orientaram o jovem a não revelar a origem dos ferimentos como

⁴⁹ Parque da Redenção ou Parque Farroupilha é um grande parque na cidade de Porto Alegre, onde há grande circulação de pessoas, principalmente aos finais de semana.

tendo sido causados pelos policiais. Como afirma Karam (2013), são estas as personificações dos jovens que são penalizados pela proibição das drogas, que apesar deste segundo ato infracional estar relacionado ao porte de arma de fogo ele é também produto de uma política repressiva a favor da ilegalidade de certas substâncias.

Após a apreensão, Milton aguardou julgamento de sua situação em uma casa de internamento da FASE durante um mês e alguns dias. Neste período, dividiu a cela, que os/as jovens chamam de *brete* com outros seis jovens e refere não ter realizado nenhuma atividade. Durante o período internado, utilizou medicação para auxiliar a dormir, pois ajudava a passar o tempo. Fora deste contexto, não utilizava nenhuma medicação, nem antes nem depois de ter estado lá. Diz que foi ruim, mas que foi tranquilo, mas que se tivesse sido mais tempo não sabe como seria a experiência.

Em relação ao processo de medicalização e patologização da vida, a situação de confinamento por si só já produz uma série de sofrimentos impressos nos corpos, temática amplamente estudada por Ervin Goffman (2010). Conforme afirmam Castro e Guareschi (2008) e Vicentin (2011), em relação a estes efeitos de sofrimento no contexto das juventudes em cumprimento de medida socioeducativa, há relatos de expressiva utilização de psicofármacos, inclusive para suportar os efeitos do confinamento. Os autores associam o uso da medicação também a práticas de contenção ou punição a comportamentos considerados inadequados, fato evidenciado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) no ano de 2007.

O CFP, em parceria com a Ordem de Advogados do Brasil (OAB), realizou – em 2007 – vistorias em unidades de internação para jovens em medidas socioeducativas em 22 estados da federação brasileira. Os contextos apresentados são diversos, mas ficou evidente uma série de situações irregulares em que o uso de psicofármacos foi associado a questões de contenção comportamental, onde a administração de medicamentos foi adotada como uma terapêutica isolada – o/a jovem não tinha nenhum acompanhamento terapêutico associado à medicação. No caso do estado do Rio Grande do Sul, foi constatado o uso do antipsicótico Clorpomazina por 80% dos jovens internados na unidade visitada. Tais situações, dentre outras

irregularidades observadas durante as vistorias, levaram o CRP e a OAB a indicar que o Ministério da Saúde e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos junto às Secretarias Estaduais de Saúde e organismos da sociedade civil realizem diagnóstico situacional sobre a saúde e saúde mental dos jovens internados tendo atenção especial e minuciosa ao uso de medicamentos psiquiátricos nestes locais (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2006).

7 DA MEDICALIZAÇÃO DO SOCIAL À CRIMINALIZAÇÃO DAS JUVENTUDES

Pelo que pude mapear durante o processo cartográfico, a equipe não apresentava uma visão pautada pela medicalização das situações, visto que não associava – necessariamente – o uso de drogas ao diagnóstico de “dependência química”. Praticamente não realizando nenhum encaminhamento ao CAPS AD da região, como no caso de Cafu descrito anteriormente, e menos ainda recorrendo a práticas como internações involuntárias – amplamente difundidas atualmente como descrito por Carolina Reis (2016).

Há situações em que dispositivos da saúde, como o CAPS AD poderiam ser parceiros para outras ações que não configuram tratamentos para adição, mas que trabalhassem com temáticas relacionadas à vida, inclusive sobre o uso de substâncias e estratégias de redução de danos. Cito a possível participação destes junto aos grupos das medidas socioeducativas como um exemplo. Conforme relatado pela que

ipe do CREAS, já houve – em algum momento passado – a participação de dois trabalhadores em um encontro com os/as jovens e outras tentativas para estabelecer essa parceria. Uma ação que pode vir a fortalecer a rede de proteção aos/às jovens, conforme preconizado a todos os atores e serviços que compõem o Sistema de Garantia de Direitos.

Tal aproximação estava sendo retomada pela equipe das MSE que, enquanto estive em campo de pesquisa, se organizava para voltar a frequentar um encontro bimensal entre CREAS e CAPS AD. Este encontro tem como objetivo a discussão de casos, e até o momento vinha sendo ocupado – principalmente – pelas equipes que realizam atendimentos junto aos adultos, como o Ação Rua Adulto e o PAEFI.

A ausência de encaminhamentos aos serviços de saúde não pareceu ser uma desatenção por parte da equipe, mas um olhar que “vaza”, escapa, à prática medicalizante muitas vezes experimentada por equipes que acompanham jovens, em especial jovens envolvidos com atos infracionais e uso de drogas ilícitas. Sobre as práticas medicalizantes, essas propõem

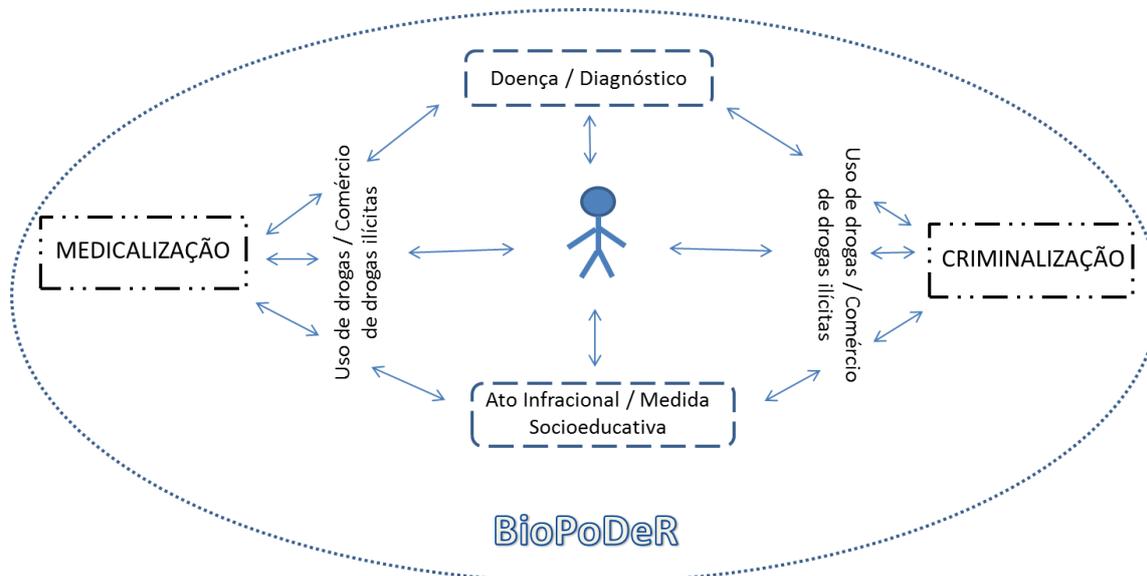
relacionar causas orgânicas a características humanas consideradas disfuncionais – delimitando-as como doenças como informam Charles Tesser (2006), Maria Aparecida Moysés e Cecília Collares (2013). Não somente os comportamentos tidos como desviantes, como o uso ou comércio de drogas, foram incorporados pela medicina. Mas os de ordem da vida comum também, como a alimentação, o envelhecimento, a reprodução e tantos outros.

A proposta inicial desta cartografia era percorrer as pistas da medicalização junto aos/as jovens que cumprem MSE em meio aberto e que estivessem, de alguma forma, envolvidos/as com o comércio de drogas. Porém no campo de pesquisa, ao me aproximar desta equipe e destes/as jovens com quem pude conviver, percebi mais evidentes os processos relacionados à criminalização que à medicalização. Por tal motivo, aproveitando os ventos que sopraram durante essa longa viagem, o enfoque desta cartografia prioriza elementos que relaciono ao fenômeno da criminalização das juventudes, apesar de considerar que os elementos que apresento podem estar ligados tanto à criminalização quanto à medicalização. Assim como traduzem formas de governar a população, neste caso às juventudes, com certas semelhanças e interrelações que pretendo explorar a seguir, de como meu pensamento fluiu entre estes conceitos.

Criminalização e medicalização são expressões de certo poder sobre a vida, expressões do *biopoder* operado no corpo social. O diagnóstico de enfermidade está colocado e é produzido pelo processo de medicalização do social. Assim como o ato infracional – no caso de jovens com idade inferior a 18 anos – está presente denunciando concretamente os produtos e mecanismos da criminalização. A associação entre conceitos como a medicalização e criminalização passa – ao meu ver – por mecanismos de produção semelhantes e que se retroalimentam. Ou seja, produzem e são produzidos em um campo de disputa, da saúde e da segurança onde as relações de poder são múltiplas, e onde o “dispositivo drogas” parece ocupar um importante papel (VARGAS, 2008, p.55). Proponho um diagrama onde pretendo demonstrar as múltiplas direções das forças aqui descritas; os contornos de cada uma de suas expressões mostram-se fenestrados, propondo a ideia de porosidade a outras forças não descritas no diagrama,

mas que podem estar presentes.

FIGURA 14



Fonte: Produção da autora

No diagrama proposto ao/ jovem encontra-se no centro e a interrelação entre os elementos não são finitas em si, mas moldam-se e transformam umas às outras conforme a dinâmica de um dado contexto e de outros possíveis elementos que venham a estar relacionados com estes aqui colocados. Opto por não colocá-los – explicitamente – pela importância que pretendo dar aos elementos ali descritos, assim como pelo fato de, ao tentar descrever tal diversidade, possivelmente algo fique de fora, considerando a trama complexa que constitui a *bio*, a vida.

As pesquisadoras Maria Vicentin, Gabriela Gamkow e Miriam Rosa (2010) afirmam que, no caso das juventudes, pode-se dizer que a medicalização, em especial a psiquiatrização, tem operado como um amplo mecanismo de controle social. Tal mecanismo aparece ao lado de outros processos como a criminalização e judicialização de situações relacionadas às juventudes – como as propostas legais de alteração na legislação das medidas socioeducativas e idade penal, e tratamentos compulsórios de saúde mental, respectivamente.

O conceito de medicalização surgiu na década de 1960 no cenário da sociologia da saúde, impulsionou pesquisas e provocou o interesse de inúmeros estudiosos. Conforme Charles Tesser (2006), Gaudenzi e Ortega (2011), é no início dos anos 1960 que comportamentos tidos como imorais (alcoolismo, delinquência, desordens mentais e outros) são apropriados pela medicina e passam a configurar a categoria de desviantes. Michel Foucault, introduzindo o seminal conceito de construção social da loucura, cita que inicialmente os leprosos e os incautos (loucos) foram isolados socialmente, aproximados pelo “conhecimento” médico; apesar da pouca ou nenhuma racionalidade na relação, foram vinculados pelo tratamento da exclusão (FOUCAULT, 1972).

O aumento da apropriação da medicina às classes sociais e a transformação de certos comportamentos em doenças vai definindo o que pode ser considerado dentro ou fora da norma, aumentando a margem do que pode ser definido como anômalo. Ivan Illich (1975) descreve que traços singulares não assimilados em papéis sociais conhecidos são tidos como anormais e facilmente agrupados em categorias formalmente reconhecidas. Apesar de não haver uma linearidade dos estudos, é na década de 70 que Ivan Illich e Michel Foucault irão dedicar parte de suas respectivas obras tratando do tema da medicalização. Esse é desdobrado e cunhado em outros conceitos, por sua vez, embasados por elaborações teóricas tidas como referencial para diversos estudos desde então.

Illich, em 1975, lança *Expropriação da Saúde – Nêmesis da Medicina* em que utiliza um tom radical para descrever a empresa médica como uma ameaça à saúde. Haveria, segundo Illich, uma produção de dependência entre os que consomem cuidados em saúde e aqueles que os prescrevem, diminuindo e, por vezes, anulando a capacidade autônoma de resolução e enfrentamento dos problemas pelo potencial cultural, causando empobrecimentos do meio social. Para o autor, o resultado de uma sociedade superindustrializada são pessoas condicionadas, nas palavras dele “querem é ser educadas, transportadas, cuidadas ou guiadas, ao contrário de aprenderem, deslocarem-se, curarem e encontrarem seu próprio caminho” (ILLICH, 1975, p. 63). O retrato de uma medicina sem limites e da perda da

autossuficiência dos segmentos sociais leva o que é objeto de consumo ter maior validade do que é passível de ser feito, é a cura como mercadoria (ILLICH, 1975).

Gaudenzi e Ortega (2011) referem que as críticas ao modelo biomédico e às “receitas” das formas corretas de viver estão presentes tanto para Illich, conforme apresentado nos parágrafos anteriores, quanto para Foucault: consideram o saber-poder como perpetuador da ordem dominante, que segrega e define como doença comportamentos “desobedientes”. Ambos veem os sujeitos considerados “desviantes” como vítimas de discriminação e rotulação, e não vilões que necessitam ser punidos e controlados. Enquanto Illich dedica-se a explorar os significados culturais e sociais da medicalização em esferas macrossociais, Foucault busca detalhar como se dão os processos a partir dos indivíduos, suas possibilidades de luta e formas de resistência (GAUDENZI; ORTEGA, 2011).

Michel Foucault desenvolve estudos aprofundados sobre as relações de poder e a constituição da medicina clínica na função de sujeição dos indivíduos ainda na década de 1970. O autor desenvolve a noção de *biopoder* referindo-se ao exercício do poder sobre a vida, tem-se o biológico como centralidade das discussões e práticas. Conforme afirmam tanto Vivian Ignácio e Henrique Nardi (2007) como Gaudenzi e Ortega (2011), Foucault já reconhecia o movimento de medicalização como fenômeno social presente desde o século XVIII por meio das regras higienistas difundidas na época. Os conceitos higienistas, ao “ensinarem” as pessoas sobre a necessária limpeza e modos de viver ideais, exerciam o controle social dos corpos disciplinados, saneados (FOUCAULT, 1988), como demonstrado no capítulo a respeito do processo de criminalização das juventudes.

O *biopoder* Foucaultiano é apresentado como conceito no primeiro volume da trilogia História da Sexualidade e é essencial à noção do controle exercido pelo Estado às populações, ao comandar seus corpos, literalmente. A partir do século XVIII, o entendimento dos mecanismos biológicos possibilitou ao Estado o estabelecimento de estratégias políticas de controle, este mecanismo de domínio de controle social é denominado por Foucault de *biopoder*. O autor sinaliza que há duas principais formas pelas quais este poder

se desenvolveu e essas não operam necessariamente em separado. A primeira refere-se a uma *anátomo-política do corpo humano* e está relacionada às disciplinas que garantem o adestramento do corpo, desenvolvimento de aptidões, maior utilidade e docilização do mesmo – destaca a escola e o exército como instituições fundamentais neste processo. Na segunda, o *biopoder* pode ser visto como a regulação da população; neste caso, Foucault (1988) expõe a noção de corpo-espécie tomando dois aspectos centrais, os indivíduos como sustento dos processos biológicos e as condições que podem influenciar os nascimentos e mortalidade, condições de saúde, longevidade – a demografia, a relação entre recursos disponíveis e habitantes são alguns dos mecanismos possíveis para materializar esta forma de controle. O controle da população ocidental pelo Estado – o mesmo estabelecendo regras de convivência diretamente ligadas à noção biológica do homem enquanto espécie – possibilita o estabelecimento do próprio estado nação e do capitalismo contemporâneo. (FOUCAULT, 1988)

O capitalismo, segundo Foucault (1988), teve o *biopoder* como elemento crucial para seu desenvolvimento devido à necessidade que corpos controlados ocupassem os aparelhos de produção, assim como a necessidade de outros níveis de controle sobre o corpo social garantindo a manutenção das relações, em especial as relações de produção. Instituições de poder como a família, a polícia, a medicina e outros, compõem este universo onde se fez necessário o investimento e valorização do corpo vivo. A incorporação de fenômenos próprios à vida humana no circuito do saber e do poder fortalece o estabelecimento da norma, quanto mais se conhece sobre a vida em geral mais se utiliza este circuito no intuito de controlar e modificar os processos de vida, os corpos, é a biologização da vida projetada e refletindo nas técnicas políticas. (FOUCAULT, 1988). Conforme Maria Cruz (2011), devido ao estreitamento entre as biociências e a vida, a biologização pode ser considerada uma forma de medicalização atualmente.

Um exemplo que Foucault (1988) traça a respeito das temáticas que exploro no parágrafo anterior – da biologização e normatização – é a relação entre o uso da lei e sua crescente função como norma. A norma – mesmo que opere também com aspectos repressivos, como é essencialmente a lei – busca

controlar, padronizar comportamentos e sentimentos. Não significa que a lei será extinta; cada vez mais, ela pode vir a ser encontrada diluída em diversos outros mecanismos regulatórios qual estamos subjetivados, como o aparelho médico (FOUCAULT, 1988). Essa padronização, conforme Cruz (2011) e Maria Vicentin (2011), à luz de Foucault, apoia-se nas racionalidades médicas: na medicalização como efetivação do *biopoder* – estar fora da norma é passível de diagnóstico e prescrição de tratamentos. As autoras Rosa e Vicentin (2010), Vicentin, Gramkow e Rosa (2010), Vicentin (2011) trabalham em suas produções teóricas mais especificamente uma das expressões da medicalização – a psiquiatrização dos/as jovens – a predominância da função psi em especial no caso de jovens autores de ato infracional.

Em capítulos anteriores, realizo um breve levantamento histórico sobre a conceituação das juventudes e questões legais quais estão submetidos os jovens, especialmente aqueles/as com idade inferior aos 18 anos e possíveis autores de ato infracional, através das medidas socioeducativas. As pesquisadoras Vicentin, Gramkow e Matsumoto (2010) referem que, apesar dos avanços legais da promulgação do ECA e adoção do paradigma da Doutrina de Proteção Integral, assim como os avanços da área da saúde mental, como a lei da Reforma Psiquiátrica, a saúde é – inúmeras vezes – chamada para a conversa no âmbito jurídico das MSE para corroborar com a perspectiva criminológica e patologizante dos envolvidos. A patologização das juventudes toma certa materialidade nas atribuições de diagnósticos, que tem como base o DSM no caso de diagnósticos psiquiátricos, assim como na compulsoriedade de tratamentos em saúde mental. Podemos pensar alguns exemplos relacionados à patologização e aliança jurídica referida, como a internação psiquiátrica involuntária de jovens (BENTES, 1999; SCISLESKI, MARASCHIN, SILVA, 2008; VICENTIN, 2011) assim como as determinações judiciais para tratamento de abuso de substâncias psicoativas, ficando o tratamento como um dever e não um direito à saúde (VICENTIN; GRANKOW; MATSUMOTO, 2010).

Os elementos abordados acima puderam ser percebidos enquanto realizei acompanhamento junto ao CREAS, como no caso de Cafu narrado anteriormente. O fato de este jovem de ter sido apreendido com pequena quantidade de maconha acarretou em seu processo uma indicação de realizar

tratamento para adição, sem ter passado por nenhuma avaliação em saúde que indicasse a terapêutica. Casos como o de Cafu foram notados ao longo dos cinco meses que permaneci no CREAS. Já indicações de atendimentos psiquiátricos para avaliação de grau de periculosidade, como se fosse algo mensurável ou mesmo um diagnóstico, não apareceram no contexto de medida em meio aberto que vivenciei, apesar de serem descritos na literatura como prática recorrente quando os/as jovens estão em meio fechado.

A associação entre transtorno mental e criminalidade juvenil, explorada nas pesquisas de Castro e Guareschi (2008), Vicentin, Grankow e Matsumoto (2010) e Vicentin (2011) é evidenciada pelo número de solicitações de perícias psiquiátricas para avaliações do grau de periculosidade do/a jovem assim como para avaliações visando possíveis diagnósticos, como o de transtorno de personalidade antissocial (TPAS). A delimitação do TPAS e seu recorrente enquadre entre os jovens cumprindo medida socioeducativa torna-se central na interface da justiça e saúde mental segundo Rosa e Vicentin (2010) e Vicentin (2011). A noção de periculosidade associada ao TPAS corrobora a construção da imagem de um/a jovem irrecuperável, indesejável, a quem as autoras chamam – ironicamente – de “intratáveis”. Tais características ligadas aos diagnósticos psiquiátricos podem ser utilizadas como justificativas para práticas de encarceramento como o cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado ou outras formas de controle adotadas pela saúde, como internações em unidades especializadas. Resgato aqui a síntese das ideias de Foucault (1972) apresentada no início deste capítulo sobre a construção social da loucura e a necessidade de segregar este/as desviantes, agora adaptada/os ao século XXI.

A manutenção do/da jovem em espaços fechados, como os citados em parágrafo anterior, inevitavelmente afasta-os/as do convívio social e conforme Vicentin (2011) elementos como a cultura institucional, a ausência de projeto socioeducativo bem estabelecido, as violações de direitos quais estão submetidos, reforça as condutas ditas antissociais.

8 CONSIDERAÇÕES CARTOGRÁFICAS

As medidas socioeducativas – seja em meio aberto, seja em ambiente fechado – parecem cumprir uma função social não só junto aos jovens e famílias que por este sistema passam, mas também como uma mensagem social, moral. Uma mensagem que procura deixar claro à população que existem normas a serem cumpridas, normas que por si só não seriam suficientes ao controle social, conforme afirmam Rosemary Almeida e Luiza Sousa (2010). Ou seja, há algo na efetivação da política pública da socioeducação, e de outras políticas públicas que operam diferentes formas de governo, que está para além do que elas se propõem linearmente em seus textos.

Tais leis e políticas públicas produzem e são produzidas por discursos onde o olhar criminalizador de determinadas populações e ações é historicamente reafirmado. Neste sentido, Lazzarotto (2014) nos provoca a pensar que não basta cumprir a medida ou a pena que prevê a lei, mas parece imposto aos/as jovens (tenham dezoito anos incompletos ou mais) que se comportem da maneira que os saberes científicos ensinam como corretos. São esses saberes que auxiliam o Estado a manter as sutis redes de saber-poder que engendram diferentes formas de controle da população, pautados na vigilância de si e do entorno (LAZZAROTTO, 2014). Considerando o diagrama sobre *biopoder* proposto neste estudo, vemos que mesmo as durezas de conceitos como criminalização e medicalização têm suas fronteiras porosas, quais podem ser penetradas por diferentes forças. No encontro com os/as jovens, quais forças têm atuado? Temos constituído afinidades que transgridam as relações de saber-poder já estabelecidas e esperadas?

Os encontros proporcionados por este percurso de pesquisa deixam *força*⁵⁰ de questionamentos no lugar de conclusões, ao menos para mim. Talvez seja justamente essa a peculiaridade deste estudo que pretende complexificar

⁵⁰ *Força* aparece nos discursos como sinônimo de um advérbio de intensidade, como “muito”, “exagero”, “bastante”.

as discussões sobre juventudes, comércio de drogas e medidas socioeducativas, e não explicá-las. Afinal como temos realizado aproximações com os/as jovens que estão imersos no envolvimento com as redes de comércio de drogas? Temos considerado os meios de sociabilidade em que se encontram? Ou mesmo, temos nos aproximado de seus contextos de vida para além de uma lógica punitivista que ensina “o correto”? Quais as pistas deixadas pelo caminho de um processo histórico que construiu – até 1990 – legislações que corroboravam concretamente a ideia de criminalização das crianças e jovens, em especial os que se encontram nas bordas das relações de consumo, presentes ainda hoje? Como os discursos da saúde, na perspectiva do *biopoder*, tem fornecido subsídios para a famigerada guerra às drogas e criminalização das juventudes?

A associação entre jovens e drogas é preciso ser feita com cuidado, para não cair em uma espiral culpabilizadora que deposita, em ambos, as mazelas do universo. E o que se pretendeu ao descrever nestas páginas o percurso cartográfico realizado foi a tentativa de desdobrar algumas cenas que aproximem o/a leitor/a destes/as que por vezes são retratados como a personificação do mal. Conforme afirma Malvasi (2012), a/o jovem e seu(s) ato(s) infracional(is) são vistos como uma resultante individual, numa lógica onde a culpabilização hora recai sobre o jovem, hora sobre a família, hora para ambos. Onde o “desvio” deve ser devidamente curado pela saúde, sancionado pela justiça e transformado pela educação, outras significações não cabem, não são possíveis, ao menos não são esperadas (MALVASI, 2012).

Contudo, outras significações podem ser possíveis, a partir dos encontros capazes de aumentar potência de vida. Percebo na ética da Redução de Danos algumas destas pistas a serem encontradas e perseguidas. Refiro-me a pistas de ações menos prescritivas, mais inventivas, que ampliam a noção de acolhimento e escuta, inclusive ao que pode ser difícil de escutar, como nos provoca o redutor de danos e pesquisador Dênis Petuco (2014). Ao que indica Emerson Merhy (2014, p.8), apostar nesses encontros é o reverso de ações “fascistas antivida”, que culpabilizam os sujeitos e proclamam repulsa ao que se parece diferente. Ações e discursos tão difundidos em nosso contexto

atual, materializado nas diferentes punições aos/às jovens, como procurei demonstrar nas páginas apresentadas.

O processo de pesquisa foi atravessado por surpresas, tanto as proporcionadas pelos encontros com jovens, equipes, processos, audiências, como por surpresas em relação ao contexto político nacional, estadual e municipal que vivemos. Considerando que o terreno percorrido nesta cartografia, nessa longa viagem ao outro lado da rua, trata-se de um terreno dinâmico, vivo, que altera sua paisagem a medida que se afeta e é afetado por seu entorno. Registro aqui algumas particularidades do cenário político atual - pano de fundo destes dois anos de mestrado.

A escrita do projeto de pesquisa dessa dissertação, em 2015, foi marcada pelos anseios da votação de projetos de Lei na Câmara Federal que propunham a redução da maioria penal. As penas mais severas a jovens que viessem a se envolver com atos infracionais, como sinalizado na introdução deste estudo, configuram um tema de inflamadas e controversas discussões. A questão da redução da maioria penal segue sendo uma pauta importante, pois os projetos de Lei que tramitam, agora no Senado, vão à contramão de todo processo histórico descrito nesta dissertação quanto à transição legal que o país vivencia. Transição entre a Doutrina da Situação Irregular à Doutrina da Proteção Integral marcada pela criação do Estatuto da Criança e do Adolescente – que regula as medidas socioeducativas. Se considerarmos que a Lei que normatiza e cria o Sistema Socioeducativo, a Lei SINASE é de 2012, pensar em alterações legais que impõem penas mais severas aos/às jovens enquanto não houve tempo suficiente para implementar, quiçá avaliar, as normativas atuais é no mínimo apressado, para não dizer perverso.

Já o ano de 2016 tem sido marcado por tempos ainda mais difíceis no que tange a possível ampliação de penas aos/às jovens, às pessoas com envolvimento com as redes de drogas, e demais. Implodem diariamente inúmeros casos de escândalos políticos envolvendo praticamente todos os partidos políticos do país, instaurando uma crise representativa e uma crise institucional. Neste ano, o Brasil passou também por um processo de impedimento presidencial, onde os fatos julgados parecem incoerentes ao

impedimento, que tem sido chamado por alguns segmentos sociais de “golpe” - político e midiático. Não desdobrarei mais este tópico, por não ser esta a temática a que se pretende a pesquisa. Mas considerando a metodologia adotada neste estudo – que prevê um corpo-cartógrafa-pesquisadora e o assunto estudado – jovens em medidas socioeducativas e comércio de drogas, há uma intersecção, pois se trata de políticas públicas que estão na mira das novas remodelações políticas. E a possível redução da maioria penal que acompanhou a escrita do projeto? Nesse cenário, passou a ser mais uma dentre inúmeras pautas que demarcam retrocessos em relação às políticas sociais em âmbito nacional. Em relação ao contexto estadual os servidores públicos estão com salários parcelados há pelo menos nove meses, educação, segurança, saúde, todos os setores sendo penalizados pela gestão estadual. Lembrando que estes são alguns dos segmentos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos, ou seja, como estão os direitos de quem deve garantir direitos?

Tem sido tempos difíceis, de reconfigurações e enxugamento de políticas sociais (que parecem recém estar iniciando), de discursos de ódio, de microfascismos, de escola sem partido, de criminalização dos movimentos sociais, tempos de referências de saudosismo ao período militar, a torturas e torturadores. Mas também têm sido tempos de inúmeras manifestações sociais, de ocupações de espaços públicos, de manifestações públicas de alegria, tempo de escolas e universidades ocupadas, de jovens secundaristas liderando movimentos políticos autônomos. Tempos de manter a atenção no que foi conquistado enquanto direitos sociais até o momento, para que não estejamos daqui uns anos vivendo todos encarcerados/as por muros reais de concreto, ou institucionais ou mesmo atrás de nossos próprios muros.

Nestas considerações cartográficas, pretendo ainda resgatar alguns elementos que acabaram não aparecendo tanto o quanto considero necessários, sobre os desdobramentos das cenas vivenciadas junto aos/às jovens, como citados anteriormente. Refiro-me à potência de vida que existe nos/as jovens com quem tive bons encontros. Sem romantizar, pois alguns encontros foram difíceis, mas considero estes já contemplados na metáfora dos “muros”.

Neste percurso de pesquisa, convivi com pessoas. Algumas destas pessoas, além de serem jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, são estudantes, filhos/as, pais, mães, trabalhadores/as, cuidadores/as de crianças, cuidadores/as de seus próprios pais e mães, amigos/as, parceiros/as, usuários/as de drogas, *caretas*⁵¹, esportistas, mecânicos, amantes de motos, malabaristas sobre duas rodas, festeiros/as, e que, sobretudo não perdem uma oportunidade de fazer piada. De brincar uns com os outros e com a equipe que os acompanha.

Ouvi sobre seus desejos de ser feliz, da curiosidade de ver o filho que está para nascer, de ter casa e carro, ter trabalho, ter dinheiro, ir para *baladas*⁵². Falaram sobre desejos de ser MC's, jogador de futebol, dono de loja, dono de *boca*, mestre de obras, administrar oficina mecânica de motos. Em certa ocasião, durante uma atividade de grupo, perguntei a Cafu se ele tinha algum "sonho" e ele respondeu: "eu não tenho sonho nenhum, vivo de instantes, vivo de agora!". Ouvi vidas que vibram o agora, que desejam.

Durante este estudo, convivi não só com jovens, mas com profissionais implicadas/os com acompanhamento e bem estar dos que por elas/es são acompanhados/as, apesar da estrutura sociopolítica em que estão operando e na qual também são subjetivadas/os. E como a cartografia não acaba quando finda o período de inserção em determinado local, ela segue reverberando no corpo pesquisadora-cartógrafa, segue em contato, tendo notícias de Nando, de Milton e demais.

Durante a finalização desta escrita soube de algumas atividades externas que foram realizadas junto com os/as jovens que participam dos grupos no CREAS. Na fala das trabalhadoras e estagiárias ao contar destas experiências estava a surpresa de outro encontro proporcionado durante as saídas. Elas falavam de jovens que, ao invés de seus muros de silêncio, fizeram muitas perguntas, pareciam mais conectados, compartilharam histórias, pintaram muros e quadros com sprays e tintas coloridas. Jovens que fizeram questionamentos que demonstravam interesse pelas atividades que estavam

⁵¹ *Careta* é uma pessoa que não usa drogas, lícitas ou ilícitas, ou pode ser alguém que tem um discurso sobre não usar drogas. É uma gíria antiga, ainda usada.

⁵² *Baladas* são festas, bailes, que em geral preveem música para dançar e outros elementos lúdicos.

indo participar, sobre curiosidades das vidas das técnicas, sobre as atividades de estudos que elas realizam, sobre suas vidas pessoais. Juntos/as técnicas e jovens dialogaram sobre o que gostam, o que não gostam, fizeram conversas paralelas durante atividade que acharam desinteressante, se viram confusas ao tentar manter certa ordem, enquanto também se viam fora dela.

Seguiria escrevendo ainda mais páginas sobre as afetações que meu corpo pesquisadora-cartógrafa experimentou nos últimos meses. Algumas puderam ser compartilhadas neste estudo com o auxílio de fundamentações teóricas, outras não couberam no tempo dos prazos institucionais e tantas mais extrapolam a escrita acadêmica. Refiro-me a afetações que seguem reverberando em pensamentos, associações, conexões, desconstruções, (re)construções e vontade de seguir metamorfoseando a vida em encontros.

FIGURA 15



Fonte: Tiras Armandinho (BECK, 2016).

REFERÊNCIAS

ACESSO et al (Org.). **Justiça de transição para uma transição da justiça**. Porto Alegre: Avante, 2012. 250 p. Acesso - Cidadania e Direitos Humanos.

ALMEIDA, Rosemary O.; SOUSA, Luiza E.m. de. Liberdade Assistida: sócio-educação e punição em conflito. **O Público e O Privado**, Ceará, v. 1, n. 15, p.189-210, jun. 2010. Disponível em: <[http://seer.uece.br/?journal=opublicoeoprivado&page=article&op=view&path;\[\]=79&path;\[\]=121](http://seer.uece.br/?journal=opublicoeoprivado&page=article&op=view&path;[]=79&path;[]=121)>. Acesso em: 15 out. 2016.

BAPTISTA, Myriam V. Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direitos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 109, p.179-199, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n109/a10n109.pdf>>. Acesso em: 14 jul 2015.

BARCELLOS, Daisy Macedo; FONSECA, Claudia. Um sobrevôo de pesquisas sobre instituições para adolescentes em conflito com a lei. In: FONSECA, Claudia; SCHUCH, Patrice (Org.). **Políticas de proteção à infância: um olhar antropológico**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 197-218.

BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliane da (Org.). **Pistas do método da cartografia**. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 52-91.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. 239 p. Tradução Carlos Alberto Medeiros.

BECK, Alexandre. Figuras **Tiras Armandinho**. Disponível em: <<http://tirasarmandinho.tumblr.com/>> Acesso em julho de 2016.

BENTES, Ana Lúcia S. **Tudo como dantes no quartel d'Abrantes: estudo das internações psiquiátricas de crianças e adolescentes através de encaminhamento judicial**. 1999. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <<http://arca.icict.fiocruz.br/bitstream/icict/5268/2/162.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

BICALHO, Pedro Paulo. Ditadura e Democracia: qual o papel da violência de Estado?. In: XIMENDES, Alexandra Maria C.; REIS, Carolina dos; OLIVEIRA, Rafael Wolski de (Org.). **Entre Garantias de Direitos e Práticas Libertárias**. Porto Alegre: S. Ed., 2013. p. 13-34.

BOURGOIS, Philippe. US Inner-city Apartheid: The countours of structural and interpersonal violence 2010. In: SCHEPER-HUGHES, Nancy; BOURGOIS, Philippe. **Violence in War and Peace**. Victoria, Blackwell Publishing, 2010.

BRASIL. **Lei 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política nacional de atenção integral à saúde de adolescentes em conflito com a lei: normas e reflexões**. 2012a. Disponível em: http://www.saude.sp.gov.br/resources/ses/perfil/profissional-da-saude/grupo-tecnico-de-acoes-estrategicas-gtae/saude-das-populacoes-privadas-de-liberdade/saude-dos-adolescentes-em-conflito-com-a-lei/legislacao/pnaisari_17_01_2012_versao_preliminar.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012b. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)**. Brasília

BRASIL 2004 Política nacional Atenção AD P 99.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. **Levantamento Anual dos/as Adolescentes em Conflito com a Lei – 2012**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013. 77 p. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/pdf/levantamento-sinase-2012>>. Acesso em: 29 maio 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei 12.852** de agosto de 2013b. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Brasília.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. **Crianças e Adolescentes - Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente**. 2015b. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/fortalecimento-de-conselhos/garantia-de-direitos-da-crianca-e-do-adolescente>>. Acesso em: 17 jul. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social - **Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI**. 2015c. Disponível em: <http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/paefi>. Acesso em 02 de out, 2016.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. **Participação Social - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)**. 2015a. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda>>. Acesso em: 17 jul. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). **Resolução n. 113** de 19 de abril de 2006a. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Disponível em: <<http://dh.sdh.gov.br/download/resolucoes-conanda/res-113.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). **Resolução n. 119** de 11 de dezembro de 2006b. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências. Disponível em: <<http://dh.sdh.gov.br/download/resolucoes-conanda/res-119.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo –SINASE**. Brasília-DF: CONANDA, 2006c. Disponível em: <http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2015.

CARVALHO, Salo de. **A Política criminal de drogas no Brasil: Estudo criminológico e dogmático da Lei 11.343/06**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault: Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. 477 p.

CASTRO, Ana Luiza S; GUARESCHI, Pedrinho. Da privação da dignidade social à privação da liberdade individual. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 200-207, Aug. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 Sept. 2015.

COIMBRA, Cecília M.; NASCIMENTO, Maria Livia do. Jovens pobres: o mito da periculosidade. In: FRAGA, Paulo Cesar P.; LULIANELLI, Jorge Atílio S.. **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: Dp&a, 2003. p. 19-37.

COIMBRA, Cecília M.; KNIJNIK, Luciana; FONSECA, Tania M^a Galli. Qual a cor da farda dos guardiões da ordem?: Algumas problematizações sobre a história do Brasil contemporâneo. In: XIMENDES, Alexandra Maria C.; REIS, Carolina dos; OLIVEIRA, Rafael Wolski de (Org.). **Entre Garantias de Direitos e Práticas Libertárias**. Porto Alegre: S. Ed., 2013. p 43-58.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Um retrato das unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei. Brasília, DF: CFP, 2006. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2006/08/Direitos_Humanos_um_retrato_das_unidades_de_internacao_de_adolescentes_em_conflito_com_a_lei.pdf.> Acesso em: 18 jun 2015.

COSTA, Sylvio de Sousa Gadelha. Governamentalidade Neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p.171-186, ago. 2009.

COSTA, Ana Paula Motta; GOLDANI, Julia Maia. A Influência do Contexto Familiar nas Decisões Judiciais a Respeito de Atos Infracionais de Adolescentes: o intervencionismo família ainda se faz presente? In: o intervencionismo familiar ainda se faz presente?. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p.87-103, jun/2015. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/download/20726/13311>>. Acesso em: 20 set. 2016.

COUTO, Mia. **Antes de nascer o mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CRAIDY, Carmem M.. Medidas socioeducativas e educação. In: CRAIDY, Carmem M.; SZUCHMAN, Karine (Org.). **Socioeducação: fundamentos e práticas**. Porto Alegre: Evangraf, 2015. p. 74-89.

CRUZ, Maria. Desafios da clínica contemporânea: novas formas de "manicomialização" In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO (São Paulo) (Org.). **Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doença de indivíduos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. Cap. 1. p. 17-26.

DAMICO, José G. S.. **Juventudes governadas: dispositivos de segurança e participação no Guajuviras (Canoas-RS) e em Grigny Centre (França)**. 2011. 290 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/29317/000776144.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

FIRE, MC. **Ela gosta dos caras que porta pistola**. Disponível em:<http://letrasnow.com.br/m/mc-fire/ela-gosta-dos-cara-que-porta-letra>> Acesso em 05 setembro de 2016.

FONSECA, Claudia. Os direitos da criança – Dialogando com o ECA. In FONSECA, Claudia; TERTO, Veriano; ALVES, Caleb F (Org.). **Antropologia, diversidade e direitos humanos: diálogos interdisciplinares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FONSECA, Claudia. Concepções de Família e Práticas de Intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, vol. 14, nº. 2, p. 50-59, mai/ago de 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**: Na idade clássica. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 1972. 551 p. Tradução de José T Coelho Netto.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988. 176 p. Tradução de Maria Thereza de Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque.

FOUCAULT, Michel. Verdade e Poder. In: MACHADO, Roberto (Org.). **Microfísica do Poder**. 26. ed. São Paulo: Graal, 2013. Cap. 1. p. 35-54.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar & Punir**: Nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

GALEANO, Eduardo. O ar e o vento. **O livro dos abraços**. 9. ed. Porto Alegre: L&PM, 2002. 270 p. Tradução de Eric Nepomuceno.

GAUDENZI, Paula; ORTEGA, Francisco. O estatuto da medicalização e as interpretações de Ivan Illich e Michel Foucault como ferramentas conceituais para o estudo da desmedicalização. **Interface**. v. 16, n. 40, p. 21-34, Mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832012000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 ago. 2015.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. 158 p.

GUARIDO, Renata. A Biologização da vida e algumas implicações do discurso médico sobre a educação. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO (São Paulo) (Org.). **Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doença de indivíduos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. Cap. 2. p. 27-40.

IBGE. **Censo Porto Alegre por bairros**. 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=431490>>. Acesso em: 27 set. 2016.

IGNACIO, Vivian T; NARDI, Henrique C. A medicalização como estratégia biopolítica: um estudo sobre o consumo de psicofármacos no contexto de um pequeno município do Rio Grande do Sul. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 88-95, Dec. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000300013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 Aug. 2015.

ILLICH, Ivan. **A expropriação da saúde**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975. 164 p. Tradução de José Kosinski de Cavalcanti. Disponível em:

<<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/3205.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

INFOOPEN. **Levantamento nacional de informações penitenciárias**: Junho 2014. Brasília: Ministério da Justiça, 2015. 146 p. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/justicagovbr/relatorio-do-infopen-2015?ref=http://www.justica.gov.br/slides/relatorio-do-infopen-2015>>. Acesso em: 08 set. 2016.

KARAM, Maria Lúcia. Direitos Humanos, Laço Social e Drogas: por uma política solidária com o sofrimento humano. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA -CFP (Brasília) (Org.). **Drogas, Direitos Humanos e Laço Social**. Brasília: Cfp, 2013. p. 43-61.

KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliane da (Org.). **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 32-51.

LATUFF, Carlos. **Figura 3.13**, maio, 2015. Disponível em: <<http://edisilva64.blogspot.com.br/2015/05/brasil-de-fato-lei-aurea-e-abolicao-em.html>>

LATUFF, Carlos. **Figura 10**. Underkrew. 10.novembro.2010. Disponível em: <http://underkrew.blogspot.com.br/2010/11/carlos-latuff.html>

LATUFF, Carlos. **Figura 12**. Sobressemundo. 07 de agosto, 2016. Disponível em: <<https://sobressemundo.wordpress.com/>>

LAZZAROTTO, Gislei Domingas. Medidas socioeducativas: Cartas ao reinado do saber. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 3, p.503-514, Não é um mês válido! 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v19n3/a15v19n3.pdf>>. Acesso em: 8/07/2016.

LAZZAROTTO, Gislei Domingas R.; CARVALHO, Júlia Dutra de; CHAVES, Thayane. Diálogos com práticas de cuidado em saúde e demandas da educação. In: CRAIDY, Carmem M.; SZUCHMAN, Karine (Org.). **Socioeducação**: fundamentos e práticas. Porto Alegre: Evangraf, 2015. p. 212-224.

MALVASI, Paulo Artur. **Interfaces da vida loka**: Um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo. 2012. 288 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://observasmjc.uff.br/psm/uploads/TESEMalvasiJovenseDrogasSP.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2015.

MARASCHIN, Cleci; RANIERE, Édio. Socioeducação e identidade: onde se utiliza Foucault e Varela para pensar o Sinase. **Katálysis**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p.95-103, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/viewFile/S1414->

49802011000100012/17723>. Acesso em: 10 jun. 2015.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. In: MARGULIS, Mario (Ed.). **La juventud es más que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud**. 3. ed. Buenos Aires: Biblos, 2008. Cap. 1. p. 13-30

MARTINS, Maria C R. As medidas sócio-educativas do ECA: conquista ideal ou paliativo real?. **Revista Eletrônica Arma da Crítica**. Ano 2. n 2. Março de 2010. Disponível em: http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/11-_as_medidas_socio-educativas_do_eca-_maria_conceicao.pdf >. Acesso em: 12 jun 2015.

MERHY, Emerson Elias. Apresentação. In: RAMMINGER, Tatiana; SILVA, Martinho (Org.). **Mais substâncias para o trabalho em saúde com usuários de drogas**. Porto Alegre: Rede Unida, 2014. p. 07-11.

MEYER, Dagmar Estermann. Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero: perspectiva metodológica. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza, 2014. p. 49-64.

MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. Apresentação à primeira edição. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza, 2014. p. 17-25.

MOYSÉS, Maria A.; COLLARES, Cecília A. L.. Medicalização: o obscurantismo reinventado. In: COLLARES, Cecília A. L.; MOYSÉS, Maria A.; RIBEIRO, Mônica C. F. (Org.). **Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos**. Campinas: Mercado das Letras, 2013. p.41-64
MORE: Mecanismo online para referências, versão 2.0. Florianópolis: UFSC Rexplab, 2013.

OLIVEIRA, Camilla Felix Barbosa de; BRITO, Leila Maria Torraca de. Judicialização da vida na contemporaneidade. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 33, n. spe, p. 78-89, 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932013000500009&lng=en&nrm=iso>. access on 05 Nov. 2016.

OLIVEIRA, Thiago Ranniery Moreira de. Mapas, dança, desenhos: a cartografia como método de pesquisa em Educação. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza, 2014. p. 281-306.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>. Acesso em 05 de agosto de 2015.

ORTEGAL, Leonardo R. A.. **A medida socioeducativa de liberdade**

assistida: fundamentos e contexto atual. 2011. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Instituto de Ciências Humanas, Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8643/1/2011_LeonardoRodriguesdeOliveiraOrtegal_noPW.pdf>. Acesso em: 20 maio 2015.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. *Análise Social*. **Análise Social**, Lisboa, n. 25, p.139-166, 1990. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223033657F3sBS8rp1Yj72MI3.pdf>. Acesso em: 20 maio 2015.

PASSETTI, Edson. Menores: os prisioneiros do humanismo. **Lua Nova**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 31-37, Dec. 1986. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01026445198600030006&lng=en&nrm=iso>. access on 05 Out. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451986000300006>.

PASSETTI, Edson. Outros 500: Crianças e o sistema de crueldades. **Revista Margem**, São Paulo, v. 10, n. 1, p.229-253, jun. 1999.

PASSETTI, Edson. O carcereiro que há em nós. In: XIMENDES, Alexandra Maria C.; REIS, Carolina dos; OLIVEIRA, Rafael Wolski de (Org.). **Entre Garantias de Direitos e Práticas Libertárias**. Porto Alegre: S. Ed., 2013. p. 123-146.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. **Pistas do método da cartografia**. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 17-31.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. Apresentação. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. **Pistas do método da cartografia**. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 7-16.

PAULA, Liana de. **Liberdade Assistida:** punição e cidadania na cidade de São Paulo. 2011. 275 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-07102011-145637/pt-br.php>>. Acesso em: 04 out. 2016.

PERONDI, Maurício; STEPHANOU, Maria. Juventudes na atualidade: abordagens e conceitos. In: CRAIDY, Carmem M.; SZUCHMAN, Karine (Org.). **Socioeducação:** fundamentos e práticas. Porto Alegre: Evangraf, 2015. p. 58-71.

PETUCO, Dênis. Redução de Danos: das técnicas à ética do cuidado. In: RAMMINGER, Tatiana; SILVA, Martinho (Org.). **Mais substâncias para o trabalho em saúde com usuários de drogas**. Porto Alegre: Rede Unida, 2014. p. 113-148.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana. **Avaliação do programa municipal de execução de medidas Socioeducativas em meio aberto (PEMSE)**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre. 2010. P. 113. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smdhsu/usu_doc/avaliacao_do_programa_municipal_de_execucao_de_medidas_socioeducativas_em_meio_aberto.pdf Acesso em: 19 set de 2015.

PP da VS, MC. Maconha do verde. Disponível em <https://www.vagalume.com.br/mc-pp-da-vs/maconha-do-verde.html> Acesso em: 05 de setembro, 2016.

REIS, Carolina dos; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. Nas teias da “rede de proteção”: internação compulsória de crianças e adolescentes e a judicialização da vida. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 94-101, Apr. 2016. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198402922016000100094&lng=en&nrm=iso. access on 10 out 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1143>.

RIBEIRO, Fernanda Bittencourt. Conselho Tutelar e negociação de conflitos. In: FONSECA, Claudia; SCHUCH, Patrice (Org.). **Políticas de proteção à infância: um olhar antropológico**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 93-114.

RICCI, Rudá. Democracia Participativa: muita atenção e pouco gesto. **Documento base para X Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**. CONANDA, Brasília, 2015. Disponível em: http://www.cedca.pr.gov.br/arquivos/File/IX_conferencia/XCNDCA_DocumentoBase.pdf. Acesso em: 02 set. 2015.

RIO GRANDE DO SUL. Estado do Rio Grande do SUL. Assembleia legislativa. Gabinete de Consultoria Legislativa. **Lei 11.800 de 2002**. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repLegisComp/Lei%20n%C2%BA%2005.747.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2015.

RIO GRANDE DO SUL. Rio Grande do Sul. **Fundação de Atendimento Socioeducativo**. 2015. Disponível em: <http://www.fase.rs.gov.br/wp/institucional/historico/>. Acesso em: 19 ago. 2015a.

RIO GRANDE DO SUL. Rio Grande do Sul. Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social. **Fundação de Proteção Especial**. 2015. Disponível em: http://www.stds.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=112. Acesso em: 18 ago. 2015b.

RIZZINI, Irene. Crianças e menores – do Pátrio Poder ao Pátrio Dever. Um histórico da legislação para infância no Brasil. In: PILOTTI, Francisco. e RIZZINI, Irene (Orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas**

sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3ª Edição. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental**. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2007. 247 p. (Cartografias).

ROSA, Pablo Ornelas. **Juventude Criminalizada**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013. 192 p.

SALES, Ana Paula Correa. **A criminalização da juventude pobre no Brasil e a ascensão de um estado de direito penal máximo**. 2012. 342 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direitos Humanos, Universidad Salamanca, Salamanca, 2012.

SANTANA, Liliane Szczepanski. Adolescente em conflito com a lei. In: LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini et al (Org.). **Medida socioeducativa: entre A & Z**. Porto Alegre: UFRGS: Evangraf, 2014. p. 24-26.

SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos. Sobre o etnógrafo-turista e seus modos de ver. In: COSTA, Marisa Vorraber; BUJES, Maria Isabel Edelweiss (Org.). **Caminhos investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 09-22.

SANTOS, Carolina. RESSEL, Lucia. O adolescente no serviço de saúde. **Adolescência e Saúde**. Rio de Janeiro. V.10, n.1, p. 53-55, 2013. Disponível em: http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=355#- Acesso em 08 de out 2016.

SCHUCH, Patrice; FONSECA, Claudia. Introdução. In: FONSECA, Claudia; SCHUCH, Patrice (Org.). **Políticas de proteção à infância: um olhar antropológico**. Porto Alegre: Ufrgs, 2009. p. 09-17.

SCISLESKI, Andrea Cristina Coelho; MARASCHIN, Cleci; SILVA, Rosane Neves da. Manicômio em circuito: os percursos dos jovens e a internação psiquiátrica. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 342-352, Feb. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2008000200013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 jun 2015.

SILVA, Roberto da. A construção do Estatuto da Criança e do Adolescente. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, II, n. 6, Ago 2001. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5554&revista_caderno=12. Acesso em 02 set, 2015.

SILVA, Enid R. A.; GUERESI, Simone. ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: SITUAÇÃO DO ATENDIMENTO INSTITUCIONAL NO BRASIL. **Texto Para Discussão**, Brasília, n. 979, p.01-105, 2003. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0979.pdf. Acesso em: 02 jul. 2015.

SILVEIRA, Dartiu Xavier da. Política atual de álcool e outras drogas e perspectivas. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA -CFP (Brasília) (Org.). **Drogas, Direitos Humanos e Laço Social**. Brasília: Cfp, 2013. p. 85-94.

SOUZA, Alice de Marchi Pereira de. Doutrina da proteção integral. In: LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini et al (Org.). **Medida socioeducativa: entre A & Z**. Porto Alegre: UFRGS: Evangraf, 2014. p. 82-84.

TEDESCO, Sílvia. A Ética da pesquisa e a perspectiva da cartografia: algumas considerações. **Rev. Polis e Psique**, v. 5, n. 2, p. 32 – 47(número temático), 2015. Disponível em: http://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/53952/pdf_23. Acesso em maio de 2016.

TESSER, Charles D. Medicalização social (I): o excessivo sucesso do epistemicídio moderno na saúde. **Interface**, Botucatu, v. 10, n. 19, p. 61-76, June 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832006000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 Ago. 2015.

TRANCOSO, Alcimar Enéas Rocha. **Juventudes: o conceito na produção científica brasileira**. 2012. 222 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Tatiana/Downloads/Dissertacao_Juventudes_AlcimarERTrancoso.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2015.

TRANCOSO, Alcimar E. R.; OLIVEIRA, Adélia A. S.. Produção social, histórica e cultural do conceito de juventudes heterogêneas potencializa ações políticas. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p.137-147, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n1/15.pdf>>. Acesso em: 10 Ago 2015.

VARGAS, Eduardo Viana. Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas. In: LABATE, Beatriz Caiuby et al (Org.). **Drogas e cultura: novas perspectivas**. Salvador: Edufba, 2008.p.41-64.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura C. A alma é deste mundo. Texto não publicado, cedido pelos autores, 2015.

VICENTIN, Maria Cristina. Os “intratáveis”: a patologização dos jovens em situação de vulnerabilidade. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO (São Paulo) (Org.). **Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doença de indivíduos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. Cap. 3. p. 41-55.

VICENTIN, Maria Cristina G; GRAMKOW, Gabriela; MATSUMOTO, Adriana E. Patologização da adolescência e alianças psi-jurídicas: algumas considerações sobre a internação psiquiátrica involuntária. **Boletim do Instituto de Saúde**, São Paulo, v. 12, n. 3, 2010. Disponível em

<http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-18122010000300010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 19 ago. 2015.

VICENTIN, Maria Cristina; GRAMKOW, Gabriela; ROSA, Miriam D. A patologização do jovem autor de ato infracional e a emergência de "novos" manicômios judiciais. **Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v. 1, n. 20, p.61-69, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/jhgd/article/viewFile/19944/22024>>. Acesso em: 02 jul. 2015.

VIDAL, Alex. Os jovens em conflito com a lei: construindo vidas descartáveis. In: CRAIDY, Carmem M.; SZUCHMAN, Karine (Org.). **Socioeducação: fundamentos e práticas**. Porto Alegre: Evangraf, 2015. p. 126-141.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015: Adolescentes de 16 e 17 anos do Brasil**. Rio de Janeiro: Flacso, 2015. 72 p.

ZALUAR, Alba. Do dinheiro e dos homens no tráfico de drogas. In: WESTPHAL, Márcia Faria; BYDLOWSKI, Cynthia Richid (Ed.). **Violência e juventude**. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 162-193.